

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE DOUTORADO**

VALESCA BRASIL COSTA

**MEMÓRIAS DE EGRESSOS DAS FACULDADES DE DIREITO DE
PELOTAS/BRASIL E COIMBRA/PORTUGAL (1960-1970):
TRAJETÓRIAS NO CAMPO JURÍDICO**

SÃO LEOPOLDO

2014

VALESCA BRASIL COSTA

**MEMÓRIAS DE EGRESSOS DAS FACULDADES DE DIREITO DE
PELOTAS/BRASIL E COIMBRA/PORTUGAL (1960-1970):
TRAJETÓRIAS NO CAMPO JURÍDICO**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

SÃO LEOPOLDO

2014

C837m Costa, Valesca Brasil.

Memórias de egressos das faculdades de direito de Pelotas/Brasil e Coimbra/Portugal (1960-1970) : trajetórias no campo jurídico / Valesca Brasil Costa. – 2014.

163 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

"Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin."

1. Faculdade de Direito de Pelotas. 2. Faculdade de Direito de Coimbra. 3. Educação – História. 4. Educação – Aspectos políticos. I. Título.

CDU 37

Valesca Brasil Costa

**MEMÓRIAS DE EGRESSOS DAS FACULDADES DE DIREITO DE
PELOTAS/BRASIL E COIMBRA/PORTUGAL (1960-1970): TRAJETÓRIAS NO
CAMPO JURÍDICO**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giani Rabelo – UNESC

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral – UFPel

Prof. Dr. Telmo Adams – UNISINOS

Profa. Dra. Beatriz Terezinha Daudt Fischer – UNISINOS

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – UNISINOS (orientadora)

*A Rose Maria Brasil Costa,
obrigada por ter me dado a vida, e por ser
nela meu exemplo de mulher, de mãe e
de profissional com professora e
executiva, pessoa fundamental nesta
caminhada da vida, sem a qual eu não
teria chegado até aqui!*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, primeiro pela oportunidade da vida, por seu amor, dedicação e sua luta nesta caminhada, ao acreditar que valia a pena apostar na educação de seus filhos, crendo que esta é a maior herança que se pode deixar; sem ela a realização de muitos sonhos não seria possível!!! .

Ao meu irmão, Prof. Dr. Vagner Brasil Costa, pelo companheirismo e amizade desde o tempo de nossas brincadeiras quando crianças, superando momentos difíceis porque passamos juntos. Também pela descoberta do valor da educação e da pesquisa acadêmica, e por me presentear com a renovação de nossa família através do nascimento da minha amada sobrinha e afilhada, Maria Eduarda Manske Costa.

À Profa. Dra. Beatriz T. Daudt Fischer, delicada e pequenina em tamanho, mas gigante como pessoa e profissional, e hoje uma amiga que estimo, a quem agradeço pela oportunidade e companheirismo, pelo apoio e confiança de ter acreditado em mim desde o momento da seleção. Vencemos o desafio, Bea!!!

À Profa. Dra. Luciane Sgarb Santos Grazziotin, pela orientação, e ensinamentos transmitidos.

À Profa. Dra. Maria Isabel da Cunha, por ter se tornado um referencial de professora e pesquisadora.

Ao amigo e Professor Doutorando José Edimar de Souza e sua família, que gentilmente me abriram as portas de sua casa para me acompanhar e iluminar nesta caminhada árdua da escrita de uma tese.

Ao amigo e Defensor Público Federal Alexandro Mello Correa, companheiro desde os tempos do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITPE), por ser sempre referencial de ser humano, com valores inabaláveis, e militante na busca por um Brasil com mais Justiça Social.

À Ermelinda Novo Costa, a “abuela”, mulher de quem herdei o temperamento forte e que sempre tem uma lição da vida para me ensinar.

Ao José Carlos Maciel Costa, meu avô (*in memoriam*), que tão cedo me ensinou o significado da palavra carinho, mas também da palavra saudade.

Ao meu pai, Carlos Ely Novo Costa, com quem aprendi o gosto pela língua castelhana e por dirigir automóveis.

À minha avó Eolina Odete Galho (*in memoriam*), de quem lembro com carinho, saudade e por ter sido, em momento especial de minha vida, um exemplo de superação.

À minha bisavó Ivanoska Kosby Brasil (*in memoriam*), minhas tias Olda Brasil Vieira e Maria Hilda Brasil Horner, por serem sempre referenciais das raízes de nossa família, com seu carinho tão doce quanto as receitas portuguesas que nossa família herdou.

À amiga Clarissa Almeida Godoy Guaragna, pelo carinho, sensibilidade, profissionalismo, e por acreditar sempre na superação e na realização plena do ser humano.

Ao Advogado e Prof. Dr. Hector Cury, por sua receptividade e companheirismo quando estive em pesquisa de campo na Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal.

Ao Advogado Elivaldo Moreira dos Santos, pelo companheirismo e entusiasmo de prosseguir caminhando naquele inverno frio europeu nas visitas às instituições jurídicas portuguesas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste Doutorado.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), pela oportunidade de ser sua aluna e crescer com o aprendizado em uma instituição com o nível e potencial elevado como o desta casa.

Aos colegas de Doutorado, pela caminhada e aprendizados neste período juntos, em especial à Cheron Zanini Moretti, Maria Janine Dalpiaz Resche e Inajara Vargas Ramos.

Ao Prof. Dr. José Alberto Correia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, por ter me recebido em Portugal e pela oportunidade de ampliar meus estudos naquele país.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, em Portugal, pela oportunidade de me receber como aluna.

À Faculdade de Direito de Pelotas, da Universidade Federal de Pelotas, por sempre me receber de portas abertas para minhas pesquisas.

Aos sujeitos entrevistados nesta pesquisa que me oportunizaram conhecer melhor a história não só da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal, e dos respectivos países, mas também porque, ao

me narrarem suas memórias, dividiram comigo parte de suas vidas e me estimularam com sua coragem em lutar por um país melhor e mais justo para minha futura geração.

“Quando eu era criança, as marcas de umidade demoravam a passar. Satolep demorava a passar. Eu temia que não passasse nunca. Para que passasse, eu a deixaria para trás como se ela nunca houvesse existido. Mas agora, tantos anos e lugares depois, os sons das charretes, palavras, perfume de damas-da-noite, alguns casarões, algumas noites, coisas indistintas, lá estava ela outra vez, como algo de que eu necessitasse. Satolep ainda não passara”.

(Vitor Ramil)

RESUMO

Esta pesquisa se dedica a um estudo que tem por objetivo reconstruir, através de narrativas memorialísticas, as trajetórias de egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal, tomando como recorte temporal o período entre as décadas de 1960 e 1970. A temporalidade se justifica por compreender dois regimes políticos totalitários, a saber: o início da Ditadura Militar no Brasil; e o fim do Regime Salazarista em Portugal. A investigação analisa a condição dos egressos destas duas instituições de ensino de Direito, figurando-os como trânsfugas ou herdeiros diante do cenário político contextualizado. O estudo realizado contribui para compor aspectos da história das Instituições Jurídicas, especialmente em âmbito local, enfatizando singularidades e aspectos comuns em cada uma das Faculdades estudadas. A metodologia utilizada baseia-se na análise de documentos orais que têm como fonte memórias de egressos de Cursos de Direito e documentos escritos. O aporte teórico fundamenta-se, entre outros, nos conceitos de Pierre Bourdieu. Importa dizer que as instituições pesquisadas representam relevantes significados no contexto de formação de bacharéis em Direito, tanto no Brasil como em Portugal. A análise dos documentos viabiliza a percepção do quanto foi ativa a participação de alguns alunos, egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e da Faculdade de Direito de Coimbra, na busca pelo fim dos regimes de ditatoriais vigentes no período referido, nos dois países estudados. Os sujeitos, cujas memórias foram produzidas, tornaram os conhecimentos adquiridos nessas instituições de ensino superior, em alguns casos, um instrumento na luta pela justiça, e em outros, a possibilidade de ascensão social.

Palavras-chave: Memória. História da Educação. herdeiros. Trânsfugas. Faculdade de Direito.

ABSTRACT

This research is dedicated for a study with the objective is reconstruct, by memorialistic narratives, the trajectory of the graduates of two different School of Law: Pelotas/Brazil and Coimbra/Portugal. The time frame is the period between 1960 and 1970. The temporality is justified because comprises two totalitarian political regimes: the beginning of the Military Dictatorship in Brazil and the end of the Salazarism in Portugal. The investigation analyzes the condition of the graduates from these two institutions of Law education, figuring them as *turncoats* or *heritor* on the political contextualized scene. This study contributes for compose aspects of the history of the Law Institutions, especially on the local sphere, emphasizing commonalities and singularities in each of the colleges studied. The methodology used is based in the oral documents analysis, which they had as source memories from graduates of Law, and written documents. The theoretical framework is based, among other, in the Pierre Bourdieu concepts. It is important to say that the investigated institutions represents relevant meanings on the graduation of Lawyers context, as in Brazil both in Portugal. The analysis of documents permitted the perception of how much was the active participation of some students, graduates of the School of Law of Pelotas/Brazil and the School of Law of Coimbra, in the search for an end to the dictatorial regimes in force in the period, in both countries surveyed. The subjects, whose memoirs were produced, become the knowledge acquired in these higher education institutions, in some cases, an instrument in the struggle for justice and in others, the possibility of social mobility.

Keywords: Memory. History of Education. Heritors. Turncoats. School of Law.

LISTA DE SIGLAS

FDP	– FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS/RS
FDC	– FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA/Portugal
CAFV	– CENTRO ACADÊMICO FERREIRA VIANNA
CEIS	– COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA
GITEP/UCPEL	– GRUPO INTERDISCIPLINAR DE TRABALHO E ESTUDOS CRIMINAIS- PENITENCIÁRIOS
MFA	– MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
OAB	– ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
UEE	– UNIÃO DOS ESTUDANTES DO ESTADO
UFRGS	– UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
URGS	– UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul	16
Figura 2 – Fotografia da Faculdade de Direito de Pelotas, RS, Brasil	17
Figura 3 – Mapa de Portugal localizando Coimbra	19
Figura 2 – Fotografia da Faculdade de Direito de Coimbra.....	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de gênero dos sujeitos da pesquisa.....	65
-----------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTOS DA PESQUISA: A FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS/RS- BRASIL E A FACULDADE DE DIREITO COIMBRA-PORTUGAL	26
2.1 Dois países, uma só condição: Brasil e o cenário da ditadura militar (1961) e Portugal no contexto do regime de Salazar (1974).....	26
2.2 A Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e a Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal: sua origem e contextualização.....	38
3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL: “PISTAS ENCONTRADAS”.....	53
3.1 História Cultural e Memória	54
3.2 O uso de questionários e as entrevistas no Brasil e em Portugal	63
3.3 Os jornais e recolha de documentos no Brasil e em Portugal	73
4 TRÂNSFUGAS E HERDEIROS: TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE EGRESSOS DA FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS/BRASIL E DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA/PORTUGAL.....	78
4.1 A origem familiar, perpetuação dos herdeiros ou a condição de trânsfugas: modos de rememorar a trajetória no campo jurídico.....	82
4.2 Opção pelo Curso de Direito e a carreira no campo jurídico.....	88
4.3 A presença da mulher no Curso de Direito de Pelotas/BR e no Curso de Direito de Coimbra/PT: relações de gênero	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICES.....	137
ANEXOS	159

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal reconstruir a trajetória de egressos da Faculdade de Direito de Pelotas (Brasil) e da Faculdade de Direito de Coimbra (Portugal) entre 1961 e 1974, situando o período que compreende o início da Ditadura Militar no Brasil e o fim do Regime de Salazar em Portugal, bem como analisar a condição de transfugas ou herdeiros diante do cenário político contextualizado. Cabe destacar que se trata de um trabalho memorialístico e não de estudo comparado apesar de algumas características do tema se prestarem para este tipo de pesquisa, o se deixa bem claro não ser o objeto de estudo em questão.

Essa pesquisa representa uma significativa importância, pois não só contribui para a história da educação, mas também para a história das instituições jurídicas, campo este em que são escassos os estudos. Assim, este trabalho se propõe a investigar a história de duas instituições jurídicas a partir da memória de seus egressos. Ambas são representativas de uma cultura jurídica, de relevante significado no contexto de formação de bacharéis em Direito, tanto no Brasil como em Portugal. Os alunos egressos *destas* instituições destacaram-se em momentos de ebulição e transformação política em ambos os países. Suas trajetórias apontam caminhos para a compreensão dos processos históricos da educação em nível superior, sobretudo no que diz respeito ao campo jurídico.

Desta maneira inicia-se este estudo pesquisando a cidade de Pelotas que, como se observa no mapa abaixo, é um município do litoral sul do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: <http://www/mapa/rio-grande-do-sul/> (Acesso em: 15 nov. 2011)

Foi ocupada, principalmente por portugueses, e tratando-se de um território muito próximo do Forte de Rio Grande, a tendência militar, jurídica e fronteiriça caracterizou historicamente a região a partir do século XVIII (PICCOLO, 1992).

A instalação dos fortes e guarnições portugueses e o trânsito de espanhóis e viajantes contribuíram para que surgisse a Freguesia de São Francisco de Paula (1812), que passou à Vila de São Francisco de Paula (1832) e, por fim, adquiriu *status* de cidade em 1832, sob a denominação de Pelotas, um município com economia baseada na produção do charque. Assim, com a prosperidade dos empresários do charque – que a proviam de capital econômico e promoveram cultura e educação na zona urbana –, a cidade passou a ser destaque também por seu potencial cultural. No século XIX a educação começou a acontecer no município e no início do século XX a Faculdade de Direito de Pelotas foi instalada, contando com a iniciativa de muitos sujeitos, como o professor Bruno de Mendonça Lima, homem que dedicaria sua vida e obra a esta instituição.

Deste prisma, é importante considerar que, como afirma Viñao Frago (2005), o espaço é um lugar construído e essa construção implica considerar o lugar como resultado da ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. Nesse sentido, as instituições, nesse caso a Faculdade de Direito de Pelotas, RS, como se identifica na Fig. 2 representa a ocupação de um espaço que se torna, por isso, lugar. “Um lugar específico, com

características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem” (VIÑAO FRAGO, 2005, p.17).

Figura 2 - Fotografia da Faculdade de Direito de Pelotas, RS, Brasil



Fonte: acervo da autora (2013).

A cidade de Coimbra, em Portugal, por outro lado, é uma das cidades mais importantes deste país; foi sede do poder imperial durante muito tempo, e nela nasceram os reis da primeira dinastia portuguesa, que, posteriormente, se transferiu, e também é conhecida mundialmente por sua tradição de cidade universitária. Além de ter sediado a primeira Universidade portuguesa, também coube à cidade de Coimbra abrigar a tradicional Faculdade de Direito de Coimbra, centro de referência neste país.

É preciso antes de falar na Faculdade de Direito de Coimbra em tempos mais próximos que remeta até a base mais a Escola de Bolonha (Itália) e a origem do Direito romano sistematizado, de maneira que nos remete à uma data aproximada de 1055-1130, que segundo Marques (2009) estaria ligada ao jurista Pepo, que teria ensinado Direito por sua livre iniciativa. Mas o ensino de Direito Romano de maneira sistematizada e codificada seria atribuído a data entre 1112 e 1125. Outra influencia bolonhesa foi a elaboração do *Decretum*, uma codificação organizada pelo monge Graciano, mestre em teologia, tendo já se observado sua influencia em Portugal quando constatado seu conteúdo em 1185 no testamento de D. Fernando Martins, então bispo da cidade do Porto, de maneira que se observa assim a interferência do

direito romano e do direito canônico dentro de Portugal, como narra Silva (2011, p.251):

A crescente influência do direito romano, mais vinculada a partir de pouco depois do início do século XIII, vai conduzir a um fenômeno, por vezes denominado de penetração ou recepção do direito canônico. Essa recepção busca uma harmonização dos dois direitos: [...] assim em princípio, existirão dois direitos, o canônico e o romano.

Entretanto, no decorrer do tempo este comum acordo de convivência paralela do direito romano com o direito canônico começa a sofrer fissuras, em especial por que os reis sentiam no direito canônico um limitar de tomada em suas decisões sendo o direito canônico subsidiário sempre que houvesse questões controversas no direito romano:

Em princípio, a harmonia dos dois direitos fora mantido por meio da subordinação da *Lex* ao *Canon*, solução que assentava num pressuposto político: o da supremacia do poder espiritual em relação ao temporal. Compreende-se que, neste condicionalismo, que tem, ainda, por detrás de si áspera controvérsia política entre Império e Sacerdócio, desejem os legistas a independência do direito romano (SILVA, 2011, p.281).

Assim, se constata que apesar de com o decorrer do tempo o direito canônico começar a perder espaço para o direito romano em Portugal, quando na introdução aos estudos das leis neste país o direito canônico teve seu destaque de modo que até os primeiros anos da existência do Curso de Direito em Coimbra haviam disciplinas que abordavam sobre direito canônico, sendo que no decorrer dos anos perdeu seu espaço para o direito romano, sendo o monarca português D. Afonso um dos principais responsáveis por este avanço vez que editou e publicou várias legislações se amparando no direito romano e se consolidando com a criação da primeira universidade por D. Dinis: “É no reinado de D. Dinis que se cria a primeira universidade em Portugal. Até então efectuava-se o ensino nas escolas das catedrais e mosteiros, com a finalidade de preparação da classe eclesiástica” (SILVA, 2011, p.290).

A Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, como se observa no mapa abaixo, representa a tradição de uma instituição que acumula mais de quinhentos anos. Além disso, a prática do ensino canônico, até nos dias de hoje, reforça a influência que exerce a Igreja católica em Portugal, diferenciando-se um pouco do

contexto de institucionalização da Faculdade de Direito de Pelotas, cuja contribuição da maçonaria é significativa.

Figura 3 - Mapa de Portugal localizando Coimbra



Fonte: Google Maps (2013).

Deve-se ressaltar, neste ponto, que a convivência no meio acadêmico, o espaço e as relações estabelecidas contribuem para a constituição de um *habitus* e de um capital cultural, e que será determinante para configurar uma identidade profissional no campo jurídico. Além disso, os edifícios e monumentos se tornam “[...] símbolo do valor da educação e da ação política” (SOUZA, 1998, p.285). Essa monumentalidade inclui uma construção cultural que se expressa em Pelotas e em Portugal, como se observa na Fig. 4 abaixo:

Figura 4 - Fotografia da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal



Fonte: acervo da autora (2013).

Iwaya (2005, p.182) acrescenta que “os lugares por onde o indivíduo circula dizem quem ele é e que posição ocupa”. Nesse sentido, o espaço e a disposição dos sujeitos no tempo decorreram de processos de constituição que imbricam as trajetórias dos egressos das faculdades de Direito de Pelotas e Coimbra e sua relação com a materialidade dos espaços institucionais. Essa relação contribui, como argumenta Bourdieu para a construção de um *habitus*, o que conforma uma condição social e política.

Assim, estudar as origens das faculdades de Direito de Pelotas e de Coimbra foi um momento fundamental desta pesquisa para localizar as condições e a situação do contexto social e político das cidades de Pelotas e de Coimbra no momento em que se instalaram estas duas instituições jurídicas nas respectivas cidades e em seus respectivos países. Analisar as dinâmicas sociais desses espaços permitiu perceber a ligação destes cursos jurídicos desde sua fundação e principalmente no período dedicado ao recorte temporal desta tese em ambos os países, em especial no momento em que mergulham em conturbadas transições políticas.

O recorte temporal desta pesquisa situa-se entre 1961 a 1974. No Brasil, o ano de 1961¹ inaugurou as tensões que conduziram ao Golpe Civil Militar de 1964. A

¹ Embora a temática da legalidade não seja objeto de pesquisa desta tese, indica-se a leitura do trabalho de Konrad e Lameira (2011, p.67), que definem esse período como de “[...] profunda polarização política entre os setores conservadores e progressistas”.

trajetória acadêmica dos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas (FDP) compreende essa conjuntura política, e no caso dos alunos da Faculdade de Direito de Coimbra (FDC), 1974 representa o fim do regime de António de Oliveira Salazar², portanto a formação acadêmica dos alunos, tanto no Brasil quanto em Portugal, situa-se em um contexto de regimes políticos ditatoriais.

O uso da memória como documento permitiu a produção de uma história que será entendida à luz da matriz interpretativa relacionada à História Cultural. Sobre as trajetórias interpretadas à luz da História Cultural.

Esse estudo, por tratar, justamente, de analisar em alguma medida a relação entre os indivíduos e esses com seu contexto social, toma alguns conceitos de Bourdieu para ajudar a entender o contexto pesquisado. Além disso, a escrita dessa tese entrelaça o caminho percorrido dentro do mundo jurídico na cidade de Pelotas, e de sua influente colonização portuguesa, que embora eu não percebesse, contribuiu diretamente para a formação das minhas memórias.

Desta maneira, revisitar as memórias dos ex-alunos da Faculdade de Direito de Pelotas é também uma possibilidade de visitar novamente minhas memórias, pois, como assinala Grazziotin (2008, p.18): “Assim, ‘viajo’ também nas minhas memórias para trazer à tona alguns aspectos julgados importantes no meu percurso [...] até constituir-me como pesquisadora, pontuando minha relação com o contexto da pesquisa”.

Desde minha base escolar, a área das ciências humanas foi minha preferida. Estudei no tradicional Instituto de Educação Assis Brasil, uma escola que, embora pública, mantinha a tradição de qualidade e era frequentada por seleta parte da população pelotense. Devo destacar que, apesar de ser filha de uma professora, nesta escola não possuía qualquer tipo de privilégio, ao contrário do que percebia no caso dos alunos mais abastados financeiramente, de maneira que estes, como denota Bourdieu (2009), eram os chamados “herdeiros”.

Os herdeiros são aqueles oriundos de famílias que em geral detêm capital financeiro, e por sua vez, são detentores do capital cultural, ou seja, conhecimento ditado pela classe dominante. Em contraponto ao conceito de herdeiros, Bourdieu (2009) tematiza o de trãnsfuga, que é aqui entendido como aquele que não detém

² Cita-se o trabalho de Noronha (2011), investigador de Portugal, que ilustra o período de estudo com riqueza de detalhes, identificando também que entre 1968 e 1975 a contradição entre capital e trabalho polarizou a evolução da situação política e econômica portuguesa.

capital financeiro, mas consegue obter capital cultural. Estes conceitos são a base para analisar as trajetórias dos egressos do Curso de Direito, bem como para identificar sua relação com o contexto político dessa tese.

Ao analisar meu processo de formação, percebo que sempre tive gosto por buscar a justiça e ajudar o próximo e – não seria cínica em negar – também queria o *status* que cursar Direito prometia. Cursar Direito foi um aprendizado; percebi no contexto desse curso que ser oriundo de uma família com destaque social, ou seja, ser um “herdeiro”, era muito relevante sob o ponto de vista da inserção no mercado de trabalho. Estes alunos carregavam em seus sobrenomes sua origem social, detinham capital econômico e, automaticamente, acumulavam certo capital cultural. Cabe, entretanto, definir estes conceitos bourdieusianos para melhor compreender estas dinâmicas e o farei à luz de Bonnewitz (2003). Segundo este autor estudioso de Bourdieu, existem diferentes formas de capital que permitem estruturar o espaço social:

- Capital econômico, que é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais.
- Capital cultural, que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidos pelo sistema escolar ou transmitidas pela família (BONNEWITZ, 2003, p.53).

Esses conceitos, nessa pesquisa, recebem sentido, uma vez que analisando os egressos de Direito se percebe que um é fundamental para adquirir o outro, de maneira que sendo o Curso de Direito frequentado em grande número por alunos detentores do capital econômico, a eles também estaria reservado o acesso ao capital cultural. Sendo eles o que Bourdieu designa “herdeiros”, com isso se percebe nitidamente que as posições sociais permanecem reservadas, por estratégias de reprodução.

Efetivamente, segundo P.Bourdieu, os agentes sociais procuram sempre manter ou aumentar o volume do seu capital e, logo manter ou melhorar sua posição social. Os mecanismos de conservação da ordem social predominam em razão da importância das estratégias de reprodução (BONNEWITZ, 2003, p.67).

Aos herdeiros eram reservados os melhores cargos em escritórios renomados da cidade de Pelotas e seus destinos estavam traçados após a graduação: frequentar cursos caros e promissores que levariam às carreiras de alto nível dentro

do Judiciário, momento em que se deslocariam para a capital, Porto Alegre; e aos demais caberia a opção mais comum àqueles que não possuem os vínculos com os herdeiros do campo jurídico: permanecer em Pelotas.

A apropriação dos conceitos da obra de Bourdieu possibilita considerar que, com raras exceções, não há a “reprodução”, isto é, aqueles que já detêm certo “capital cultural” apenas transmitem a seus “herdeiros” oportunidades e situações que favorecem posições de destaque dentro da sociedade, ou seja, se constata o que foi defendido pelo autor quando fez referência ao verdadeiro papel do sistema educativo. Para melhor explicar o que Bourdieu entende por reprodução e sua relação com a educação, Bonnewitz (2003, p.114) afirma que:

A escola, tomada no sentido de sistema educativo, parece então como um instrumento de realização deste ideal igualitário. Essa vontade que se tornou crença amplamente compartilhada, foi contestada por duas obras publicadas por P.Bourdieu e seus colaboradores: *Le héritiers* (1964), referente à universidade, e *La reproduction* (1970). O resultado desses estudos são conclusivos: a escola, longe de reduzir as desigualdades sociais, contribui para reproduzi-las.

Desta maneira, parte-se do pressuposto de que a educação em grande parte repete posições sociais já existentes na sociedade. Na análise das questões empíricas da investigação sob a perspectiva bourdiniana, essa tese reconstruiu percursos de egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, RS, no Brasil, e da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, em períodos em que ambos os países passavam por regimes ditatoriais, e estrutura-se em três partes, além da introdução e das considerações finais.

A primeira parte se caracteriza pela construção do contexto e a composição do campo que representa os sujeitos desse estudo. Esse aspecto permitiu que o espaço e o tempo fossem recompostos de outra maneira, atribuindo sentido às memórias coletivas, cujas recorrências contribuíram para compreender o cenário político.

A segunda parte comporta a fundamentação teórica e metodológica construída nesta investigação, e o capítulo está organizado em três seções. Inicia com a teorização sobre História Cultural e sua relação com a memória. As memórias são aqui entendidas no sentido que lhes atribuem Halbwachs (2006) e Tomsom (1997): as memórias não são histórias, mas a partir delas podemos, sim, produzir uma história, elas são passíveis de lembranças e esquecimentos.

A segunda seção descreve as etapas de realização dos questionários e aplicação da metodologia de entrevista de história oral, como definem Alberti (2005), Ferreira e Amado (2002), e a terceira seção aborda a pesquisa em jornais e a recolha de documentos a partir do estudo de Cellard (2008) e Bacellar (2011).

O segundo capítulo ainda situa o critério utilizado para definição dos sujeitos da pesquisa, o “fenômeno da bola de neve” (FISCHER, 2009), tratando do sistema de indicação, e que, em determinado momento, o investigador percebe que ainda existem mais possibilidades de entrevistas. As “portas” não estão fechadas e talvez nunca se fechem de fato, pois um entrevistado sempre remeterá a outro, que poderá ser um próximo entrevistado.

É imprescindível, para que a análise seja realizada de modo a contemplar diferentes aspectos a serem estudados, que o pesquisador recolha informações anteriores destes sujeitos, identificando o modo que podem contribuir para o objetivo da temática investigada, como sugere Fischer (2005). Levando em consideração as questões metodológicas apontadas por Fischer (2009), chegou-se a seis sujeitos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, que foram entrevistados no Brasil, e quatro sujeitos egressos da Faculdade de Direito de Coimbra que, por sua vez, foram entrevistados em Portugal.

A terceira seção está organizada em dois pontos: o primeiro pretende reconstruir o contexto histórico e cultural no qual as trajetórias dos egressos estão inseridas. Nessa etapa, vali-me da análise de documentos e jornais entre os anos de 1961 a 1974 para conhecer e compreender como atuou a comunidade acadêmica, especialmente a jurídica, nesse período; e a segunda parte reconstrói historicamente a trajetória das instituições estudadas e possibilita reconhecer como pensavam os alunos entrevistados dessas duas tradicionais faculdades, tanto no Rio Grande do Sul, no município de Pelotas, como em Portugal, no município de Coimbra.

O terceiro capítulo é dedicado a discussão dos resultados, ou seja, como as aproximações com os conceitos bourdianianos dialogaram com as trajetórias desses egressos. O capítulo está dividido em quatro partes, e a primeira busca estabelecer as relações entre as origens familiares e a posição que ocuparam: herdeiros ou trãnsfugas.

Na segunda parte discute-se o *habitus* e sua influência com relação ao campo jurídico em Pelotas e em Coimbra, representando a construção de um modo de agir singular diante do capital cultural acumulado, e, na sequência, discute-se o campo

político e o modo como os sujeitos revisitaram seu passado, na condição de estudantes de Direito, identificando o modo como agiram diante do cenário político.

A última parte do terceiro capítulo é dedicada às relações de gênero, pois se evidenciou este aspecto na prática das famílias tradicionais de conduzirem aos herdeiros um legado paterno, como um *habitus*, no caso de influência jurídica, mas a reprodução do *habitus*, de acordo com sua situação social ou superando-a e ascendendo socialmente, vincula-se à história de cada um. É, portanto, interessante considerar que:

[...] a noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de ser produto de uma história coletiva, e em particular de categorias de pensamento, as categorias de juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais (BOURDIEU, 2002, p.58).

2 CONTEXTOS DA PESQUISA: A FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS/RS-BRASIL E A FACULDADE DE DIREITO COIMBRA- PORTUGAL

Este capítulo está organizado em duas partes. A primeira que evidencia o contexto político, e os regimes ditatoriais que acometeram Brasil e Portugal. Utiliza-se como fonte documental, para o município de Pelotas, o jornal Diário Popular e para Coimbra, o jornal intitulado Diário de Coimbra, e ainda, na cidade do Porto o jornal Diário de Lisboa. A segunda parte refere-se ao contexto histórico das instituições, pelo qual se identifica a consolidação de uma tradição cuja prática de um *habitus* contribui para reprodução de um ciclo de comportamentos favorável a concretização de uma condição social e política.

2.1 Dois países, uma só condição: Brasil e o cenário da ditadura militar (1961) e Portugal no contexto do regime de Salazar (1974)

O contexto histórico mundial dos anos 1960, de certa maneira, ainda era influenciado pelo cenário que configurou a Segunda Guerra Mundial. Como argumenta Ghiraldelli Junior (2009), o mundo pós-guerra dividiu-se em dois grandes eixos liderados por Estados Unidos e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Konrad e Lameira (2011) complementam esse argumento referindo-se à chamada Guerra Fria como dois eixos político-ideológicos em disputa, opondo projetos de mundo. Além disso, para do Golpe Civil-Militar perpetrado pela direita brasileira, em 1964, deve-se prestar atenção à radicalização política na década de 1960, cuja situação germinava nos anos 1950:

[...] a radicalização política entre distintos projetos de sociedade foi se tornando mais clara, especialmente depois da tentativa de Golpe Civil-Militar, abortado pelo suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 1954. Sucessivas crises políticas e tentativas golpistas foram sendo postas em marcha pelos setores liberais e conservadores da sociedade brasileira. A mais marcante foi desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, abrindo uma crise institucional em que as forças progressistas e de esquerda impediram o golpe dos ministros militares, garantindo a posse do Vice-Presidente João Goulart, abrindo um contexto diferente na política brasileira (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p.68).

Souza (2012) acrescenta que na década de 1960 ocorreram mudanças profundas no contexto político e que repercutiram diretamente no sistema

educacional. O episódio da renúncia ao cargo, de João Goulart, conduziu o país a uma série de mobilizações que demonstraram a existência de um nível de consciência por parte de sua população. “No setor econômico, a partir de 1964 o país conheceu um ‘modelo capitalista periférico, associado e subalterno’, cujo efeito foi sentido nas transformações sociais” (SOUZA, 2012, p.47).

Fischer (2005) comenta que, na medida em que se aproximava a década de 1960, vários fatos narrados sugerem que algumas rupturas ocorreram no cenário político e social. Em Pelotas, essas transformações, como se constata a seguir, correspondem a ações pontuais e que não comprometem envolvimento de famílias tradicionais.

O clima de agitação política que caracterizou a década de 1960 exigiu que a comunidade se posicionasse, mesmo que a escolha permanecesse apenas no campo de convivência, nesse caso o campo jurídico. No que se refere ao movimento da legalidade (1961), entendido por mim como uma prévia ao golpe civil militar porque se destaca a reunião de professores de Pelotas, que teve a presença de professores da Faculdade de Direito, como Bruno de Mendonça Lima, e, ainda, a greve nacional dos estudantes apoiada pelos acadêmicos desta mesma faculdade, como noticiou o jornal “Diário Popular”³.

Conforme já referido neste trabalho o recorte temporal situa-se em torno da década de 60 e 70, mais especificamente no ano de 1961, quando se tem como ponto principal o movimento da Legalidade, e nos anos de 1963 e 64 quando então teremos mais um efervescência social devido ao Golpe Militar no Brasil. No primeiro momento de pesquisa, então nos jornais de 1961, se consegue perceber uma forte movimentação social quando do advento da renúncia de Jânio Quadros, agravado pelo temor dos militares que a esquerda viesse assumir o poder no Brasil. No Rio Grande do Sul, governado na época por Leonel Brizola, articula-se o movimento da Legalidade orientando que se seguisse à risca a Constituição brasileira, ou seja, que João Goulart assumisse a presidência do país⁴.

³ Ver anexo A, como exemplo dos jornais consultados: Diário Popular, 27 ago, 1961.

⁴ Jânio Quadros governou pouco menos de sete meses e enfrentou vários problemas, tanto em plano interno como externo atrelados a uma inflação estupidamente crescente, e com apelos de reforma agrária. A inflação e o apelo à reforma agrária intensificaram as tensões dos grupos advindos dessas duas forças sociais. Além disso, na ocasião da renúncia de Jânio, o vice-presidente da república João Goulart, gaúcho, se encontrava em visita oficial à China Comunista. E como argumenta Avila (2011, p.57), para os golpistas “[...] João Goulart era um perigo para a segurança nacional por haver viajado (destaca-se, em missão oficial do governo brasileiro) por países comunistas [...]”.

Na medida em que se aproxima a década de 60, vários fatos narrados surgem que algumas rupturas ocorriam no cenário político e social, anunciando possíveis transformações para a sociedade brasileira como um todo (FISCHER, 2005, p.73).

Para dar continuidade ao projeto e entender o contexto da época escolhida surgiu à necessidade de melhor compreender o movimento da Legalidade. Trata-se de um movimento que teve início ainda nas eleições de 1960, quando Jânio Quadros venceu com 48,27%. O “homem da vassoura” (símbolo da sua campanha prometendo varrer a corrupção do país) representava o PTN (Partido Trabalhista Nacional) ganhou as eleições, mas em contrapartida foi eleito para vice-presidente João Goulart, representando o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Jânio conseguiu governar por apenas 7 meses incompletos, enfrentando vários problemas tanto em plano interno como externo, atrelados a um inflação estupidamente crescente, e com apelos de reforma agrária. Esses problemas foram suficientes para culminarem com sua queda do poder no dia 25 de agosto de 1961. No dia 25 de agosto de 1961, no momento que Jânio renunciou ao poder, Jango se encontrava em visita oficial à China Comunista, o que alertou os militares para não o deixarem retornar por ser uma ameaça, devido a sua suposta relação com o comunismo.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola antecipou o final do desfile referente ao dia do Soldado alegando o mau tempo. Entretanto, sabe-se que já existiam rumores da queda de Jânio, o que fez com que Brizola colocasse em alerta a Brigada Militar e a Polícia Civil, em prontidão, pois começaria então um levante a favor de Jango na presidência, movimento que levou no nome de Legalidade. O movimento encabeçado por Brizola instala suas forças nos porões do Palácio Piratini e com o apoio da Rádio Guaíba dá-se o início da Rádio Legalidade, que funcionou durante 12 dias transmitindo os ideais de Brizola que, como se sabe, sempre teve o poder da oratória, de maneira que encabeçar um programa de rádio não era tarefa difícil.

Não resta dúvida que o movimento da Legalidade foi um marco na história do Rio Grande do Sul e, quem sabe, no Brasil. O movimento obteve êxito quando no dia 5 de setembro de 1961 Jango desembarcou em Brasília para sua posse tomando então o lugar de Presidente da República que por direito lhe pertencia. Entre os primeiros achados no Jornal Diário Popular, na cidade de Pelotas, percebemos que a comunidade pelotense toda se colocou a favor de Leonel Brizola

e apoiou seu movimento da Legalidade, exigindo que assumisse o poder o vice-presidente João Goulart.

O movimento da legalidade envolveu os estudantes da Faculdade de Direito, representados pelo Centro Acadêmico Ferreira Vianna, que redigiram um manifesto repudiando Carlos Lacerda, que acusava Jango de Comunista, como se observa neste excerto:

Antecipando-se à decisão da União Nacional de Estudantes (UNE) que decidiu a deflagração da greve nacional do estudante superior brasileiro, os alunos da Faculdade de Direito de Pelotas, através da representação do Diretório do C. A. Ferreira Vianna, decidiram redigir manifesto em que definem sua posição em repúdio a Lacerda, apóiam integralmente a política externa de Jânio e condenam as forças estranhas que tenham trancado o andamento correto do nosso desenvolvimento pelo qual tanto lutara o ex-presidente através de uma política de liderança no continente. Por outro lado, pensam os estudantes de Direito realizar comício hoje ou amanhã com os mesmos propósitos já expostos no manifesto e contando com o apoio dos sindicatos de nossa cidade (DIÁRIO POPULAR, 27 ago. 1961, capa).

Os estudantes não só se fizeram presente, como apoiavam Jânio e ainda, reforçando suas ideias, também chamaram a seu apoio o sindicato local, e pensavam em organizar um comício na cidade a fim de acentuar sua posição. Em outra matéria, a Federação Acadêmica de Pelotas, órgão máximo dos universitários locais, anunciava a convocação para “Greve Geral Nacional”, com o objetivo de manifestar que os estudantes universitários pelotenses estavam em alerta e de resguardar os preceitos constitucionais de um estado de direito e democrático, como é possível perceber na transcrição desta passagem que segue abaixo:

[...] em face da grave situação brasileira adota as seguintes medidas:

[...]

II- ratificar a posição dos estudantes universitários pelotenses em favor da LEGALIDADE, do RESGUARDO DAS ENTIDADES DEMOCRÁTICAS e da conseqüente manutenção do REGIME CONSTITUCIONAL VIGENTE, repudiando veementemente qualquer proposta golpista, fundado em soluções extralegais.

Pelotas, 27 de agosto de 1961
João Gilberto Corrêa da Silva
Presidente do Conselho Fiscal
Lélio Miguel Antunes de Souza
Presidente da FAP

O envolvimento dos alunos de Pelotas na Greve Geral Nacional evidencia o conhecimento e a defesa dos discentes desta instituição jurídica daquele que é um

dos mais importantes institutos jurídicos para a manutenção de um país democrático, o Princípio da Legalidade, aspecto entendido pelo campo jurídico que determina que se siga o indicado pela norma jurídica, buscando fortalecer e preservar as instituições democráticas de Direito como ampara a atual Carta Magna de 1988, que prevê no seu artigo 5º, inciso II, o respectivo conteúdo:

Art 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...];

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude da lei (BRASIL, 1988, p.5).

Desta maneira, o acontecimento que ganhou nome de Movimento da Legalidade defendia que fosse de imediato empossado o vice-presidente. Em contrapartida, os militares defendiam o rompimento na ordem jurídica e a convocação de novas eleições.

As manifestações e a participação dos estudantes teve repercussão, uma vez que a greve dos estudantes pelotenses terminou em 13 de setembro de 1961, quando os alunos e demais membros da sociedade obtiveram êxito quanto à observação da Carta Magna do Brasil – que é a Constituição brasileira –, sendo ela honrada, e assumiu a presidência João Goulart. Tal fato amenizou de certa maneira as tensões dentro do país, embora permanecesse no ar certo descontentamento dos estudantes, como se pode perceber na reportagem abaixo:

Os estudantes universitários de Pelotas e de todo o Rio Grande do Sul voltaram anteontem às aulas, após terem decretado a suspensão da greve deflagrada em protesto a prisão de universitários no Rio pela invasão da sede da União Nacional de Estudantes e outras arbitrariedades que foram vítimas os acadêmicos na capital do Estado da Guanabara.

Com a volta do país à normalidade após a posse do Sr. João Goulart na presidência da República [...]

A União Estadual de Estudantes, a propósito da suspensão da greve distribuiu a seguinte proclamação: durante duas semanas usaram os estudantes gaúchos de instrumento democrático da greve para manifestar seu descontentamento e repúdio diante de tão mesquinhos conceitos de democracia e liberdade. A campanha da Legalidade não foi totalmente vitoriosa, porque terminou numa solução média e conciliatória, que de modo algum correspondeu às esperanças dos estudantes e do povo, e as exigências da revolução democrática brasileira. Contudo achamos conveniente não insistir com a greve já que a lei foi salva ao menos formalmente (DIÁRIO POPULAR, 13 set. 1961, p.6).

A conturbada chegada ao poder de João Goulart foi um momento em que o país mergulhava em crise financeira. Em contrapartida, o presidente em exercício, parecia tentar de todas as maneiras “estancar” a crise política e econômica em que o país se encontrava e a eminente chegada dos militares ao poder. Entretanto, a realidade que se observa através das lentes do Jornal Diário Popular é justamente o oposto do que viveu o país. A pressão dos militares era cada vez maior para que chegassem ao poder, e ainda havia uma grande tensão para que fosse instaurado o “Estado de Sítio” que, como se sabe, é um instrumento legal amparado pela Constituição e que se levanta sobre o país pelo período máximo de até 90 dias.

O quadro que se desenhou nesse período faz concluir, através dos jornais da época, principalmente pelo seu “silêncio”, que havia certa cautela por parte desse meio de comunicação nas considerações feitas sobre a movimentação política ocorrida no Brasil na década de 1960. Como argumenta Barbosa (2007), nessa época a censura que:

[...] se abate sobre forma da imprensa, o que foi decisivo para o apartamento da polêmica em torno desse tema dos meios de comunicação. Esse silêncio vai produzir drástica alteração no conteúdo dos jornais diários, uma vez que terão que abandonar gradativamente o papel de amplificadores e, muitas vezes, construtores desses enredos, afastando-se dos protagonistas e deixando de ser personagens do campo político (BARBOSA, 2007, p.175).

Este certo silêncio por parte dos jornais foi aos poucos se justificando, pois nesse período os jornalistas já estavam fartos da instabilidade social que assolava o país desde o período da morte de Getúlio Vargas e aprofundada com o governo de Jango.

Na década de 60, conflitos sociais e políticos vêm à tona. São identificados como “desordem” provocada pelos comunistas. O velho fantasma volta a rondar o país e os “guardiões da boa sociedade” empenham-se na articulação de um golpe para salvá-la. Nessa época, populismo (varguismo, janguismo) e bolchevismo são sinônimos. A imprensa marca sua presença na luta pela “família, Deus e liberdade” (CAPELATO, 1988, p.53).

Diante de toda a instabilidade política que assolava o país, se observa que nada além de manchetes nacionais foram publicadas no jornal, fica evidente que na conjuntura política que o país se encontrava, e a tomada de poder pelos militares parecia algo inevitável, uma vez que pairava no ar um medo generalizado das sombras do Comunismo. Assim, em 1º de abril de 1964 os militares chegaram ao

poder. No dia 31 de março de 1964 a “Revolução Gloriosa” ocorre com a justificativa de livrar o Brasil da ameaça comunista. A grande imprensa, em sua quase maioria, em manchetes dos jornais expressaram indignação contra o presente, entusiasmo e otimismo quanto no futuro.

Entretanto, considerou-se que no estudo feito na cidade de Pelotas seria também interessante para enriquecer este trabalho pesquisar documentação naquele que é o órgão de maior representatividade dos alunos da Faculdade de Direito de Pelotas, o Centro Acadêmico Ferreira Vianna (CAFV).

Em contato com ex-membro do CAFV, advogado Alexandro Melo Correa, este gentilmente cedeu números de telefones de membros atuais do movimento acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas, que de pronto se dispuseram a permitir o trabalho nos arquivos históricos do Centro. No primeiro contato telefônico, fui atendida por acadêmico e membro do CAFV que me passou contato para um segundo membro com quem marquei encontro no saguão da faculdade onde fui recebida por uma aluna do segundo ano do curso.

Assim, após uma conversa inicial em que me identifiquei e justifiquei os motivos que me levaram a buscar informações nos documentos históricos do CAFV, esta acadêmica me levou até uma peça pequena onde encontramos algumas caixas de papelão em péssimo estado devido ao elevado grau de umidade do local, e para nossa tristeza, naquela tarde, após baixar e procurar em todas as caixas que ali estavam, não foram encontrados os arquivos das décadas de 1960 e 1970.

Combinamos de retornar na tarde do dia seguinte, pois a acadêmica iria fazer contatos para procurar os outros arquivos, de maneira que nos foi indicado que estariam no sótão daquela Faculdade como constatamos posteriormente. O local com que nos deparamos era tão precário quanto o anterior, ou quando pesquisei nesta instituição para a elaboração de minha dissertação de mestrado intitulada “A presença feminina na Faculdade de Direito de Pelotas-RS” em 2009, e o material utilizado para esta pesquisa de Doutorado estava em condição melhor, pois conseguiu resistir àquele ambiente úmido e sujeito a alagamentos por estar acondicionado em um arquivo de metal.

Pesquisando no material deste centro acadêmico percebi que a atitude necessária da comunidade perante um momento tão delicado do país promoveu a invenção de estratégias entre os grupos sociais, e um dos instrumentos de manifestação foi o jornal elaborado pelo Centro Acadêmico Ferreira Viana da

Faculdade de Direito de Pelotas. Através dessa publicação pretendeu-se dar voz e questionar os motivos de tal silêncio da comunidade jurídica pelotense.

Além disso, o que se percebe vasculhando o material da época é a presença ativa dos membros do Centro Acadêmico Ferreira Vianna que representava os estudantes da Faculdade de Direito de Pelotas, que, aliado à situação de instabilidade social e contrária dos jornais locais, já começavam a demonstrar indignação com a presença iminente dos militares. Em entrevista com um dos alunos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas e que também foi militante do Centro Acadêmico Ferreira Vianna, ele evidenciou o momento conturbado que o país viveu antes de mergulhar nos anos da Ditadura militar em 1964:

“Aí em 60 entrei nesse movimento da Federação Acadêmica e logo após veio este episódio do Jânio. Renuncia daí assumiu o Jânio que era o vice [...] começaram a fazer pressão de toda maneira até darem o golpe nele e o fator decisivo para o golpe foram as medidas que ele andou tomando, talvez até não tivesse tido um pouco mais de cautela, que era na área da reforma agrária que ele baixou um decreto expropriando todas as faixas de terra ao longo das estradas federais para fins de reforma agrária e mandou um projeto para o Congresso Nacional regulamentando o sistema de remessa de lucro das empresas estrangeiras para o exterior e aí se juntou o latifúndio reacionário com o capital estrangeiro, ambos atingiram os seus interesses e mobilizaram a opinião pública com o apoio da igreja então reacionária e deu a cobertura, vamos dizer, ‘popular’, as famosas marchas com Deus pela Pátria e pela família acabaram derrubando o Jango. Daí foi um período muito difícil da vida, foi em 60” (EM1, entrevista, 2012).

As publicações trazem o interesse dos alunos da época por uma imprensa livre e denunciam a repressão contra colegas de movimento estudantil, conforme se observa em artigo no jornal “O acadêmico” e, ainda, no manifesto de solidariedade assinado por aquele que seria um político de grande vulto, Bernardo de Souza, com imensa ligação com a Faculdade de Direito de Pelotas.

Em outro documento, ou seja, o manifesto de solidariedade do Diretório Acadêmico, evidencia-se a manifestação veemente da indignação com o governo atual, que na visão dos alunos estaria ferindo direitos constitucionais, pois o governo mantinha preso incomunicável Marco Aurélio Garcia, secretário da União dos Estudantes do Estado (UEE).

MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE

A Federação Acadêmica de Pelotas, associando-se à União Estadual de Estudantes (UEE), à Federação dos Estudantes da Universidade do RGS (FEURGS) e ao Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica (DCEPUC), vem solidarizar-se ao estudante Marco Aurélio Garcia, manifestando de público, através da imprensa livre, seu repúdio ao aparelho policial montado no Estado, que mais uma vez demonstrou seu caráter arbitrário e inconstitucional ao seqüestrar e manter preso incomunicável o colega Marco Aurélio Garcia, secretário da UEE na noite do 23 último. Denúncias vêm sendo feitas ao se verificar constantemente o espancamento de estudantes, assumindo agora esse aspecto de suma gravidade qual seja ilegal a prisão de líderes estudantis visando entravar pela repressão e amedrontamento o crescente de conscientização e politização do universitário brasileiro.

Presidente
Bernardo O. Souza
Pelotas, 15 de setembro de 1963.⁵

A comunidade pelotense não se calou diante da censura e mesmo com o cenário do “estado de sítio”⁶ que se instaurou no país, e que implica, dentre outras coisas, na suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias, de maneira que em decorrência do conteúdo deste instrumento se vê ameaçado o estado de direito e democrático, os acadêmicos procuravam aplicar o capital cultural, que se constituía no curso de suas trajetórias como estudantes de Direito, manifestando sua preocupação e indignação com a situação que o país se encontrava.

Folheando páginas do jornal, fica evidente que na conjuntura política que o país se encontrava, a tomada de poder pelos militares parecia algo inevitável, uma vez que pairava no ar um medo generalizado das sombras do Comunismo. Assim, em 1º de abril de 1964 os militares chegaram ao poder. No dia 31 de março de 1964 a “Revolução Gloriosa”⁷ livrou o Brasil da ameaça comunista e as manchetes dos

⁵ Ver Anexo B.

⁶ Brasília – acompanhada dos ofícios dos ministros da justiça e das três pastas militares, o presidente da República enviou ao congresso mensagem solicitando a decretação do Estado de Sítio, em face da grave situação que atravessa o país e para a defesa do regime democrático. O documento foi entregue à Mesa do Congresso pelo chefe da Casa Civil, professor Darcy Ribeiro, e tem o seguinte teor “Senhores Membros do Congresso Nacional com fundamento no Artigo 209 da Constituição, solicito de Vossas Excelências a decretação do estado de Sítio em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias” (DIÁRIO POPULAR, 5 out. 1963, capa).

⁷ Mesmo não sendo o objetivo desta pesquisa a discussão do Golpe Civil Militar de 1964, no Brasil, esse fato é indispensável para refletir sobre como os sujeitos entrevistados se constroem advogados. Para compreender melhor esse contexto, com detalhes sobre o período militar no Rio Grande do Sul indica-se a leitura da dissertação de mestrado de Marcus Cerutti (2010). Embora autor analise atenha-se aos depoimentos dos professores, funcionários e estudantes inquiridos pela Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instalada na UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a dissertação vale-se documentos e narrativas jornalísticas para caracterizar o “clima de efervescência política e social”.

jornais expressaram indignação contra o presente, e entusiasmo e otimismo quanto ao futuro.

O Brasil em 1964 mergulha em grave crise política, enquanto João Goulart propunha mudanças na estrutura agrária, econômica e educacional do país os militares observavam atentos a todos os movimentos políticos preparando o golpe que os levaria ao governo. Seriam os anos com maiores violações dos direitos dos cidadãos brasileiros (COSTA, 2009, p.64).

Em relação ao contexto político de Portugal, os anos 1970 foram decisivos ao fim do regime “fascista”⁸ de Salazar. Em 1974, o país ainda possuía muitas colônias e beneficiava-se economicamente delas; entretanto, o estopim para se instaurar a Revolução dos Cravos foi justamente para manter sua última colônia na África.

O esgotamento da população portuguesa em função das guerras coloniais levava não só a uma evasão de capital econômico, mas também deslocava milhares de jovens portugueses para a frente de batalha. “A ausência de liberdade no país e os abusos da Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE) favoreceram a aparição de um movimento contra a ditadura [...]”, como refere Bernardo (2007, p.3). O Partido Comunista Português e militares que compactuavam dos mesmos ideais articulam a derrubada do último reduto do fascismo que durava 48 anos em Portugal. Secco (1974, p.12)) ressalta o mal-estar causado pelas colônias e sua repercussão na metrópole, como se observa a seguir:

A Guerra Colonial foi o início de tudo. Sem ela não teria havido nenhuma revolução portuguesa. Ao menos não na forma em que ocorreu. O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África. A revolta dos povos colonizados por Portugal obrigou o país a desviar recursos pesados do orçamento para manter o esforço de guerra.

Liderados pelo General Spínola em ação militar iniciada dia 24, ao sinal sonoro da emissora de rádio de Lisboa, pelo locutor João Diniz, com senha secreta que se valeu da música de Zeca Afonso “Grândola, Vila Morena”, os militares tomaram conta de Lisboa e dos principais postos de decisão política, sendo recebidos pelo povo português com flores – no caso, cravos – vendidas tradicionalmente nas ruas.

⁸ Para Bernardo (2007), até o início de 1974, Portugal era governado por um regime autoritário de inspiração fascista italiana.

Após estudo sobre esse momento histórico de Portugal, buscou-se melhor compreender os motivos que levaram à queda da Ditadura Salazarista e, com esse propósito, aprofundou-se a pesquisa de campo à procura de fontes, dentre elas jornais portugueses e documentos que auxiliassem nesta tarefa.

Utilizando especialmente as narrativas do jornal “Diário de Coimbra”, a seguir é enfatizado o momento histórico que Portugal passara naquela data, quando a tomada do poder por militares acabou com anos de ditadura e que timidamente foi noticiada, no seu interior, além da manchete de capa “Forças Armadas Tomam Conta da Administração e proclamam a salvação do País” (DIÁRIO DE COIMBRA, 1974, capa). Além desse jornal, o “Diário de Notícias”⁹ de Lisboa também dedicou uma coluna de sua edição sobre este momento político.

A revolta deflagrou o salazarismo e instituiu um governo de transição, a partir da criação da Junta de Salvação Nacional, formada principalmente pelos militares golpistas. Esse governo provisório priorizou três linhas de ação: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver (BERNARDO, 2007), ou seja, a proposta tinha a pretensão de, em curto prazo, retomar a Democracia Política em Portugal.

A mídia jornalística, em Portugal, parece não ter enfatizado esse momento importante para a liberdade do país, chamado por Noronha (2011) de início de um processo de desenvolvimento de transições para a democracia. Esse aspecto talvez esteja associado à prática de “silenciamento”, imposta pelos longos anos de regime salazarista.

Além da investigação nesse periódico, buscou-se entrecruzar dados e, por sugestão de um dos sujeitos entrevistados para essa tese, AM2, detivemo-nos na análise do jornal “Via Latina”, periódico criado pelos acadêmicos da Faculdade de Direito de Coimbra que circulou nesse período revolucionário. O periódico tinha pretensão de ser um instrumento de manifestação contra o fascismo.

A fala deste acadêmico mostra a importância do “Via Latina” como um instrumento de resistência ao governo de Salazar, e a censura, até que descobrem os subterfúgios usados pelos alunos para se manifestarem através deste jornal e proíbem sua circulação, bem como, aplicam sanções aos alunos envolvidos com sua elaboração:

⁹ Ver a imagem dessa manchete no anexo C.

“Esse Encontro Nacional de Estudantes chegou a ser autorizado, depois foi negada a autorização porque o Salazar chamou o Sr. Ministro e não autorizou!!! Mas nós continuamos a marcar o encontro para Coimbra e eu consegui publicar o programa do encontro na primeira página da Via Latina através de um subterfúgio, enganando o capitão da censura, porque a gente tinha uma secção pequenina chamada Porta Férrea, uma coisa muito pequenina que muitas vezes era utilizada para cobrir o que a censura cortava em última hora ou com notícias ‘pra semana vai chover’ !!! Notícias que não tinham importância, mas algumas queríamos dar e outras... Então o capitão sabia que aquilo eram coisas pequeninas. Eu então mandei colocar lá ‘Encontro Nacional de Estudantes em Coimbra’ e o capitão deu o carimbo e foi embora!!! Eu cheguei à reprografia e disse: ‘Vamos desfazer a primeira página!!!’, ‘Mas já está tudo feito!!!’, ‘Vamos refazer e vamos colocar isso aqui!!!’, ‘Isto é da porta férrea’, ‘É, mas agora vai para a primeira página!!!’. E, pronto, saiu!!!. Depois só saiu mais um número porque fecharam, a primeira estrutura a ser suspensa seria a minha em 1962!!!” (AM2, entrevista, 2013).

É pertinente ressaltar que não se tratava apenas de um jornal, pois “Via Latina” tinha uma história longa. Havia surgido em 1889¹⁰ como uma revista editada pelos estudantes da Faculdade de Direito. Em 1961 assumiu sua direção A2, na ocasião aluno, e no ano posterior a revista foi publicada somente até abril, vez que sempre sofreu o peso dos olhares da censura, e desta vez a suspensão perdurou até 1966. A dificuldade para publicar e fazer circular esse instrumento produzido por acadêmicos da Faculdade de Direito de Coimbra evidencia-se também no relato de AM2:

“[...] quando eu estava exatamente no quinto ano de Direito e fui diretor da Via Latina, que era o jornal da associação acadêmica, que depois que a associação ganhou começou a tornar-se jornal da associação acadêmica de Coimbra, imprensa universitária. Tínhamos a censura e para o jornal sair, mais ou menos de 10 em 10 dias, para publicarmos 8 a 10 páginas, com fotografia e tal. Mesmo assim nós tínhamos uma rede, um grupo de amigos de Coimbra, praticamente em todos os distritos de todo o país, em todos os conselhos, gente que tinha sido aqui estudante, se tinha aqui formado, em Coimbra. Era dos jornais mais difundidos do país porque chegava onde os outros não chegavam” (AM2, entrevista, 2013).

O relato de AM2 indica que, como no Brasil, os acadêmicos inventaram formas para fazer circular o capital cultural do qual se apropriavam, ou seja, se no caso brasileiro a ênfase se deu mediante circulação do jornal, para Portugal o Via

¹⁰ Como relata AM2 após sua criação, a revista ficou suspensa pelo período de 30 anos, voltando a ser publicada em 1924; teve, assim, várias pausas com edições limitadas.

Latina representou o símbolo da resistência a esse período. Além disso, Guerreiro (2004, p.1), referindo-se à permanência por longos anos do “Via Latina”, assim registra:

[...] Foi encerrada e amordaçada. Se sentiu o peso da censura e vontade de a usarem, de a verem de freio. Foi conseguindo, a espaços, reerguer-se e sacudir grilhões, ditar palavras incômodas, fazer-se reconhecer como pedaço inolvidável da cultura coimbrã.

Para minha surpresa, ao contrário do que identifiquei nos jornais do Brasil quando do golpe civil militar, aqui não foi algo pré-anunciado. A repercussão da tomada de poder pelos militares portugueses e a queda do fascismo aconteceram de um dia para o outro, algo como um ataque velado. Como recupera Bernardo (2007), “[...] os eventos desencadeados pelo golpe civil militar de 1974 em Portugal produziram uma lógica política diferente”. O golpe não encerra um período autoritário de governo; ele representou a tentativa de elevar democraticamente o povo português, o que trouxe implicações também para educação. A partir de então, a liberdade e a diversidade na circulação de ideias consolidou-se principalmente pelas novas lideranças sociais que se formavam na academia, e o campo jurídico do país reinventou-se no regime político democrático, retomando elementos de uma tradição histórica e social instituída, como se percebe a seguir na próxima seção.

2.2 A Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e a Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal: sua origem e contextualização

Ao decidir que o foco dessa pesquisa estaria vinculado aos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, RS, em estudo comparado com egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal, tornou-se fundamental buscar um pouco da história dessas instituições – em especial suas origens –, que está intimamente ligada às condições financeiras dessas cidades naquele momento. Logo, exigiu conhecer também o contexto histórico-social de Pelotas, indo desde suas origens até o recorte temporal específico deste trabalho no Brasil, que é de 1961 a 1974.

E, na sequência, caracterizamos alguns aspectos da história da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, como também da Faculdade de Direito de Pelotas. O cenário econômico em que se originou aquela instituição compreende o período

de um Portugal rico e detentor de colônias. A pujança econômica também é uma evidência em Pelotas, quando da instalação da já referida faculdade. Além disso, a seguir, passamos a detalhar outros elementos que auxiliam na caracterização de contexto, ou seja, fatos e acontecimentos que se situam especialmente até a década de 1970 do século XX.

A instalação dos Cursos de Direito no Brasil, por exemplo, surge com a criação dos primeiros cursos jurídicos em Portugal, e, como é sabido, está intimamente relacionada com a história também de Portugal e a consequente transferência ou fuga, se assim preferirem, da família real portuguesa em 1808, quando Napoleão Bonaparte invadiu Portugal, e a sede do poder metropolitano foi deslocada para o Brasil.

Assim, com a sede política portuguesa focada no Brasil, era preciso também que se criasse um grupo de juristas, bacharéis, enfim, burocratas, para auxiliar na organização da nova estrutura política, jurídica e burocrática que agora era desempenhada no Brasil, entretanto o então Rei Dom João nunca se dedicou a criar universidades, e sim, criou cátedras isoladas de ensino superior, sendo elas: a de Medicina, localizada na Bahia (1808); e a de Engenharia, localizada no Rio de Janeiro (1810), cabendo ainda considerar que suas instalações eram precárias.

A necessidade de uma comunidade jurídica nacional no Brasil crescia em especial devido a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, perante Portugal, fazendo surgir a necessidade de criação da própria comunidade jurídica brasileira, visto que, até então, grande parte eram de bacharéis em Direito graduados em Coimbra.

Poucos são os estudos específicos sobre este tema, razão pela qual foi utilizado neste trabalho o livro “As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro”, de autoria de Edmundo Campos Coelho, que faz uma abordagem profunda sobre os primeiros tempos dos Cursos de Direito no Brasil.

A necessidade da criação dos cursos de ensino jurídico no Brasil se deu logo após à Independência, de maneira que na Assembleia Constituinte de 1823 começaram as discussões sobre esta necessidade. Em 11 de agosto de 1827 foi promulgada a lei que criou os cursos de ciências jurídicas e sociais em Olinda e São Paulo, como se vê no corpo da Lei a seguir transcrita:

Lei de 11 de Agosto de 1827

Crêa dous Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda.

Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º - Crear-se-ão dous Cursos de sciencias jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda, e nelles no espaço de cinco annos, e em nove cadeiras... (BRASIL, 1827, p.5-7).

O atraso na implantação do ensino superior no Brasil reforça o aspecto colonial das instituições que existiram até o início do século XX. Em contrapartida, na Europa já ocorria o desdobramento de inúmeras universidades por variadas regiões. Nas Américas estas instituições apenas iniciavam seus primeiros passos; a primeira universidade fundada nas Américas foi a de Lima, Peru, em 1551. No Brasil, a criação da universidade se deu somente em 1909, em Manaus, inicialmente com vários cursos, mas, em decorrência da decadência econômica da região, restou somente a Faculdade de Direito como segue abaixo:

A primeira universidade criada no país, explicitamente com esse nome, foi em Manaus, no estado Amazonas, em 1909, durante o curto período de prosperidade gerada pela exploração da borracha. Resultado da iniciativa de grupos privados, a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. O esgotamento da prosperidade econômica da região levou ao fim da instituição, em 1926, da qual restou apenas a Faculdade de Direito, incorporada em 1926 à recém criada Universidade Federal do Amazonas (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2010, p.161).

Como argumentam Lopes, Faria Filho e Veiga (2010), essa primeira universidade no Brasil sucumbiu em meio à crise econômica daquela região e a permanência apenas da Faculdade de Direito mostra justamente a importância que a sociedade dá à criação e manutenção de um curso jurídico na sua região.

E em Pelotas, no Sul do Brasil, não seria diferente, “meu filho há de ser doutor” consistia em corriqueira manifestação entre as famílias brasileiras de classe abastada. Ser doutor, obviamente, significava ser bacharel (FISCHER; COSTA, 2013).

O bacharelismo, ou mais comumente denominado o bacharelismo liberal, foi identificado ao longo dos tempos como um fenômeno mundial. De fato, no Brasil a “cultura do bacharel” advém dos tempos de nossa colonização, quando jovens de famílias ricas se direcionavam até a Faculdade de Coimbra, em Portugal, para

desempenharem seus estudos, regressando com conhecimento jurídico, bem como determinados costumes adquiridos no processo de formação e vivência europeia, gerando grande prestígio, vez que, como observado anteriormente, somente em 1927 é que passaram às Faculdades de Direito, iniciando no século XIX como curso jurídico no Brasil:

[...] em 1827, cinco anos depois da independência, o imperador Pedro I acrescentou ao quadro existente os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, com o que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama de ensino superior no país: Medicina, Engenharia e Direito (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2010, p.154).

A fundação da Faculdade de Direito de Pelotas não seria diferente das demais do Brasil, ou seja, está intimamente relacionada com a base do Direito de Coimbra e com as condições financeiras da cidade naquele período, uma cidade que herdou muito dos seus hábitos e costumes de sua colonização portuguesa, e que, ironicamente, sofreria um processo como sua metrópole, com uma economia baseada na exploração, com um período de riqueza e uma população abastada, que via na educação uma maneira de se impor política e socialmente, e hoje é uma cidade em decadência econômica, tal qual Portugal.

Pelotas, RS, é uma cidade localizada no extremo sul do Estado, distanciada 250 quilômetros da capital Porto Alegre, e, desde sua fundação, manteve laços diretos com as atividades culturais do Estado do Rio Grande do Sul e também do Brasil.

Como bem observou um historiador pelotense, em 1747 a localidade era apenas um distrito do município de Rio Grande, quando um português, chamado José Pinto Martins, um homem de visão extremamente empresarial, vindo do Ceará, estabeleceu a primeira charqueada às margens do arroio Pelotas:

Retirante da terrível seca que dois anos antes assolou o Ceará (que fornecia ao Brasil quase toda a carne em conserva, através de sua secagem ao sol), um cidadão português estabeleceu nessa data a primeira charqueada sul-rio-grandense, também a nossa primeira unidade industrial, no interior da Vila do Rio Grande; mais precisamente, às margens do já denominado arroio Pelotas (MAGALHÃES, 1981, p.9).

Não demorou a que fossem instaladas 22 charqueadas que possuíam em média 80 escravos cada uma. Assim, a sociedade se sustentava graças ao trabalho

do negro, e destinava o charque, sua principal produção, para o consumo e sustento das senzalas e dos inúmeros escravos. Esse era o retrato da sociedade pelotense, como salienta Magalhães (1981, p.14):

Claro, essa civilização se sustenta no suor do negro, na punição do escravo, na faca assassina, na degola do boi, no arroio tinto de sangue, no cheiro da carniça, nas mantas de carne sob o calor do sol. Era a civilização do sal, mas que procurava atenuar seus rituais de castigo e de brutalidade adocicando-se em cortesias e amabilidades – no teatro, nos saraus e nos salões. Era uma elite de novos áulicos e novos bacharéis que buscavam adoçar corpo e espírito, neste Brasil de clima europeu, com licores (os “finos líquidos”) e desserts, livros e versos rimados, saudações solenes, dedicatórias, rebuscadas e, veladamente, sensuais.

Entretanto, consideramos fundamental que se traga a este estudo outra versão sobre a instalação das primeiras charqueadas, extraída de um estudo mais recente e que foi resultado de uma pesquisa intensa, assemelhada à executada para esta tese, qual seja, o livro intitulado “Desfazendo Mitos: notas à história do continente de São Pedro”, de autoria de Monquelat e Marcolla. No estudo em questão, os autores, em incansável pesquisa às fontes, questionaram se seria o português Pinto Martins o pioneiro a ser charqueador e ter introduzido a indústria saladeril em Pelotas e no Continente de São Pedro, e, para nossa surpresa, chegaram ao Português João Cardoso, o mesmo imortalizado por Simões Lopes Neto em seu conto “O mate do João Cardoso” e confirmado por autoridades da época como pioneiro na instituição local da indústria do charque:

O suplicante é um vassalo benemérito, pelos bons serviços que tem prestado a S. A. Real; que não tem outras terras senão aquelas quatro léguas e meia compradas; sendo um dos mais antigos colonos deste continente, que em grande parte lhe deu o seu aumento e auge em que se encontra, por ter sido ele, [João Cardoso] , o primeiro que instituiu, aqui, a fábrica de carnes de charque, dando aos demais as ideias e noções necessárias para o [desenvolvimento] de um ramo tão vantajoso ao Estado e bem comum, o que é conhecido por V. Ex^a. [...]. (MONQUELAT; MARCOLLA, 2010, p.96).

Se foi Pinto Martins ou João Cardoso o pioneiro charqueador ainda há muito que se estudar sobre as origens da cidade de Pelotas, entretanto certo é que o estabelecimento da charqueada teve importante papel para proporcionar à região a riqueza vinda do charque e, com ela, os altos investimentos na educação, contribuindo assim para a formação de uma elite pensante.

Com a ordem natural dos fatos e com todo esse desenvolvimento e progresso na região, surgiu a necessidade de se ter na cidade de Pelotas instituições de educação que sanassem o anseio de cultura de uma população que emergia junto a opulência de uma sociedade latifundiária, baseada na mão de obra escrava, e que buscava postos de destaque para seus herdeiros e influência nos altos postos políticos, como também aponta Magalhães (1981, p.15):

Nessa época a cidade já se autodenominava, enamorada de si mesma, “Princesa do Sul”. Com idêntico orgulho, se autoproclamava “Atenas Rio-Grandense”, identificada que estava se modo especial, com as artes e as letras. Numa espécie de desdobramento do seu apogeu econômico-urbano. Mas não era menos famosa, dentro e fora da Província, pelos seus viscondes e barões (houve 17 ao todo, durante os dois impérios), as suas damas, e seus doces, as suas festas, os seus sobrados, os seus monumentos públicos, as suas lojas.

Na obra de Magalhães intitulada “Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)” fica também evidente que há, além de uma preocupação em educar seus filhos, também um caráter pioneiro em educar “suas filhas”. Assim, a relação entre as mulheres pelotenses e a educação foi construída há longo tempo, o que fez com que as mulheres de Pelotas se destacassem por sua refinada educação, uma vez que muitas filhas de charqueadores tinham a possibilidade de desenvolver seus estudos no Rio e até mesmo na Europa.

De fato, foram mulheres as de Pelotas, cheias de encanto, de refinada educação e espiritualidade. Uma delas, D. Mercedes Maciel Moreira, chegou a ser considerada, pelo pensador Gama Rosa “a mais genial poetisa e musicista da sua época” e pelo Conde de Afonso Celso, “a mais ilustrada e completa dama de seu tempo”. Outra – D. Maria Francisca da Costa Rodrigues da Silva, conhecida carinhosamente como Sinhá Costinha – teve seus “dotes de rosto e de espírito louvados até na Europa” (MAGALHÃES, 1993, p.36).

Não seria distinto que este caráter pioneiro na educação das mulheres pelotenses refletisse também mais tarde quando, dando um salto temporal apenas para dialogar com o tema desta tese que aborda a Faculdade de Direito de Pelotas, se observa que as mulheres pelotenses igualmente foram pioneiras no espaço jurídico ao frequentarem em 1936 aulas na referida Faculdade de Direito e já como membros participantes do Centro Acadêmico Ferreira Vianna.

Não podemos deixar de observar que foi de grande importância para essas mulheres que configuraram como pioneiras dentro da Faculdade de Direito de Pelotas, o caráter precursor da cidade de Pelotas no que se refere às questões envolvendo educação. Ao oferecer educação com pioneirismo às mulheres dessa cidade, abriram caminhos para muitas mulheres, entre elas as personagens desse texto (COSTA, 2009, p.80).

Na virada do século XIX para o século XX já se percebia que Pelotas sofria uma grave crise financeira, entretanto ainda conseguia sustentar um considerável crescimento urbano, de maneira que a cidade, mesmo sem estar no apogeu econômico oriundo da indústria saladeril, ainda conseguiu manter-se construindo escolas, teatros, bibliotecas e bancos.

Ressalta-se que a decadência econômica de Pelotas é reforçada pela crise mundial desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, que ocasionou muitas mudanças no contexto econômico nacional e, em nível regional, causou, entre outros estragos, o fechamento do Banco Pelotense¹¹ (AMARAL, 2003, p.59).

Este quadro de decadência econômica que se abateu sobre Pelotas se alastrou durante anos, contudo persistia na cidade uma elite oriunda do setor latifundiário e uma classe média em ascensão, que mantinham seu alto padrão cultural e educativo.

Diante do quadro de desaceleração do crescimento material que se observa nas primeiras décadas do século XX, tem-se a impressão de que restou à “Atenas Rio-Grandense” fazer jus ao seu epíteto e buscar manter ao menos uma boa estrutura educacional e cultural (AMARAL, 2003, p.70).

Conforme os estudos da mesma autora, muito forte foi a influência da maçonaria na cidade de Pelotas, e em especial no que tange à educação e suas instituições, de modo que, quando falamos de aspectos educativos e culturais da cidade, por exemplo, não podemos deixar de considerar a contribuição dessa agremiação:

Em Pelotas, a Maçonaria, desde o Império às primeiras três décadas do século XX, teve marcante participação política e social, exercendo inegável influência sobre a administração e a intelectualidade urbana. Muitos maçons estão ligados à instituição de obras filantrópicas, educacionais e culturais da

¹¹ O Banco Pelotense era uma demonstração clara da opulência e do grande valor de capital que girava na economia da cidade de Pelotas, de maneira que com o objetivo de administrar suas reservas um grupo liderado pela figura ilustre do pelotense Dr. Augusto Assumpção e outros pelotenses criaram em 1906 este banco a partir de seus investimentos.

cidade, o que contribuiu para que ela, destacada pelo elevado nível cultural e educacional, fosse considerada a “Atenas Rio-Grandense” (AMARAL, 2003, p.73).

Seguindo na mesma perspectiva, percebe-se claramente que a cidade consegue canalizar seus esforços e manter uma educação de alto nível, consagrando-se não só por uma boa educação nos anos iniciais de escolarização, mas também obtendo destaque por suas faculdades, como é o caso da Faculdade de Direito.

Assim como as escolas de ensino primário, ao que tudo indica, as instituições educacionais de ensino secundário e superior apresentavam um bom nível de qualidade. É o caso do Ginásio Gonzaga (que possuía a Escola Superior de Comércio), do Colégio Pelotense e das Faculdades de Agronomia e Veterinária, de Odontologia e Farmácia e de Direito, que surgem a partir da iniciativa privada e que após alguns anos passam para o poder municipal. Sem sombra de dúvida tais instituições de ensino corroboraram na manutenção da aura intelectual que sempre pairou sobre a cidade (AMARAL, 2003, p.77).

No decorrer do tempo há uma busca não somente pelo acesso à educação, mas igualmente à formação de uma elite pensante. Nesse sentido, destacou-se a importância da criação de uma das instituições mais antigas da cidade de Pelotas, o Colégio Pelotense, que se estruturou a partir do apoio da maçonaria e deu origem a algumas das instituições de ensino superior da cidade, dentre elas a Faculdade de Direito de Pelotas, como bem considera Amaral (2003, p.110):

A abordagem de aspectos da história do Gymnasio Pelotense que envolvem seu processo de criação pela Maçonaria e posterior municipalização engloba um período que se estendeu pelas três primeiras décadas deste século. [...] A cidade, desde o século passado, tendo por base um sólido desenvolvimento econômico assentado inicialmente na indústria do charque, só perdia para a capital a posição de destaque na vida econômica, social, política e cultural do estado.

Dessa maneira, no dia 24 de outubro de 1902, em reunião congregando as sociedades maçônicas Antunes Ribas, Lealdade e Rio Branco, concretizou-se a ideia de uma instituição de educação maçônica, então denominada “Gymnasio Pelotense”, constituiu-se uma das instituições mais antigas e importantes da cidade, formando um contingente grande de pelotenses. Ainda com amparo em Amaral, é possível afirmar que, com as várias transformações que se deram nas legislações – em especial a Lei Rivadávia Correa, datada de 1911, que proporcionou a criação

dos cursos superiores anexos ao então *Gymnasio Pelotense* –, acentua-se a disputa entre *Maçonaria* e *Igreja Católica*.

Já que o curso superior era uma continuidade do secundário, não é de se estranhar que se tenha criado no *Gymnasio Pelotense* cursos de ensino superior. Deve-se então salientar que este fato ocorreu principalmente em função da legislação vigente – *Lei Rivadávia Correa*, de 1911 – e do interesse da *Maçonaria* em consolidar seu ideário atuando junto a formação profissional da elite pelotense e das camadas médias em ascensão. (AMARAL, 2003, p.149).

Com tal situação, a *maçonaria pelotense* tratou logo de se beneficiar dessa lei e colocá-la em prática, de maneira que deu origem aos cursos superiores de *Farmácia* e *Odontologia*, datados de 1911, e à *Escola de Agrimensura* e à *Faculdade de Direito*, em 1913. O *Jornal “O Acadêmico”*, em sua edição de cinquentenário da *Faculdade de Direito*, publicou: “Depois do consagrado dos membros que formariam o primeiro corpo docente foi a *Faculdade de Direito* fundada oficialmente em 12 de setembro de 1912” (p.1)¹².

Assim, fica nítido que a instituição desses cursos superiores está intimamente ligada a uma elite agropastoril em ascensão, uma vez que a sociedade pelotense da época desejava que seus filhos tivessem acesso e oportunidade até então só obtidos nas *Faculdades do Rio de Janeiro*, ou na *Europa*, como também observa Amaral:

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao *Gymnasio*, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de *Farmácia* e *Odontologia* e de *Agrimensura*, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico vinculados à realidade e a própria necessidade da comunidade. Já a *Faculdade de Direito*, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis. Encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. (AMARAL, 2003, p.151).

Dessa maneira, a atitude fundadora da *Faculdade de Direito de Pelotas* se deu de um grupo de homens que eram parte de uma elite financeira e cultural de *Pelotas* e grande parte pertencente à *Maçonaria* – dentre eles, *José Julio Albuquerque Barros*, *Francisco Carlos de Araújo*, *Esperidião de Lima Medeiros*, *Luis Mello Guimarães* e ainda *Fernando Luis Osório* – na maioria faziam parte da

¹² Ver anexo D.

Congregação do Gymnasio Pelotense ou eram homens pertencentes à elite social e cultural de Pelotas.

José Julio de Albuquerque Barros, advogado, aluno destacado da turma que colou grau em 1908 na Faculdade de Porto Alegre e professor do Ginásio Pelotense, ficou, então, encarregado da organização da nova Instituição, assumindo a função de diretor interino e a regência da cadeira de Direito Comercial. Segundo Magalhães (1983) o pai deste professor, José Julio de Albuquerque Barros, Barão de Sobral, Presidente do Rio Grande do Sul, em 5 de setembro de 1883, dirigia-se a Câmara Municipal de Pelotas para comunicar que era intenção do governo do Império fundar na província uma escola de agronomia e veterinária. Pode-se dizer, que esta família rica, pertencente à alta sociedade pelotense, sempre esteve envolvida com causas culturais e educacionais (VILLAR, 2004, p.13).

Conforme se pode até aqui observar, segundo dados envolvendo o surgimento da Faculdade de Direito Pelotas, não podemos adentrar no estudo dessa instituição sem falar na sua origem intimamente ligada ao Gymnasio Pelotense e à Maçonaria, e mais especificamente a Bruno de Mendonça Lima, de tal maneira que essa instituição é também chamada de “A casa de Bruno Lima”, professor que ingressou nesta instituição em 1918 e permaneceu até 1965.

Segundo fontes consultadas, como a pesquisa de Villar (2004), dos três cursos a Faculdade de Direito teve, em sua arrancada inicial, maiores dificuldades para se manter, dentre elas, dificuldade para manter seu quadro de professores, e até mesmo as instalações, que eram muito precárias. Segundo os mesmos dados, conseguiu manter-se não pelo apoio da maçonaria, mas sim, graças à ajuda de famílias abastadas da cidade de Pelotas, que viam justamente na oportunidade de seus filhos serem bacharéis em Direito uma condição fundamental para atingirem a vida pública.

Com o passar dos anos, a Faculdade de Direito de Pelotas conseguiu sedimentar-se como local de educação. Recebeu forte apoio, com a chegada em 1916, do professor Bruno de Mendonça Lima, homem que dedicaria sua vida e obra a esta instituição, de tal maneira que ainda hoje muitos se referem à Faculdade de Direito de Pelotas como a “Casa de Bruno Lima”, foco desta investigação.

No decorrer dos anos, a consolidação da Faculdade de Direito de Pelotas esteve relacionada à presença de Bruno de Mendonça Lima, que iniciou seu trabalho nesta instituição como tesoureiro e chegou a professor, vice-diretor e diretor, permanecendo na casa por 34 anos.

Não se pode deixar de considerar que, ao longo dos anos, a Faculdade de Direito de Pelotas tem conseguido honrar seu propósito inicial: formar lideranças políticas e nomes destacados dentro do espaço jurídico não só gaúcho, mas também em nível nacional. Por lá passaram destacadas figuras, como o ex-ministro Mozart Russomano, que chegou a um dos cargos mais cobiçados dentro do judiciário, o de Ministro do Trabalho. Da mesma forma, formou excelentes militantes no campo jurídico, assim como teve em sua cátedra grande número de professores renomados, conforme constata Villar (2004, p.18):

É interessante registrar que a Faculdade de Direito de Pelotas formou grande parte de seus quadros de professores. Além dos já mencionados, também foram ex-alunos que se tornaram integrantes do corpo docente da Instituição: Rosah Russomano de Mendonça Lima, bacharel na turma de 1947; Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano, bacharel da turma de 1951; Victor Russomano, bacharel da turma de 1936; Apio Cláudio de Lima Antunes, bacharel na turma de 1935; Alcides de Mendonça Lima, bacharel na turma de 1938 e filho de Bruno de Mendonça Lima; entre outros.

Dessa maneira, observa-se que todo um contexto contribuiu para a origem e para os primeiros anos da formação da Faculdade de Direito, relacionada ao foco de nossa pesquisa. Foi justamente a situação política, social e econômica, juntamente com a forte influência da Maçonaria que proporcionaram a fundação e existência até os dias de hoje de uma das mais antigas e tradicionais instituições do Rio Grande do Sul, ou seja, a “Casa de Bruno Lima”, ou simplesmente a Faculdade de Direito de Pelotas, RS.

Assim, após este estudo sobre as origens e condições sociais da cidade de Pelotas que levaram até a consolidação da Faculdade de Direito de Pelotas, que é uma das Faculdades de Direito objeto do nosso estudo, passamos agora – por mera ordem de recorte temporal, vez que as pesquisas na Faculdade de Direito de Pelotas se centram na década de 1960, e as pesquisas na Faculdade de Direito de Coimbra se focam na década de 1970 – a perceber a situação histórica de Portugal e de Coimbra neste período.

Pioneiro nas navegações e na conquista de novos territórios, Portugal foi no passado um dos maiores colonizadores, bem como uma das maiores potências mundiais, deixando aos países colonizados a herança de sua língua e de vários costumes, como vemos no caso do Brasil e mais especificamente no caso da cidade de Pelotas, RS.

Entretanto, após este período próspero afundou em longa estagnação ficando de certa maneira estacionado no que se refere a todos os temas fundamentais para a evolução de uma sociedade, destacando-se por possuir uma sociedade rural, sem indústrias, patriarcal, de maneira que possuía grande número de analfabetos, baixo nível de escolaridade de sua população e sérios problemas de saúde pública.

Estudar as origens das Faculdades de Direito de Coimbra está intimamente relacionado com o ensino de Direito Canônico, visto que, até nos dias de hoje, a Igreja católica ainda tem muita influência dentro de Portugal. Não seria diferente com a Faculdade de Direito, fundada em 9 de agosto de 1290 no Reinado de Dom Diniz, que tem suas bases no Direito Canônico e no Direito Romano e foi instalada primeiramente em Lisboa, passando em 1308 para a cidade de Coimbra e se manteve itinerante entre as duas cidades até 1537:

Os antecedentes da unificação do ensino jurídico podem fazer-se remontar mais ou menos longe, consoante se entenda ao conjunto de disciplinas que já eram comum aos dois cursos. A questão veio, porém a tomar outro aspecto, tornando-se cada vez mais claro o pensamento de subalternizar o ensino do direito canônico, de lhe tirar toda a independência. É então que começa a falar-se na criação duma "Faculdade de Direito", produto da fusão das duas Faculdades tradicionais [...] (MEREIA, 2005, p.87).

Em 1537, buscando fortalecer e creditar a educação em Portugal, Dom João instalou definitivamente a Faculdade de Leis e Cânones, cedendo um prédio que seria um dos mais antigos e prestigiados da Europa, o "Paço Real da Alcáçova", residência até então dos monarcas portugueses, na qual, com exceção de Dom Pedro, nasceriam todos os Reis de Portugal. Desde o momento em que a Faculdade de Direito deixou de transitar entre Lisboa e Coimbra e nesta última se fixou, a então Faculdade de Direito de Coimbra passou por várias reformas em seu ensino, desde a Reforma Pombalina (1772), que dentre os principais objetivos do Marquês de Pombal constava amenizar a dependência econômica portuguesa através da modernização do país e incentivo no setor industrial, de modo que na educação e em especial na Faculdade de Direito de Coimbra eram professores com formação docente em Direito e não técnicos do campo jurídico que ministravam as aulas. Esta instituição ainda passou pela Revolução Liberal (século XIX) que unificou as tradicionais Faculdades jurídicas, a de Leis e a de Cânones, e ainda sofreu alterações após a Revolução dos Cravos, em 1974, haja vista que, com o advento

do novo quadro político de Portugal e com a necessidade de modernização do ensino, há mais autonomia pedagógica e aprofundamento científico.

Nessas breves noções sobre a criação da Faculdade de Direito de Coimbra percebe-se que a realidade econômica da época é de um período em que Portugal se destacava por seu poder econômico, detentor de várias colônias; entretanto, com o passar dos anos, o endividamento com outros países da Europa lhes consumia boa parte do explorado nestas colônias.

E para tentar manter domínio exploratório sobre suas colônias é que se iniciou e se agravou a crise portuguesa e a manutenção de Salazar no poder, e com o decorrer dos anos, Portugal começou a sentir o fim das regalias de viver como Metrópole que explora suas colônias, perdendo, em 1975, Angola, na África, sua última colônia. Destacamos a importância deste evento, pois a Guerra contra Angola foi um dos estopins da “Revolução dos Cravos”, tema desta tese.

Do mesmo modo que se procurou compreender o cenário de contexto no Brasil, ao iniciar o estudo sobre a história de Portugal surpreendeu-nos a transição da ditadura Salazar e a Revolução dos Cravos, pois se encontrou relação no campo político, levando-nos a investigar como os egressos das faculdades de Direito posicionaram-se em eventos tão significativos para o campo jurídico.

É justamente sobre este período histórico que retomamos alguns aspectos e desdobramos a discussão iniciada na primeira seção deste capítulo, como um dos principais pontos da história portuguesa, momento este que muito nos chamou a atenção, pois foi uma “revolução” em que a população se aliou aos militares para depor o fascismo de Salazar que se perpetuava com Marcelo Caetano.

Consideramos importante falar um pouco sobre a figura de António Oliveira Salazar, homem que esteve durante muitos anos no poder em Portugal, e se tornou, por suas decisões e ideias, um dos mais famosos ditadores europeus. O que mais nos chamou a atenção na pesquisa sobre a trajetória de Salazar é que ele também é fruto do Curso de Direito de Coimbra e foi professor naquela casa, da mesma maneira que alguns que, oriundos daquela casa, se juntaram ao Partido Comunista Português para, junto aos militares, derrubarem do poder Marcelo Caetano, seu sucessor.

O quadro da realidade portuguesa não era das melhores, o que fazia com que o sistema político utilizado e sua forma de governo tivessem seu poder abalado por

vários fatores, dentre eles, a grave crise econômica, a guerra colonial, e o isolamento que Portugal mantinha externamente com relação a outros países.

Além disso, a classe trabalhadora portuguesa também não suportava mais a situação de exploração, devendo-se destacar que foi autorizado o pagamento de salários abaixo do fixado e, em contrapartida, foram aumentadas as horas de trabalho e solicitado o aumento de produção. Logo, não seria diferente que um dos principais opositores da situação socioeconômica de Portugal fosse justamente a classe trabalhadora.

Foi assim que, no dia 25 de abril de 1974, os capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA), à frente das forças armadas, tomaram as ruas e renderam o governo de Salazar. Durante as leituras feitas para este trabalho, questionamos muito se o que ocorrera em Portugal era mesmo uma “revolução”, pois não acreditávamos em uma “revolução” que sai do fascismo para ser dominada por militares, mas ocorre que “[...] a própria acção revolucionária militar não foi um ‘golpe’, mas um levantamento. E ao levantamento militar sucedeu-se imediatamente o levantamento popular” (CUNHA, 1976, p.57).

A crise econômica e social sufocava a população portuguesa, que, da mesma maneira que hoje, vê o futuro ameaçado pela situação periclitante da economia portuguesa. É com este quadro político que estudaremos mais tarde o quanto foi importante e ativa a participação dos acadêmicos da Faculdade de Direito de Coimbra neste episódio da história de Portugal.

Não muito diferente é a realidade de Portugal, hoje em dia, para os milhares de jovens que se graduam em suas universidades, com seus rituais de passagem centenários, como a “Queima das fitas”¹³ – evento que tive a oportunidade de presenciar quando estava fazendo a pesquisa para este trabalho naquele país – e com o hábito de usarem toga diariamente para irem à universidade. Ademais, o futuro é de um país que mergulha em uma crise da qual não se percebe retorno, com muitos desempregados, dentre eles os próprios universitários oriundos de suas tradicionais e seculares universidades.

Após o exposto, é importante considerar que, desse processo civilizatório, se produziu ao longo do tempo um discurso no sentido de que Pelotas é uma cidade

¹³ A tradição acadêmica da Queima das Fitas é uma semana festiva que acontece todos os anos durante o mês de Maio. Entre diversas atividades, estão a serenata estudantil, os concertos musicais e o cortejo acadêmico. Antes de mais, é importante dizer que tudo isso começou em Coimbra.

com um elevado capital cultural, herança de um período próspero da indústria do charque. Esse contexto de opulência e o discurso do capital cultural produz uma forma de perceber-se a população, conferindo importância ao *status* de seus cidadãos. A lógica discursiva instalada torna-se solo fértil para a aplicação das Teorias de Bourdieu. Em outras palavras, a pesquisa empírica que se desdobra no estudo da Faculdade de Direito, lugar historicamente frequentado pela elite, não só em Pelotas, Brasil, mas também em Coimbra, Portugal, permite a teorização a partir dos conceitos de Bourdieu para assim explicar os processos de ingresso e permanência dos sujeitos entrevistados nesta investigação.

Desta maneira, depois de feitas as considerações iniciais a que se propõe esta tese, localizando a metodologia adotada, os conceitos analisados à luz da realidade das referidas instituições e do ensino de Direito, é que se intenta revisitar a memória de alunos egressos destes cursos no Brasil e em Portugal em recorte temporal que configurou período de efervescência e transição política, passando no capítulo que se segue a aprofundar o exame dos resultados.

3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL: “PISTAS¹⁴ ENCONTRADAS”.

Neste capítulo apresenta-se a trajetória metodológica realizada nessa investigação de doutorado, bem como a escolha teórica que sustenta a análise que dá corpo à escrita dessa tese. Utiliza-se a expressão “pistas”, pois, como Bacharel em Direito, no decorrer dessa pesquisa constituiu-se um “olhar detevivesco”, semelhante prática da área jurídica, de reunir pistas ou argumentos que servissem para desenvolver a tese arguida. O pesquisar e encontrar as pistas para escrita desse trabalho é uma tentativa de “ampliar as possibilidades investigativas”, como sugere Amaral e Silveira (2012):

As inovações nos objetos de pesquisa e a emergência de novos conceitos, voltados para os domínios do cultural, influenciaram os historiadores a ampliar o seu olhar detevivesco sobre a história. Dessa forma, a análise sobre representação, imaginário, narrativa e sensibilidades inseriu-se na história, justamente, para ampliar as possibilidades de compreensão do passado (AMARAL; SILVEIRA, 2012, p.169).

A minha relação com a pesquisa iniciou no Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP-UCPEL), como bolsista voluntária, na qual se ampliou o contato com a leitura diversificada de estudos que convergiam, de certo modo para a compreensão de um contexto político e social. A experiência nesse grupo de pesquisa e o posterior ingresso na Especialização em História da Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, permitiram que se construísse um cotidiano de investigação, de pesquisar, ou seja, de aprender a construir argumentos, desenvolvendo estrutura metodológica que fundamentasse minhas análises. Com tal propósito foram buscados documentos, objetos e pistas que permitiram chegar ao que hoje é a proposta dessa tese, ou seja, reconstruir, partindo de documentos orais, a trajetória dos egressos da Faculdade Direito de Pelotas (UFPEL), Brasil, e da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal

¹⁴ Optei por esta expressão, pois, em alguns momentos, a consulta aos arquivos me remeteu à prática jurídica, que desempenhei quando trabalhava em escritório de advocacia, em Pelotas. A decisão de pesquisar algo que estivesse relacionado com História da educação e Direito sempre foram condições *sine qua non* para meu projeto de doutorado, uma vez que sendo eu oriunda do curso do Direito, percebi logo após graduada que existia aí um campo fértil e ao mesmo tempo carente de pesquisa e que eu poderia então me tornar um pesquisador “lapidado” para esta área. Mas confesso que jamais imaginei chegar tão longe, e atravessar um oceano para ir pesquisar sobre o “Solo sagrado do Direito Luso-brasileiro” não considerando claro Bolonha na Itália, ou seja, ir estudar em Coimbra.

(1961-1974), e a participação destes no cenário político correspondente, analisando suas condições de trânsfugas ou herdeiros.

Esta seção está organizada em três partes, no sentido de desdobrar as discussões teóricas e metodológicas. A reconstrução das trajetórias dos egressos do Curso de Direito das respectivas Faculdades situa-se no contexto recomposto, a partir do campo jurídico *bourdiniano*, que será detalhado na primeira parte desta seção, bem como as possibilidades de diálogo entre a História Cultural e alguns conceitos de Pierre Bourdieu. Na segunda parte discorre-se sobre aplicação dos questionários e realização das entrevistas orais, e na terceira parte desenvolve-se a metodologia no tratamento das fontes documentais recuperadas no Brasil e em Portugal.

3.1 História Cultural e Memória

Inicia-se pelo modo como a História Cultural dialoga com a perspectiva teórica *bourdiniana*, em seguida desenvolve-se a discussão sobre a utilização de memórias, que transcritas e organizadas, diante da metodologia construída, traduzem-se em importante fonte documental para essa pesquisa com História Oral, como bem considera Thomson (2009):

Nos últimos anos, historiadores orais de vários países vem desenvolvendo métodos de entrevistas e abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade, e que surgem novas e interessantes maneiras de tirar o máximo proveito das memórias em benefício da pesquisa histórica e sociológica (THOMSON, 2009, p.54).

A escolha teórica da História Cultural, posta em diálogo com as ideias advindas de Bourdieu, caracteriza-se pelas novas possibilidades investigativas e a tentativa de construir um diálogo, articulando a perspectiva sociológica e a educação, com ênfase à trajetória formativa de alunos egressos do Curso de Direito, portanto, do ensino superior. Peter Burke (2005, p.15) elucida sobre essas novas iniciativas no campo historiográfico, quando define que a história cultural “[...] não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (*Kulturgeschichte*) há mais de 200 anos. Antes disso havia histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações”.

Logo, se deve considerar que muitas foram as transformações que as posições interpretativas da História vêm sofrendo. Nesse sentido deparamo-nos com o Marxismo, e de outro, com os *Annales*, e é destes últimos que se partirá, uma vez que é dessa escola que surgirá à “História Cultural”. A Escola dos *Annales* como método historiográfico foi um passo importante na pesquisa, uma vez que visava superar o positivismo e considerar, sobretudo, as transformações sociais. Isso que constitui um salto considerável possibilitando que muitos, até então excluídos das pesquisas, se tornassem então foco principal. Para o campo da educação a contribuição dessa nova forma de encarar objetos e fontes foi de grande relevância, como bem considera Hunt (1992, p.2):

Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominante: o marxismo, por um lado, e a escola dos “Annales”, por outro. Embora dificilmente se pudesse considerar o marxismo como novidade nas décadas de 1950 e 1960, estavam vinculados, a primeiro plano, dentro daquela modalidade explicativa [...].

Nas décadas de 1960 e 1990 do século XX, os estudos da cultura cotidiana e dos fatos sociais do dia a dia se tornariam mais palpáveis aos olhos da antropologia, de maneira que tanto a história contribuiu para antropologia como o contrário também aconteceu, constituindo-se em outro campo fundamental para os estudos na perspectiva da história cultural.

Essa caminhada conjunta entre história e antropologia deu à história cultural um sentido único, ambas se completando, uma usando teorias e métodos da outra e permitindo, por exemplo, que o interesse pelos estudos da cultura popular aumentasse, e no caso deste trabalho a aproximação se dará de modo interdisciplinar com a sociologia; o uso de conceitos cunhados pelo sociólogo francês Bourdieu constitui-se na possibilidade interpretativa de modos de ser e estar relacionados com o ambiente jurídico, de entender seu contexto, de explicar comportamentos e analisar os desdobramentos decorrentes do *habitus* desenvolvido por esses sujeitos.

Para entender as matizes e o entrelaçamento dessas disciplinas é importante destacar que, entre as décadas de 1950 e 1960, os sociólogos começaram a reconhecer a importância dos documentos históricos em suas investigações. Esse aspecto foi determinante para que a história e a sociologia iniciassem um processo que culminou com a celebração da integração desses dois campos disciplinares.

Desta maneira, a aproximação da história com a sociologia e da sociologia com a história contemplou também a pesquisa de viés antropológico pela história, elemento importante para identificar e compreender os modos como os sujeitos adquirem ou não seu protagonismo social e histórico, como bem destaca Le Goff (2012, p.46) em sua obra intitulada “A História Nova”:

Esse diálogo privilegiado da história com a antropologia não deve esquecer o esforço da história nova para melhor entabular o diálogo com outras ciências humanas. A escola francesa de sociologia de Durkheim exercera uma inegável influência sobre os “Annales”, quando do nascimento destes.

Foi justamente esta necessidade de um diálogo entre a história e outras disciplinas que deu origem à chamada história social¹⁵, no fim do século XIX. A história social teve em Karl Lamprecht, na Alemanha, um nome fundamental para essa possibilidade de interação entre a história e outras disciplinas, em especial a psicologia. No entanto, embora o esforço justificado de Lamprecht, a chamada “história social” não recebeu o devido valor na Alemanha, mas ganhou espaço e força na França e nos Estados Unidos.

O modo interdisciplinar de construir metodologicamente uma teoria que contemplasse questões sociais em relação à perspectiva cultural teve grande contribuição, a partir do final da década de 1980, com os estudos de Lynn Hunt, e no caso mais específico deste trabalho, da obra “A nova História Cultural”, que consegue explanar este período de transição de uma História Marxista para a Nova História Cultural, como se percebe abaixo:

Com essa inspiração os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres (HUNT, 1992, p.2).

¹⁵ Não se pretende aqui discutir a constituição de uma matriz social para a escrita da história, optando-se pelo caráter interdisciplinar. Vale lembrar que Burke (1992, 2005) e outros tantos estudos, por exemplo, realiza uma discussão aprofundada sobre a forma como aqui se atribui para reconstruir historicamente as relações com o espaço e o tempo, cujas trajetórias dos egressos da faculdade de direito, em Portugal e no Brasil elucidam seu protagonismo. Outra referência importante, que distancia análise de um caráter social que enaltecia o econômico em detrimento de outros aspectos é Chartier (2002), cuja obra demonstra as possibilidades de diálogo estabelecidas em territórios de “fronteiras”, ou seja, permitindo transcender análise das estruturas sociais em contatos com elementos da cultura, por exemplo.

Além da forte influência da antropologia, a relação com a construção de uma história social que transcendesse a visão essencialista favoreceu estudos que atribuíram outra forma para a cultura social reconstruída pelo olhar investigativo do pesquisador. A História Cultural passou a dedicar-se a um estudo mais eclético, mais aberto no estudo da sociedade, emergindo temáticas até então ignoradas, como, por exemplo, o estudo dos excluídos, das mulheres etc., aspecto já superado, visto que nos dias atuais essa abordagem, em princípio estigmatizada, foi ampliada em todos os sentidos.

Mesmo que a sociologia possa ser definida como um estudo da sociedade humana com ênfase na generalização da sua estrutura e a história como o estudo das sociedades humanas, com ênfase nas diferenças entre elas, entende-se que “[...] nas mudanças verificadas ao longo do tempo em cada uma. As duas abordagens são obviamente complementares” (BURKE, 1980, p.9), utilizando-se na escrita dessa tese uma perspectiva interdisciplinar.

Fischer (2005) elucida que esse caráter interdisciplinar é tarefa complexa e atenta para o desafio do pesquisador em estar vigilante para construir uma análise coesa e que possa permitir as “pontes entre as disciplinas afins”, como bem definido a seguir,

[...] na medida em que a história, enquanto disciplina, se abria para novos objetos (alguns sequer antes imaginados como possíveis ou relevantes de serem estudados) e para múltiplas possibilidades de análise, ela aparentava certa fragilidade aos olhos da academia dita científica. Por outro lado, ao construir pontes com disciplinas afins, corria o risco de provocar alguns conflitos e incompreensões entre os próprios pares. Assim, como muito apropriadamente afirma Burke (1992, p.35), “os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos, os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e antropólogos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro”. (FISCHER, 2005, p.256).

Na tentativa de “fazer falar um com o outro”, como argumenta Fischer (2005) apoiada em Burke, é que se construiu a análise da situação social 15 dos estudantes de Direito, fosse inicialmente com a realidade da cidade de Pelotas, fosse posteriormente com a da cidade de Coimbra, de maneira que foram utilizando-se alguns conceitos de Bourdieu, buscando justamente praticar sua proposta quando o próprio autor francês, ao migrar da Filosofia para a Sociologia, buscou sair de um diálogo metafísico para a visão mais prática das relações humanas e

sociais. Desta feita, percebemos que os conceitos de Bourdieu são perfeitamente aplicáveis na prática neste estudo quando a proposta é analisar, através da memória, a trajetória de alunos egressos destes dois Cursos de Direito e as dinâmicas sociais dentro do campo jurídico.

Destaca-se, assim, que os conceitos de Bourdieu estão intimamente ligados e relacionados na dinâmica social não só da educação, mas em especial no espaço das instituições jurídicas, e se entende que o capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção (terra, fábricas, trabalho) e pelo conjunto de bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais (BONNEWITZ, 2003). Este conceito mantém relação direta com o conceito de Capital cultural, que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família (BONNEWITZ, 2003), isto porque manter o capital cultural está intimamente relacionado em deter o capital econômico, de maneira que, na análise dos demais conceitos que amparam este trabalho, nos depararemos com a figura justamente do filho daquele que detém o econômico e logo terá o acesso garantido ao cultural, apenas perpetuando a reprodução social e evitando a mobilidade e circulação de indivíduos entre as classes sociais.

Ainda analisando os conceitos de Bourdieu trabalhados nesta tese, é fundamental o entendimento destes dois conceitos anteriores. Desta perspectiva, o herdeiro, ou seja, aquele que recebe o Capital cultural, Bourdieu caracteriza como o produto da ação contínua dos fatores que definem a posição nas diferentes classes em relação ao sistema escolar, a saber, o capital cultural e o *ethos* da classe, e por outro lado, esses fatores se convertem e se acumulam, em cada uma das fases da carreira escolar, numa constelação particular de fatores de retransmissão (BOURDIEU; PASSERON, 2009). Outro conceito fundamental para essa tese foi o de Trânsfuga, entendido como pessoa que nasceu num meio social e que em sua vida adulta vive em outro meio social; o autor também considera o sistema escolar um dos espaços responsáveis pela mobilidade social dos trânsfugas, como bem define Martini (2011).

Desta maneira, é preciso reconhecer que um dos artifícios usados para impedir a mobilidade social e manter o herdeiro no poder é o conceito de Reprodução, responsável por garantir que não haja mobilidade social entre as classes. Logo, se percebe que há o envolvimento direto das figuras dos herdeiros

que se beneficiam com a reprodução, de maneira que em raros casos existe a possibilidade do aparecimento do chamado trãnsfuga.

Quanto ao conceito de *habitus*, tomado nesta tese como noção constituída de várias propriedades, este adquire um sentido histórico, produto de uma ação histórica individual e coletiva, bem como, de uma educação associada a determinado meio. Esse sentido individual e coletivo do conceito, para a história, é a associação como categorias de pensamentos, as categorias de juízos, esquemas de percepção e sistemas de valores incorporados às estruturas sociais (BOURDIEU, 2002). Este conceito, quando apropriado para a realidade do ensino jurídico, adquire sentido nas características dos alunos que desde sua origem mantêm contato com o capital cultural, produto de seu meio de relações sociais.

Outro conceito bourdiniano utilizado neste trabalho é o de Campo que se distingue por possuir características próprias: com dinâmicas, regras e capitais específicos e por um polo dominante e outro dominado. As tensões entre os grupos opostos são percebidas pelas possíveis gradações intermediárias e conflitos constantes definidos de acordo com seus valores internos (GONÇALVES, 2011).

O conceito de campo segundo a visão de Bourdieu é utilizado na pesquisa desenvolvida para esta tese, como campo jurídico, pois se trata de um estudo que aborda em seu conteúdo uma realidade ligada às trajetórias de egressos das faculdades de Direito. O campo jurídico:

é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o Direito [...] na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social a técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram uma visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU, 1989, p.212).

Cabe observar que um dos textos que mais contribuíram para a escrita deste trabalho foi justamente quando o próprio Bourdieu se dedicou a falar sobre o campo jurídico. Em seu livro intitulado “O poder simbólico”, o autor dedica o capítulo VIII a estudar a sociologia do campo jurídico, com o título de “A força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. Na discussão o autor migra da filosofia para a sociologia e caracteriza as práticas e os jogos de poder próprios deste campo, afirmando que:

A ciência jurídica tal como a concebem os juristas e, sobretudo, os historiadores do direito, que identificam a história do direito com a história do desenvolvimento interno dos seus conceitos e dos seus métodos, apreende o direito como um sistema fechado e autônomo, cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua dinâmica interna (BOURDIEU, 1998, p.209).

A partir do modo como se utilizou os conceitos bourdieusianos, acima mencionados, em relação com a perspectiva da história cultural, foi possível reconstruir as trajetórias dos egressos que, ao revisitar as memórias de seu tempo de acadêmico destas duas instituições de ensino jurídico, trouxeram elementos para se conhecer e compreender como a condição de herdeiro ou trãnsfuga conduziu as escolhas no âmbito social e cultural.

A história cultural, neste estudo, contemplou a chamada “memória cultural”; desta maneira, a memória não sendo história necessitou do olhar do investigador, e com elas produziu-se uma narrativa histórica, desconstruindo e reconstruindo o passado, como argumentam Souza e Grazziotin (2013). A memória aqui é entendida como uma construção social coletiva que depende do relacionamento, posição e papéis sociais dos sujeitos com um mundo da vida. Desse modo, a memória é coletiva, e nessa memória o indivíduo apresenta sua posição individual dos fatos vividos, mas ela se dá na interação entre os sujeitos de uma comunidade de memórias, cuja experiência vivenciada entre eles representa essa coletividade (SOUZA, 2012).

A memória coletiva é uma das contribuições de Halbwachs (2006), e mesmo que o próprio autor reconheça a imprecisão quanto à distinção entre memória coletiva e individual, a distinção relevante é de que quando se opta pela reconstrução de grupos sociais, “[...] a memória coletiva seria interna aos grupos sociais, apresentando continuidade e densidade [...]” (SOUZA, 2012, p.70), servindo também para elucidar os fatos que caracterizam uma parte maior e mais complexa, em alguns casos como aquelas de caráter nacional.

A temática da memória foi, inicialmente, campo dos poetas e, a partir do século V a.C., dos historiadores e dos filósofos gregos. Naquela sociedade de fundamento mito-poético, o *aedo* desempenhava esse papel. Era quem, através das musas inspiradoras, resgatava a memória e sua importância. A memória era sacralizada. A palavra poética enunciada construía verdades dentro da dimensão do tempo mítico, diferenciando-se do tempo cronológico (FÉLIX, 1998).

Os gregos demonstraram perceber a importância da memória ao instituir à Deusa *Mnemosyne* (mãe das musas que protegem as Artes e História) o poder de conferir imortalidade aos homens, permitindo-lhes, em suas obras e através de registros, tornarem-se memoráveis, não morrendo jamais, bem como é observada na obra dos filósofos Sócrates e Aristóteles.

A temática da memória é preocupação que remonta aos gregos. Sócrates foi o primeiro a comparar a obra da memória no indivíduo a um bloco de cera na qual seriam impressas as lembranças. Já Platão e Aristóteles se preocuparam com a relação entre lembrança e imagem no processo de evocação da memória, como enfatiza Bosi (1994, p.81):

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho de reflexão e da localização, seria uma imagem fundida. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação.

A memória, supondo a presença de um ausente, continuará sendo ponto de união entre passado e presente no difícil diálogo entre o mundo dos mortos e o dos vivos (DOSSE, 2004, p.37), ou seja, a evocação da memória é sempre influenciada pelas experiências acumuladas dos sujeitos, portanto passíveis de esquecimentos e invenções, como assinalam Souza e Grazziotin (2012).

Bosi (1994, p.53) ainda acrescenta que a “lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças”. É que cada sujeito busca em suas memórias os fragmentos e vai aos poucos juntando pedaços daquelas memórias que permitem chegar ao mais próximo do que era a realidade rememorada.

Como já se afirmou em outros estudos de Costa e Souza (2013), as memórias são representações do passado criadas pelos sujeitos e assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginam ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. Além disso, é impossível lembrar tudo e narrar tudo que sucedeu, o que se constrói é parcial, é uma dentre as formas possíveis de se restituir o passado frente ao modo, ao sentido atribuído pelo sujeito que lembra em um espaço e tempo específicos (RICOUER, 1997). Qual o sentido que os estudantes de Direito no passado, hoje profissionais do

campo jurídico, atribuíram ao tempo que vivenciaram na faculdade? Que lembranças permaneceram para serem narradas? São elas que irão configurar o passado que ficou na memória de cada um.

E ao reconstruir “[...] historicamente um tempo e um espaço de prática social, escrevemos e dizemos o que pensamos ter vivido, o que pensamos ter sentido, o que imaginamos ter experimentado” (COSTA; SOUZA, 2013, p.1). Amado (1995) complementa esse argumento, pois considera que ao trazer o passado até o presente, o recriamos à luz do presente, ao mesmo tempo em que o projetamos no futuro. Ao revisitar o passado os sujeitos dessa pesquisa trouxeram elementos fundamentais para a compreensão de suas origens, mostrando seus percursos até tornarem-se o que são, atuantes ou não no contexto social em que vivem.

No século XX a memória passou a ser importante objeto de reflexão nas ciências humanas. A problemática multifacetada que a análise das memórias individuais e coletivas envolve está associada em larga escala ao nome de dois pesquisadores que se constituíram em matrizes e referências para os estudos que têm se desenvolvido na área. Referimo-nos a Maurice Halbwachs (2006) e Michel Pollack (1989).

Entre eles é preciso recuperar o argumento de Pollak (1989) de que nem tudo fica na memória, nem tudo é possível ser captado e armazenado na memória; a memória é seletiva. Na memória são armazenados, embora muitas vezes de maneira distorcida, lembranças, pessoas e sentimentos que ajudaram a compor aquela cena que ficou registrada na mente de maneira pretensamente inalterada enquanto evocação do passado.

A escrita dessa tese revisita as memórias de alunos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas e de egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, ou seja, manter viva a memória daqueles que fizeram a sua história e a história destas instituições no sentido de conhecer, reconstruir e compreender a condição coadjuvante desses egressos e seu envolvimento diante da situação política e social entre os anos 1960 e 1970, nos respectivos países estudados.

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-se do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no

processo diacrônico e sincrônico da vida da sociedade (DELGADO, 2010, p.45).

Para entender essa vida em sociedade dos sujeitos pesquisados, e para proceder de uma forma sistemática, organizou-se em duas grandes etapas a investigação: a primeira que aconteceu no Brasil, mais especificamente em Pelotas e com alunos graduados na Faculdade de Direito de Pelotas (que hoje pertence à Universidade Federal de Pelotas); e a segunda cuja pesquisa de campo desenvolveu-se em Portugal, na Faculdade de Direito de Coimbra, por sua vez em Coimbra e também na cidade do Porto.

O recorte temporal e aos sujeitos desse estudo se justificam por serem alunos egressos do Curso de Direito de Pelotas, Brasil, e da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal, que frequentaram estas instituições nos período entre 1961 e 1974, quando no Brasil, em 1961 teremos a preparação do golpe civil militar que culmina em 1964 na instauração da Ditadura Militar; e em Portugal, a Revolução dos Cravos de 1974 que encerra um período de governo militar, logo o que os une, além do Curso de Direito, é a vivência em um período de regime totalitário.

No Brasil foram entrevistados seis egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, de maneira que foram aqui identificados com letras do alfabeto indo de A a F, iniciando pelas mulheres, AF1 e BF1, para mulheres graduadas em Direito; e os demais, CM1, DM1, EM1 e FM1 correspondem a homens egressos do Direito. Já em Portugal foram entrevistados quatro egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, identificados neste trabalho por AM2, BM2, CF2 e DM2, de maneira que foram identificados meramente pela ordem de suas entrevistas feitas aos respectivos depoentes e aplicação de questionários, aspectos que passamos a detalhar na próxima seção.

3.2 O uso de questionários e as entrevistas no Brasil e em Portugal

Esta seção está organizada em duas partes, a primeira que detalha as etapas que envolveram aplicação de questionários, e, posteriormente, a que descreve as entrevistas de história oral discriminando como foram realizadas com os sujeitos desse estudo.

Quando se fala em pesquisa com uso de questionários e entrevistas é fundamental considerar o tipo de pesquisa que optamos desenvolver, ou seja, os

estudos qualitativos se valem de aspectos que valorizam os sentidos e modos singulares dos fenômenos, implicando-se menos com a extensão da verificação e/ou quantificação dos documentos elencados; em contrapartida, ressalta o particular, tanto recorrente quanto dissonante, como afirmam Bogdan e Biklen (2010).

Com essa opção, vários são os cuidados que o pesquisador precisa tomar no sentido de não potencializar as pequenas diferenças, mas na tentativa de uma análise do que ambos os grupos possam ter em comum, na consulta aos arquivos da Faculdade de Direito, em Pelotas, localizou-se a relação de egressos que poderiam contribuir com o período selecionado para este estudo. A etapa seguinte foi a elaboração de um questionário com um total de 32 perguntas fechadas, dividido em duas partes, a primeira parte com 25 questões que abordavam desde a identificação, dados familiares, informações escolares, e trajetória sócio-profissional, e a segunda parte com sete questões focadas mais na vida após a graduação. Cabe ainda considerar que o objetivo deste questionário era justamente observar as origens socioeconômicas, sua bagagem cultural e sua dinâmica dentro da sociedade como aluno e posteriormente como profissionais egressos da Faculdade de Direito de Pelotas e também de Coimbra.

Depois de selecionados os sujeitos com os quais seria aplicado o questionário, a etapa seguinte foi do contato e entrega da Carta convite da pesquisa, de maneira que obtivemos alguns números telefônicos através de solicitação telefônica ao cadastro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Pelotas, e outros buscando diretamente na lista telefônica da cidade de Pelotas. Assim, era feito contato telefônico solicitando passar em seus escritórios para falar sobre a pesquisa e deixar o primeiro instrumento de pesquisa, um questionário.

No período de janeiro a dezembro de 2011 foram entregues um total de dez questionários. Para analisá-los foram utilizados como critérios sua origem social, acesso ao capital cultural e sua dinâmica social como aluno e posteriormente como profissional do campo jurídico. Como resultado dessa etapa selecionou-se seis egressos que estavam dispostos a contribuir para este estudo e que tiveram mais destaque no cenário jurídico e político pelotense naquele período correspondente ao recorte temporal a que se dedica esta tese.

Para melhor visualizar a distribuição de gênero e desenvolver a discussão dessa temática, organizou-se um quadro que identifica a quantidade e o local de procedência dos sujeitos que foram entrevistados na tese.

Quadro 1- Distribuição de gênero dos sujeitos da pesquisa

Forma de tratamento dos sujeitos entrevistados	País	Sexo
AF1	Brasil	Feminino
BF1	Brasil	Feminino
CM1	Brasil	Masculino
DM1	Brasil	Masculino
EM1	Brasil	Masculino
FM1	Brasil	Masculino
AM2	Portugal	Masculino
BM2	Portugal	Masculino
CF2	Portugal	Feminino
DM2	Portugal	Masculino

Fonte: elaborado pela autora (2014).

Como se observa no quadro 1 acima, apenas três entrevistados eram mulheres, o que caracteriza uma discussão de gênero, considerada a predominância do sexo masculino nos Cursos de Direito no período estudado, que se repetiu na nossa pesquisa.

É importante ressaltar que, tanto no Brasil quanto em Portugal, o procedimento era de inicialmente fazer um primeiro contato via telefone, para marcar um horário para falar pessoalmente sobre a pesquisa e deixar o questionário, e em alguns casos, por não conseguir contato telefônico, iríamos direto aos respectivos escritórios. A maioria dos advogados nos recebeu bem, mas um par deles, nem tanto.

Em Portugal, após as primeiras reuniões de orientação com o professor José Alberto Correia, iniciamos a busca de contatos com prováveis sujeitos a serem pesquisados. Tarefa difícil, pois a única coisa que eu e aquelas pessoas que provavelmente seriam entrevistadas tínhamos em comum era o fato de sermos graduados em Direito. Entretanto apesar da minha pouca idade e experiência, se comparada com a deles em seus quase 80 anos, todos me respeitavam como colegas de profissão do mundo jurídico.

Após este primeiro contato, foi encaminhado o questionário para preenchimento, indo sempre pessoalmente entregá-lo para dar mais credibilidade ao trabalho, o que também se configurou como um primeiro contato com os sujeitos entrevistados. Entretanto, um par dos entrevistados acharam que o questionário de certa maneira poderia expô-los, que investigava demais seu passado, que era muito extenso e cansativo, assim, a maioria respondeu, outros responderam, mas não muito à vontade, e um par deles negou-se a respondê-lo.

A fase a seguir foi selecionar alguns dos egressos e fazer entrevistas, um dos critérios da seleção foi sua provável relevância para a história daquela instituição em determinado recorte temporal, e sua participação no período de efervescência política naquele país.

No período de dezembro de 2012 a junho de 2013 foram entregues quatro questionários em Portugal, e todos retornaram. Para analisá-los fez-se uso dos mesmos critérios dos aplicados no Brasil, ou seja, sua origem social, acesso ao capital cultural e sua dinâmica social como aluno e posteriormente como profissional do campo jurídico. Como resultado dessa etapa foram selecionados quatro egressos que estavam dispostos a contribuir para o estudo, cedendo posteriormente uma entrevista e narrando com maiores detalhes suas memórias e sua participação como aluno egresso do Curso de Direito de Coimbra no período de grande ebulição política portuguesa, quando se deu a queda da ditadura salazarista. Assim, a memória foi peça chave no revisitar deste período histórico não só da Faculdade de Direito de Coimbra, mas da história de Portugal.

Halbwachs (1990) considera a memória como um resultado da interação social. Nesse sentido, propõe analisar os “quadros sociais” na perspectiva de que a lembrança individual passe a relacionar-se com os grupos e instituições das quais o depoente faz parte. Assim, ao analisar os relatos de memória se faz necessária uma análise também das identidades e alteridades dos depoentes.

O mesmo autor distingue a memória individual da coletiva, a qual se tornou de grande interesse para áreas como a história, a antropologia, a sociologia, a psicologia social, a comunicação, entre outras, apontando que “[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo” (HALBWACHS, 1990, p.41).

Na história oral destaca-se que sua repercussão se deu nos últimos dois séculos, em especial quando deu voz àqueles que durante muito tempo não foram considerados. Passou a ganhar vez e, conseqüentemente, tornou-se necessário também que o estudo, bem como a maneira de captação e armazenamento deste material, fosse tomando espaço. O uso difundido da expressão “História Oral”, tanto quanto do gravador¹⁶, ou ainda de aparelhos tecnologicamente mais atuais, tem

¹⁶ Os gravadores de cassete só foram aparecer no começo da década de 1960 (THOMPSON, 1992, p.85).

contribuído para elaboração de uma nova escrita da história; no caso dessa pesquisa, de uma história da educação que talvez não emergisse se utilizadas apenas as fontes impressas e/ou documentos oficiais.

Como argumenta Thompson (1992), a utilização de fontes de outra natureza e o cotejo dessas fontes entrecruzando-se permitem uma riqueza de informações que, diante da análise e teoria aplicada, possibilitam construir com mais consistência o objeto investigado. E como metodologia de pesquisa a História Oral:

[...] não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Ela não encerra um estatuto fechado, que permite justificar “a história oral pela história oral”. Ao contrário: seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido (ALBERTI, 1989, p.12).

Quando tratamos de história oral estamos trabalhando diretamente com uma noção de memória, pois de nada é a narrativa oral sem o sustento da memória. Como adequadamente lembra Thompson, toda a fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, “mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (1992, p.197). Como pesquisadora foi preciso ir além, ter claro que aquele que conta, que revisita sua memória, está de certa maneira impregnada pelos fatos mais atuais de sua vida, de seu cotidiano. Isso nos faz observar que são necessários certos cuidados e fazer, sempre que possível, uma leitura para além daquilo que foi narrado.

Como a metodologia aqui construída entrecruza fontes, a História Oral é “alinhavada” com a consulta de fontes escritas, amparada em documentos da instituição envolvida e em jornais da época, como já mencionado anteriormente.

Retornando às entrevistas, utilizou-se a “semiestruturada”, pois possibilita ao pesquisador identificar melhor as condições em que os fatos narrados se deram, bem como captar emoções que se perdem na degravação do material. No contato direto com o pesquisado se elucidam os fatos da melhor maneira possível, bem como se pode indagar e ir mais a fundo em determinado ponto ou esclarecer melhor fatos, tudo isto com a finalidade de registrá-los para preservar o passado, como bem considera Amado (1995, p.134):

Penso que entrevistas podem e devem ser utilizadas por historiadores como fontes de informações. Tratadas como qualquer documento histórico, submetidas a contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo.

E assim, a entrevista ganhou espaço de destaque nesta pesquisa, exigindo de mim cada vez mais estudo para entrevistar melhor, para diminuir a distância entre entrevistador e entrevistado, sem perder o profissionalismo que o pesquisador precisa ter.

Cheguei até os sujeitos que seriam entrevistados através de indicações de um ao outro e assim por seguinte, configurando o que chama Fischer (2009) de método da “bola de neve”, que consiste em um sistema de indicação.

Quanto à construção do roteiro da entrevista semiestruturada com questões que pretendiam fazer o entrevistado revisitar suas memórias, de maneiras que abordavam questões relativas sobre sua origem social, os motivos que o levaram a optar pelo Curso de Direito, as principais lembranças do período em que foi aluno da respectiva Faculdade de Direito, as dificuldades encontradas na carreira jurídica, sua participação em movimentos que estivessem ligados com atividades políticas naquele período de transição política e as consequências de suas opções políticas na carreira jurídica e na vida pessoal.

O objetivo deste esquema de questões que norteavam as entrevistas foi justamente manter uma linha de pensamento que conduzisse o roteiro de perguntas encadeadas como em uma sequência, tanto para aquelas realizadas no Brasil quanto para as realizadas em Portugal, de maneira que, apesar de permitir que o entrevistado trouxesse à entrevista o máximo de informações conforme fossem aflorando em sua memória, fossem abordados todos os pontos necessários para esta pesquisa, sem perder o foco e a linha de raciocínio.

Assim, optamos por entrevistas com um roteiro prévio, em que buscamos seguir uma ordem cronológica do acontecimento dos fatos na vida dos entrevistados, permitindo que eles discorressem sobre os fatos conforme emergiam em sua memória, mas com o propósito de seguir uma ordem, isto porque, como se aprende com o decorrer de algum tempo fazendo entrevistas, a memória surge na maioria das vezes com certo desvio linear do tempo e dos fatos ocorridos, em especial com pessoas de idade mais avançada.

Por fim, consideramos fundamental elencar que os pontos abordados nas entrevistas iam desde a origem familiar e social dos entrevistados, sua opção pelo Curso de Direito, pessoas que marcaram sua trajetória acadêmica, sua opção política, reflexos de sua opção política, e dificuldades encontradas na opção profissional como militante do campo jurídico. Salientamos que esta estratégia foi fundamental, usando então este roteiro para focar novamente o tema proposto quando o entrevistado, ao revisitar sua memória, fugia ao tema inicialmente proposto: “[...] a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 2010, p.134).

Outra observação importante foi o fato de elaborar, antes da entrevista, um pequeno roteiro com perguntas prévias; assim, quando chegava o momento da entrevista, localizava o entrevistado e entregava a carta de apresentação, na qual constavam os dados da pesquisadora, da orientadora, o título da tese e o motivo da pesquisa, esclarecendo-lhe sobre a instituição de origem e o objetivo da tese. Desta forma, iniciava a entrevista como uma conversa informal e ia norteando o entrevistado pelas perguntas, além de contribuir para a promoção de uma aproximação entre o entrevistador e o entrevistado. Como ressaltam Grazziotin e Almeida (2012, p.36):

O trabalho com História Oral exige conhecimento de quem se propõe a fazê-lo. Soma-se a isso, cumplicidade, escuta sensível e respeito à fala do outro. A História Oral é um dos meios que promovem aproximações entre História e Memória.

No momento da entrevista há entre entrevistado e entrevistador certa cumplicidade, pois as memórias dos entrevistados serão de certa maneira despidas. O papel do pesquisador não é só procurar expor as memórias do entrevistado, mas deve ir além; precisa ser solidário naquele momento que, para muitos, não tem muita importância, contudo para quem trabalha com história oral pode ser momento fundamental. Com isso em mente, sempre buscava em conversa preliminar com o entrevistado demonstrar o quanto era valiosa sua entrevista, e que ao contrário do que muitos alegavam, revisitar sua memória e contar sua história era muito importante. Como afirma Thomson (1997, p.59):

Alguns deles resistiam ao meu questionamento temático... Outros recebiam bem as novas perguntas e a oportunidade de discutir e recordar de uma forma diferente. Meu interesse e minhas perguntas sugeriam que aspectos de sua vida- sobre os quais antes talvez tivesse sido difícil falar- eram de importância histórica e, em certos casos ajudavam a reafirmar o valor daquelas lembranças.

Ser bem sucedido ao entrevistar exige habilidade, porém há muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade de métodos que, para ele, produzem os melhores resultados e se harmonizam com sua personalidade.

Nesse sentido, um passo muito importante antes da entrevista é “garimpar” informações sobre o sujeito que será entrevistado, bem como sobre a situação social da época. Assim, uma prática muito importante nesse momento é a pesquisa de jornais do período, pois eles nos ajudam a localizar historicamente os fatos. Ainda é necessário dizer que quem se propõe a trabalhar com entrevista deve se propor a trabalhar analisando todo tipo de material que possa estar relacionado àquela realidade social, compondo o momento narrado pelo entrevistado.

O momento da entrevista cria espaço para o entrevistado expor suas memórias, material que será chave para a elaboração do trabalho pesquisado. Nesse momento toda a habilidade do entrevistador é pouca para captar o máximo de informação para seu trabalho (THOMPSON, 1992). Esses detalhes são imprescindíveis no momento da gravação, como ressalta Alberti (2005, p.114):

Durante a gravação de uma entrevista, é preciso destinar o máximo de atenção ao entrevistado, não só pela importância do que ele diz, mas também porque essa clara demonstração de interesse concorre para que se sinta estimulado a falar. Uma entrevista de história oral constitui uma reflexão e recuperação do passado levada a efeito ao longo de uma conversa.

O registro da entrevista acompanhado de um caderno de apontamentos, uma espécie de “Diário de Campo”, foi um grande aliado para capturar os gestos, os silêncios, os detalhes que permitiram compreender e clarear os depoimentos no momento da degavação, também chamada de transcrição. Nesse caderno eram anotados os nomes dos sujeitos entrevistados e seus telefones e endereços. Além disso, ter adotado um “diário de campo” foi importante porque ali, sem que o

entrevistado percebesse, eram também apontadas certas emoções e observações que a entrevista nos proporciona captar.

O primeiro entrevistado selecionado no Brasil foi o advogado AF1, na verdade este sujeito contribuiu muito não só com sua entrevista rica em conteúdo, como também por me dar fôlego como pesquisadora, uma vez que um dos primeiros selecionados não foi nada receptivo, caindo em tom irônico já na fase inicial do questionário. O advogado AF1, ao contrário, me recebeu em seu escritório mais de uma vez, sempre gentil, com uma entrevista rica sobre a história da Faculdade de Direito de Pelotas e a sua própria história. Advogado Jubilado pela Ordem dos Advogados do Brasil, e com o vigor de um recém-formado, esta entrevista foi fundamental para me fazer seguir em frente.

As entrevistas orais seguiram não necessariamente na ordem em que os sujeitos são identificados, e felizmente os demais entrevistados contribuíram de maneira muito significativa para esta pesquisa, com relatos consistentes em conteúdo para este trabalho e sempre receptivos, abrindo seus escritórios e lares.

A maioria dos advogados era “advogado sênior”, ou seja, com carreira superior há sete anos, e logo, não respondiam muitas vezes o que eu desejava de pronto, muitas vezes alterando a ordem das perguntas que eu propunha e a ordem em que se apresentavam dentro da estrutura lógica do meu projeto de pesquisa.

No Brasil, me deparei com profissionais do campo jurídico, fossem advogados ou professores de Direito, que me receberam bem e com entrevistas sempre cheias de conteúdo, em sua maioria. Em Coimbra, as entrevistas orais se desenvolveram de maneira mais difícil quanto ao contato com os sujeitos a serem entrevistados, uma vez que eu não era um membro da comunidade jurídica portuguesa, mas um amigo brasileiro, que fazia doutorado sanduíche em Direito na Faculdade de Direito Coimbra – o professor e advogado Hector Cury, a quem desde pronto deixo meu agradecimento –, sugeriu que, pela importância na Revolução dos Cravos e processo de democratização do país, fosse procurado o sujeito AM2.

Seguindo a sugestão do jovem professor e advogado brasileiro, AM2 foi receptivo e marcamos a entrevista. Em seu início, ele justificou que acreditava não ter muito a contribuir, mas ao final de nossa conversa tinha contribuído com importante relato e indicado novos sujeitos a serem entrevistados. Assim, como no efeito “bola de neve”, AM2 indicou mais dois advogados para serem convidados a

participar das entrevistas, pois tinham tomado parte ativamente do processo contra o fascismo.

As entrevistas dos advogados BM2 e CF2 foram momentos de grande aprendizagem na busca pelo domínio da técnica de entrevistar, e foram diferentes, embora em um mesmo contexto histórico. O sujeito BM2, com uma entrevista extensa, rica em detalhes, revisitava cada instante de suas memórias, e iniciou a falar de sua origem em uma cidade bem no interior de Portugal, do começo dos estudos, dos primeiros professores, trazia nomes, fazia imaginar os rostos daquelas pessoas de quem ele estava falando, isto tudo sempre no mesmo tom de voz e aparente calma. O sujeito CF2, por outro lado, concedeu uma entrevista mais curta, com respostas diretas, e ao visitar suas memórias iniciou a falar já do momento de sua vida que optara por estudar Direito, cabendo a mim questionar sua origem familiar. Entretanto, apesar de respostas curtas e diretas, foi uma entrevista cheia de emoção, uma das que mais me marcou como pesquisadora e que foi mais carregada de conteúdo, embora o entrevistado buscasse manter uma postura firme; assim, à medida que falava, CF2 acendia um cigarro, fumava, e seguia falando, olhava firme para mim e, vez em quando, parecia voltar ao tempo, quando fixava o olhar em algo, desviando-o de mim, mas nunca fugindo ao tema da entrevista, e aqui o entrevistador deve agir antes de mais nada com ética e sensibilidade. Valho-me das palavras de Thomson (2009, p.68):

Entretanto, como historiador oral, enfrentei dilemas éticos gerados por minhas entrevistas... Mesmo com cautela e sensibilidade, e seguindo à regra básica segundo o qual o bem estar do entrevistado vem sempre antes dos interesses da pesquisa, as entrevistas que exploram a natureza e os processos de afloramento de lembranças confundem as fronteiras dos relacionamentos dentro da História Oral. Uma entrevista que toca lembranças reprimidas e que as vezes se aproxima de uma relação terapêutica pode ser gratificante para o entrevistador, mas prejudicial para o entrevistado.

Assim, no decorrer da entrevista foi possível perceber que a emoção deste entrevistado, CF2, lhe vinha naquele momento, embora a postura permanecesse firme, até que em determinado momento percebi que sua voz ficara embargada e os olhos carregados de lágrimas, levando a crer que não era possível seguir em frente, uma vez que a fala, apesar de menor, tinha muito conteúdo e era esgotado nosso tempo, pois o pesquisador, no meu ponto de vista, precisa antes de tudo ter o tato de saber o limite e respeitar seus entrevistados.

Comumente em cada entrevista, o primeiro encontro é quase um momento de catarse, em que entrevistado e entrevistador deixam entrever suas expectativas, desejos e ansiedades. A entrevista estabelece uma parada no cotidiano. Afinal, ao aceitar participar da pesquisa, o sujeito é convidado à “voltar atrás no tempo” e, assim, sua memória inicia uma operação no sentido de reconstruir vivências do passado que hoje considera marcantes (GRAZZIONTIN; ALMEIDA, 2012, p.38).

Saliento que o momento das entrevistas se mostrou rico, pois estes trouxeram relatos especiais de sujeitos que revisitando suas memórias contribuíram para que não se apague a história de duas Faculdades de Direito com importância não só local, mas global, no caso da Faculdade de Direito de Pelotas, no Brasil, e da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal.

3.3 Os jornais e recolha de documentos no Brasil e em Portugal

O ponto de partida desta fase da pesquisa foi o “garimpo” de notícias que dessem conta do momento e das condições que vivia a sociedade pelotense na década de 1960 e, mais especificamente, a comunidade jurídica pelotense, de maneira que dedicamos uma rotina diária de pesquisa na Bibliotheca Pública Pelotense¹⁷, usando o jornal “Diário Popular” como uma das fontes de estudo. Isto porque a imprensa teve importante contribuição para a elaboração de trabalhos em História, como argumenta Luca (2006, p.118), “[...] na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”.

Assim, no que se refere à metodologia desenvolvida para trabalhar com as fontes, e neste caso especificamente com jornais na cidade de Pelotas, selecionamos aqueles que cercassem o período de proximidade do Golpe civil-militar de 1964, o que nos levou a recorrer a 1961¹⁸, ou seja, o conhecido “pré-golpe”, como lembra Fausto (2010). O Movimento da Legalidade, também desse período, caracterizam a história política no Brasil em complexa relação de tensões entre os diferentes segmentos sociais. Essa instabilidade no governo “Jango”

¹⁷ Fundada em novembro de 1875 pelo jornalista Joaquim Dias e com a colaboração de pessoas ilustres da cidade como João Simões Lopes (também denominado Visconde da Graça), hoje serve como ponto de estudos e pesquisas de várias naturezas. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade_hospedagem/busca/bibliotheca/Projeto>. Acesso em: 12 nov. 2011.

¹⁸ Destaca-se que um processo severo de censura foi instalado em 1968, quando o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, instituiu o Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro.

preparou terreno para o Golpe civil-militar de 1964, favorecendo a condução dos militares ao poder.

Quanto ao tratamento dado à pesquisa com jornais, focou-se a procura de notícias que falassem especificamente sobre a participação dos alunos das Faculdades de Direito de Pelotas e de Portugal em atividades relacionadas com o momento de movimentação política deste recorte temporal em cada país. Fischer (2005) alerta quanto ao uso de fontes jornalísticas, quando se deve considerar que os jornais representam uma fonte envolvida em “jogos de poder”, passível de invenções, sendo uma representação construída do real vivenciado. A mesma autora ainda acrescenta que “[...] o poder da imprensa parece definir o que é preciso que seja dito, o que é preciso que seja acreditado, o que precisa ser feito. Toma lugar neste espaço um imenso discurso da ordem, uma espécie de ortodoxia” (FISCHER, 2005, p.72).

O Jornal Diário Popular¹⁹ encontra-se, em sua maior parte, bem conservado na Bibliotheca Pública de Pelotas, armazenado em prateleiras adequadas e protegido com aparelhos desumidificadores de ar, pois a umidade no município é elevada, o que deteriora rapidamente os jornais, e qualquer outro tipo de documento. Cabe ainda dizer que os jornais estavam organizados por ano, facilitando o acesso e a consulta. A circulação do jornal “Diário Popular” é diária, cabendo considerar que foram consultados jornais desde o início do ano de 1960, até o final de 1965, na busca por notícias que estivessem relacionadas com a Faculdade de Direito de Pelotas e com alunos ou membros daquela faculdade.

Não se pode deixar de registrar que a pesquisa em jornais a princípio parecia algo monótono, mas mostrou-se instigante. Esta é uma metodologia com a qual tomei contato somente na pós-graduação, e embora se saiba que há algum tempo é usada nas ciências sociais, não era adotada no Curso de Direito. Foi, assim, preciso aprender a lidar com os jornais e foi se tornando uma atividade motivadora, pois aos poucos se ia reconstruindo a história da cidade de Pelotas e da sua comunidade jurídica.

Particularmente em relação à imprensa, é fácil constatar que seu uso, faz algum tempo encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades. Nos diversos campos de pesquisa, da

¹⁹ Jornal que data há 120 anos na cidade de Pelotas e é atualmente o mais antigo do Rio Grande do Sul <www.diariopopular.com.br/> Acesso em 5 de out. 2011.

comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa transforma-se, de forma crescente em suporte didático-pedagógico na sala de aula (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.255).

Da mesma maneira se deu o processo de pesquisar em jornais de Portugal, entretanto com recorte temporal da década de 1970, visto que esse foi o período de maior fragilidade da ditadura salazarista e que precedeu a “Revolução dos Cravos”. Em Portugal, a pesquisa documental envolveu acesso a mais de um periódico, e também a investigação realizada nas Bibliotecas Municipal de Coimbra e Municipal Almeida Garret, da cidade do Porto.

Na biblioteca de Coimbra foi consultado o jornal “Diário de Coimbra”, considerando o fato de ser o jornal da cidade em que estava instalada a Faculdade de Direito pesquisada em Portugal. O objetivo era identificar nas narrativas jornalísticas como os efeitos do cenário político de Portugal haviam repercutido na cidade de Coimbra. As notícias que interessaram foram aquelas relacionadas com a Faculdade de Direito e com alunos ou membros daquela instituição e tendo em vista que a pesquisa em jornais guarda em si uma intencionalidade, como argumenta Hunt (1992, p.18):

Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los.

Ainda sobre o jornal “Diário de Coimbra”, cuja circulação é diária nesta cidade, foram consultadas edições do início do ano de 1973 até o final de 1974, isto porque a intenção era observar o cenário político social de Coimbra e Portugal antes da Revolução dos Cravos de 1974 e a situação posterior. Para Coimbra, o critério de análise das notícias foi que seu conteúdo estivesse relacionado com a Faculdade de Direito de Coimbra e com alunos ou membros daquela faculdade.

Quando na cidade do Porto, a pesquisa em jornais foi realizada após concluir o estudo no jornal de Coimbra, de maneira que me dediquei a pesquisar o jornal de maior circulação em Portugal, que, na ocasião do recorte temporal pesquisado, seria o “Diário de Notícias”, considerado o jornal de maior tiragem.

E da mesma forma que foi feito com o jornal anterior em Coimbra, foram consultados jornais desde o início de 1973 até o final de 1974, de modo que me dediquei a buscar, como critério de pesquisa, notícias relacionadas com a Faculdade

de Direito de Coimbra, vez que esta era a instituição de Direito pesquisada em Portugal, e informações da participação ou envolvimento de alunos ou membros daquela faculdade em atividades naquele momento de transformação política.

Ainda no que se refere à consulta em jornais em Portugal, consideramos fundamental destacar que a pesquisa teve uma peculiaridade observada já com certo olhar de desconfiança já no início da investigação em periódicos. Este olhar de desconfiança se deu pelo fato de que, ao contrário das pesquisas feitas nos jornais em Pelotas nos quais era percebida a movimentação linear das ebulições políticas no Brasil que levaram ao conseqüente golpe civil-militar de 1964, em Portugal os jornais se mantiveram em um silêncio velado sobre notícias que dessem conta do momento crítico que a sociedade portuguesa se encontrava sob o poder do ditador português Salazar. Nada mencionavam, e em especial pela crise decorrente das guerras contra a colônia africana, demonstravam uma forte censura, de maneira que só começaram as notícias sobre a efervescência na política portuguesa nos dias que sucederam a “Revolução dos Cravos”, ocorrida em 25 de abril de 1974. Esta observação me manteve alerta e crítica para a importância que revelam os jornais, mesmo quando o seu silêncio, muitas vezes, tem valor para o pesquisador.

Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo da subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.255).

Em ambos os jornais pesquisados para o estudo em Portugal, a investigação remeteu-se ao ano de 1973, ano antes do término da ditadura salazarista, com o propósito de compreender esse contexto de abertura política.

Os jornais das duas bibliotecas portuguesas se encontravam em estado considerado bom, com o desgaste natural do tempo e do manuseio dos usuários, entretanto é importante salientar que o acesso ao material é um pouco mais rigoroso do que em Pelotas, exigindo que a pessoa seja associada e os jornais não ficavam expostos diretamente nas prateleiras, e sim, guardados em sala separada da de manuseio, o que ocorre, provavelmente, pelo fato de serem bibliotecas maiores e com maior fluxo de pessoas.

Da mesma maneira que em Pelotas, o foco era garimpar assunto que identificasse a participação de egressos da Faculdade de Direito de Coimbra no

momento de efervescência política que culminou com o fim da ditadura de salazarista, do então jurista Marcello Caetano.

Ao utilizar os documentos de fundo jornalístico, como argumenta Le Goff (2012), a narrativa é desconstruída para posteriormente ser reorganizada, selecionada e apresentada de outra maneira, para que seja possível cotejá-la com as questões de pesquisa. Isso exige uma postura vigilante e disciplina para compreender os jogos de poder e o aspecto tendencioso do que era “permitido” noticiar sobre o cenário político, pois a prática da leitura de jornais agrega ao capital cultural, como um instrumento de poder. Nas palavras de Le Goff (2012, p.548):

O documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro-voluntária ou involuntariamente- determinada imagem de própria. Produto de um centro de poder, de uma senhoria quase eclesiástica, social, jurídica, política, cultural, mas, sobretudo enquanto instrumento de poder.

No próximo capítulo esse sentido atribuído ao documento é detalhado quando as memórias, traduzidas e organizadas, são tratadas como documento para reconstrução de trajetórias dos egressos das Faculdades de Direito de Pelotas, Brasil, e de Coimbra, Portugal, no exercício de aproximação com os conceitos buordinianos, possibilitando compreender a condição de herdeiros e/ou de trãnsfugas e sua inserção no meio jurídico, político e social.

4 TRÂNSFUGAS E HERDEIROS: TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE EGRESSOS DA FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS/BRASIL E DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA/PORTUGAL

Antes de propriamente iniciar a discussão dos resultados deste estudo, considera-se fundamental que se faça um breve itinerário sobre quais obras foram usadas e que auxiliaram a compreensão do objeto pesquisado. Com relação às obras de Pierre Bourdieu, foram utilizadas “A reprodução” (2009); “*Homo academicus*” (2013); “O poder simbólico” (1998); “*Los herederos: los estudiantes y la cultura*” (2003) e “Esboço de auto-análise” (2005); e ainda auxiliaram na compreensão de alguns conceitos e ideias que contribuíram para a análise do material empírico autores que se dedicaram a estudar a obra de Pierre Bourdieu. No processo de constituição dos nossos objetos de pesquisa, somos muitas vezes surpreendidos com os significados atribuídos no processo de “[...] reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto.” (BOURDIEU, 2001, p.20). A obra “*Homo academicus*”, que, de certo modo, representava complementação à leitura das obras anterior, se adequou à leitura do jogo social que se dá não só dentro das Universidades, mas de modo geral no âmbito da educação.

Além de situar rapidamente o modo como as obras de Bourdieu e de outros teóricos, como Passeron, foram compondo conceitos importantes desta tese, retoma-se alguns aspectos de contexto em que tais obras são produzidas, dada a relação com o cenário político dos anos 1970, que interessa ao estudo aqui proposto. Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron na década de 1970 se formaram em Filosofia pela *Ecole Noermale Supérieure*, de maneira que seus estudos produziram questionamento quanto ao tencionamento existente entre discussão teórica e pesquisa empírica. Essa lacuna entre teoria e prática apresentou-se como uma das questões fundamentais do modo pelo qual eles se propõem a construir uma sociologia de análise, ou seja, pretendia-se evidenciar, através da realidade da educação na França naquele momento, que os fatores sócio-históricos não estavam desmembrados da realidade escolar dos estudantes franceses. Ao mesmo tempo, conhecendo um pouco mais da vida de Pierre Bourdieu, é possível constatar que suas produções estão diretamente relacionadas à sua própria trajetória de vida. É bem provável que suas observações sejam estruturadas tomando como ponto de

partida sua própria vivência, uma vez que veio de uma família humilde e viu na educação redes e jogos sociais. Como Bourdieu (2005, p.68) mesmo afirma: “Minha percepção do campo sociológico também deve muito ao fato de que a trajetória social e escolar que me conduziu até ali me singularizava de maneira extremamente forte”.

Nascido na província de Béarn, França, e filho de um trabalhador rural que posteriormente se tornaria funcionário dos correios, Pierre Bourdieu é, como ele mesmo se denomina, um “trânsfuga filho de um trânsfuga”. Cabe lembrar que a expressão “trânsfuga” é usada para definir aqueles que conseguem romper com a reprodução e acabam saindo do jogo predefinido de serem dominados. Esse foi o caso do próprio Bourdieu, que conseguiu, com os esforços financeiros de seu pai, seguir seus estudos no Liceu. Desde o início, começou a levantar questionamentos sobre todo aquele sistema escolar, e tais considerações ficam evidentes quando da leitura de sua obra intitulada “Esboço de auto-análise”, em que se dedica a fazer uma leitura de sua obra, traçando sua trajetória desde a infância, quando o fato de ser oriundo de uma camada menos favorecida fez com que tomasse contato com as diferenças sociais e com as dinâmicas que se desenham como desdobramentos dessas diferenças.

Penso que minha experiência infantil de trânsfuga filho de trânsfuga (o qual creio haver reconhecido no Nizan evocado por Sartre em seu prefácio a Aden Arabie) na certa pesou bastante na formação de minhas disposições em relação ao mundo social [...] (BOURDIEU, 2005, p.109).

O período no internato foi decisivo para que ele aprendesse a se impor, a se defender e a sobreviver não só ao frio ambiente, mas em especial às relações de poder que ali se desenhavam. Esse período marcou o suficiente, ao ponto de Bourdieu narrar em seu trabalho “Esboço de auto-análise” ter confessado a um colega que não desejava ter filhos para não ter que os expor a sacrifícios como aqueles que ele passara. Ainda conforme a mesma obra, um dos momentos que mais marcou a vida de Bourdieu, e que o fez tomar contato direto com os jogos sociais, foi justamente o período que estudou no internato, por aproximadamente cinco anos. Ali o autor teve a noção da realidade que se dava fora do ambiente da pequena cidade de origem agrária onde ele vivera até então, e se deparou com um ambiente novo, em que aos poucos o oportunismo, a traição e a delação revelavam

sua força. Segundo Bourdieu (2005, p.115): “A experiência do internato desempenhou um papel determinante na formação de minhas disposições; principalmente pelo fato de me inclinar a uma visão realista (flaubertiana) e combativa das relações sociais [...]”.

A vida acadêmica de Bourdieu foi marcada pela relação forte com Filosofia, tida como uma das disciplinas fundamentais e campo intelectual fundamental. No entanto, essas experiências não empolgaram Bourdieu, levando-o a procurar outras disciplinas em outros cursos, querendo um pensamento mais palpável. A filosofia era estabelecida, na época e no campo empírico intelectual francês, como campo de consagração; seus princípios negavam-se a lidar com o campo empírico, compreendido como um rebaixamento. Bourdieu (2005) questiona o “internamento escolástico” predominante, no qual o distanciamento real e mental com o mundo era favorecido. É justamente buscando essa junção teórica e prática que ele se debruça a estudar temas da educação, questionando desde já o papel “libertador” da escola e seu papel como um fator de mobilidade social.

[...] portanto, à sociologia que Pierre Bourdieu dedica sua vida acadêmica, desenvolvendo um trabalho científico de grande fôlego, regular, cotidiano, sistemático, persistente, sólido, polêmico. Valendo-se de um estilo hermético, de uma linguagem relativamente austera, que procura compreender as relações entre cultura, ciência, escola, mídia e reprodução social, e com isso, torna sua reflexão no campo das áreas humanas e sociais incontestáveis [...] (BOURDIEU, 2013, p.13).

Dessa forma, no intuito de compreender as relações entre cultura, escola e o processo de reprodução social estudado por Bourdieu é que através das entrevistas se construiu nesse estudo um processo de análise *a posteriori*, cujas categorias emergiram no processo de tentar compreender a inserção de cada sujeito entrevistado no contexto político de seu país, nesse caso Brasil e Portugal, bem como a forma como cada um viveu o cotidiano acadêmico e posteriormente a vida profissional.

As categorias de análise que emergiram a partir da organização das entrevistas orais, e de outros documentos que foram consultados para esta pesquisa, procuram evidenciar as relações culturais e sociais refletidas nas trajetórias dos egressos dos Cursos de Direito em Pelotas e em Coimbra. As particularidades que caracterizam as recorrências ou depoimentos de singularidades dizem de um *habitus* que foi configurado a partir das apropriações que cada egresso

realizou, escolheu e traduziu como forma de compreender o contexto no qual se estava inserido.

Além das apropriações realizadas por cada egresso, revelam marcas das identidades construídas no curso de sua trajetória de vida, acadêmica e profissional, e interessa-nos a influência que o espaço produz no curso do tempo, ou seja, as instituições favorecem e promovem tradição, como argumenta Viñao Frago (1995), e criam-se os “lugares de pertença” (CERTEAU, 2011). Dito de outra maneira, as instituições mesmo que reguladas por mecanismos externos, enquanto sistemas possuem natureza autônoma e,

se não é fácil perceber simultaneamente a autonomia relativa do sistema de ensino e sua dependência relativa à estrutura das relações de classe é porque, em outras razões, a percepção das funções de classe do sistema de ensino está associada na tradição teórica a uma representação instrumentalista das relações entre Escola e as classes dominantes, enquanto que a análise das características de estrutura e de funcionamento que o sistema de ensino deve à sua função própria tem quase sempre tido por contrapartida a cegueira face às relações entre a Escola e as classes sociais, como se a comprovação da autonomia supusesse a ilusão da neutralidade do ensino do sistema de ensino (BOURDIEU, 2013, p.229).

Traz-se esta citação porque Bourdieu, no decorrer de sua obra, observou que o tipo de educação que se desenvolve em diferentes instituições e campos se dá a partir da hierarquia social na qual se está inserido. Logo, aqueles da classe mais abastada ditam o que será transmitido e cobrado dentro das escolas, da mesma forma que os discursos sobre o ensino e a educação recebem proporções diferenciadas de acordo com o grupo social de pertencimento.

Os egressos da Faculdade de Direito também constituíram um grupo social possível de se relacionar com a tese proposta por Bourdieu, uma vez que o Direito no tempo estudado foi um curso frequentado de modo geral pelas elites da sociedade, seja ela em Pelotas, Brasil, seja ela em Coimbra, Portugal, e, conseqüentemente, os filhos dos pioneiros nesta profissão terão por sua vez maior contato com a linguagem do social e do campo jurídico, saindo em vantagem aos que não a tem. Nesse sentido, buscou-se organizar a análise de modo que contemplassem esses conceitos, que passamos a detalhar em seguida, com os resultados empíricos obtidos na pesquisa.

Este capítulo estrutura-se em três partes. A primeira compreende as memórias de formação acadêmica dos egressos e sua relação com a condição de

herdeiros ou trãnsfugas, bem como as origens familiares e sua influência no campo do Direito. Na segunda seção discutem-se como as carreiras jurídicas dos egressos foram se constituindo e analisa-se como o capital cultural e a circularidade no campo jurídico favoreceu a consolidação de uma trajetória. E ainda nesta seção faz-se uma reflexão quanto às escolhas políticas na carreira dentro do campo jurídico. E a última seção caracteriza-se pela discussão de gênero, considerando a inserção da mulher no campo jurídico, visto que a época estudada era marcada pelo predomínio masculino nessa área de atuação.

4.1 A origem familiar, perpetuação dos herdeiros ou a condição de trãnsfugas: modos de rememorar a trajetória no campo jurídico

Esta seção propõe refletir sobre a influência que a origem familiar tem ou não na construção do egresso do Curso de Direito, característica específica no acesso a um capital cultural, bem como ele foi aprendido pelos sujeitos que se investiram de um saber próprio de um grupo social privilegiado. O acesso ao capital cultural estava geralmente relacionado com a maior possibilidade de acesso ao capital cultural, representando uma forma de poder por parte daqueles detentores destes dois tipos de capitais, logo esse poder se materializava de diferentes maneiras no campo social, como: o predomínio nos estudos científicos e na literatura, na representação intelectual e pelos cargos e funções públicas e de personalidade política.

A cultura bacharelesca, especialmente, no campo do Direito era predominantemente masculina, e o “domínio” de um saber, ou seja, o conhecimento de uma “arte de fazer”, geralmente era repassado como ofício aos “varões” da família, geração a geração (CERTEAU, 2011).

Na constituição de uma classe social liberal no Brasil identifica-se a figura do bacharel, caracterizando-se como um dos cursos tradicionais que se associam à história das primeiras faculdades instituídas no Brasil²⁰. O legado histórico do capital cultural produzido pelas oportunidades geradas para aqueles que concluíam os cursos superiores possibilitou que uma estrutura burocrática e jurídica fosse

²⁰ Como argumenta Silva (2000), até 1822, o Brasil era colônia de Portugal e necessitava encaminhar-se até a Metrópole para realizar os estudos nas escolas superiores. “[...] quantos desejassem bacharelar-se em Direito eram obrigados a enfrentar os perigos de uma travessia marítima para estudar na Europa [...] a fim de cursar a multissecular Universidade de Coimbra [...]”. (SILVA, 2000, p.320). No Brasil, os cursos jurídicos foram fundados no século XIX e a sua primeira expansão significativa ocorreu na década de 1940, do século XX.

instalada e consolidada na sociedade brasileira ao longo do tempo (FAORO, 2001). Do mesmo modo, a função pública do país, em diferentes frentes de ação, inicialmente foi uma atividade exercida pelos herdeiros das famílias que detinham o poder econômico, ou seja, eram os proprietários de terra que percebiam os efeitos do seu patrimônio instituído.

Nas confrarias e agremiações que surgiram desse grupo social se refletem também a constituição de uma cultura capitalizada, no modo criado e inventado de promover encontros e desfrutar de atividades que atendessem ao *status* social alcançado; uma tentativa de reproduzir abaixo dos trópicos um pouco de “civilidade e cultura” ultramar!

Ao refletir sobre as origens dos egressos das faculdades de Direito e no exercício de reconstruir suas trajetórias, emergiram elementos da minha própria condição de pesquisadora, pois também encontro-me na condição de egressa. Essa condição está atravessada por minha vivência acadêmica, como graduada em Direito. Mergulhada em um passado não tão distante, cabe dizer que percebi, no decorrer do Curso de Direito, a sua linguagem própria, seus signos, e a impressão ligeira que eu havia elaborado de que é fundamental dominar desde o início a postura e a linguagem do campo jurídico aos poucos foi sendo redefinida, pois foi preciso compreender que para participar deste mundo e ter domínio desta linguagem seria necessário muito mais que capital cultural e capital financeiro. Em outras palavras, não bastava ser admitida como aluna do Curso de Direito, havia de se cumprir o ritual de ingresso no meio jurídico.

A partir de suas pesquisas e aprofundamento de reflexões, argumenta-se que a escola é um dos fatores mais eficazes para manter o *status quo*, ou como tão adequadamente afirma Nogueira (2011, p.41), inspirado em Bourdieu, os processos de escolarização dão legitimidade às desigualdades sociais, sancionando a herança cultural, fazendo com que o dom social seja encarado como dom natural. Esse aspecto precisa ser relativizado, como se constata nos depoimentos dos egressos, muitos deles ocupam uma posição social diferente de sua origem, corroborando os estudos de Bourdieu, como na narrativa de BF1:

“[...] eu sempre pensei em fazer Direito. Direito sempre esteve nas minhas cogitações embora na minha família não tivesse ninguém [...] a minha família não era uma família de tradição, como eram as famílias da Faculdade de Direito da Federal de Pelotas: Mendonça Lima, os

Russomano [...] pessoas assim de grande tradição! Não era o meu caso!!!” (COSTA, 2009, p.66).²¹

Ao rememorarem os momentos da sua infância e especialmente aqueles aspectos relativos à sua formação, os egressos dos Cursos de Direito evidenciaram elementos que se aproximam do conceito de trânsfugas no sentido atribuído por Bourdieu. Frequentar a escola estava entre as prioridades das famílias abastadas e também para as famílias que não detinham o capital financeiro. Diferenciando-se dos herdeiros, na condição de trânsfugas haviam formas inventadas para driblar as adversidades que pretendiam determinantes para uma condição social. Ainda produzidos pelos sujeitos entrevistados, trazem elementos que permitem identificá-los, e neste sentido, BF1 comenta:

“[...] eu cheguei à Faculdade de Direito de Pelotas, que é uma faculdade tradicional e esse ano está completando 100 anos, sem ter pertencido a uma família tradicional. Pelo contrário, diversas circunstâncias. [...] Então realmente foi um início assim bastante difícil. Então o grande investimento que o meu pai e minha mãe fizeram comigo e com minha irmã foi no aspecto ‘educação’. Então eu cresci assim, embora num ambiente economicamente muito modesto, culturalmente muito rico. E isso me ajudou bastante” (BF1, entrevista, 2012).

O relato de BF1 elucida o lugar social que ocupava a escola, ou seja, ser escolarizado, saber ler e escrever, ter a possibilidade do estudo representava um patrimônio cultural para aquela família. O filho escolhido e que prosseguiria os estudos geralmente era auxiliado pelos demais irmãos²². Era uma forma criada pela família para que se concretizasse a transformação da condição social, e mesmo que ela não acontecesse rapidamente, o valor do conhecimento garantiria inscrição familiar no capital cultural da sociedade local.

Outro depoimento que reforça a condição de trânsfugas nas trajetórias desse grupo de egressos de Pelotas e Coimbra é o caso do depoente BM2, que nasceu e fez os estudos iniciais no distrito de Portalegre e posteriormente buscou a formação superior em Lisboa, como rememora:

²¹ Esta fala faz parte de entrevista feita para a elaboração de Dissertação de Mestrado, defendida em 2009, no PPGE/UFPEL intitulada “A presença feminina na Faculdade de Direito de Pelotas”.

²² Guardadas as particularidades da próspera cidade de Pelotas e as oportunidades que Coimbra dispunha para o ensino, era comum até a primeira metade do século XX, as famílias entregarem um dos filhos (as) para dedicar-se a vida religiosa, o que também representava um “atalho” para continuar os estudos (SGUISSARDI, 2011).

“Não, eu sou da Beira-baixa. Nasci no Gavião, que é no Alentejo [...] mas a minha família depois vive sempre no Fundão, entre a Covilhã e Castelo Branco”. (BM2, entrevista, 2013).

Além dele, AM2, mesmo não sendo de uma família tradicional, pois era filho de um alfaiate e de uma costureira, com muitos irmãos, e nascido no interior de Portugal, em Pinhel, supera estas adversidades e se obstina a cursar Direito na cidade universitária de Coimbra. Dentre os entrevistados em Portugal, ele foi o que mais me surpreendeu por sua superação em relação à transformação de sua condição social, se destacando não só no cenário político de Portugal, como no campo do ensino, chegando posteriormente ao cargo de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra desde 2003 até a sua jubilação.

Fica claro que adquirir escolarização garantiria espaço na sociedade, o que Bourdieu caracterizou como “espaço de lutas sociais”, por isso a importância das estruturas simbólicas e da cultura como exercício da legitimação de um grupo sobre os outros, o que vincularia a concretização desse capital cultural como elemento indispensável para se pensar os efeitos da dominação daquelas famílias que detinham o capital financeiro e o capital cultural. “A cultura dominante não é, então, para Bourdieu, um reflexo automático da posição dos grupos dominantes. A hegemonia de suas práticas culturais é também o resultado de uma luta” (ALMEIDA, 2007, p.48).

Indiferente da origem familiar, a instrução e as instituições escolhidas para formar e escolarizar os filhos atentam para o sentido como lugares de poderes e destaque dentro da sociedade, em especial como maneira de adquirir capital cultural. Ao recordar do seu tempo de estudante, FM1 acrescenta que o resultado do capital financeiro da família tinha como destino a educação dos filhos.

“[...] tudo para os filhos e tudo para os estudos dos filhos. Podia se faltar qualquer coisa, mas não se deixava de ir para o colégio! Eu em colégio de padre, que era um colégio particular de padre, as minhas irmãs em colégio de freira. Na época só feminina, só masculina. Mas, os cinco se formaram, fizeram o curso superior, o investimento foi muito grande, enorme! Minha irmã estudou Medicina em Porto Alegre, mesma época eu estudava em Pelotas, eram dois filhos fora gastando habitação, alimentação, mas resistiram e ficaram muito felizes de formar os filhos!” (FM1, entrevista, 2013).

A escola cumpria sua função de instituição encarregada de transmitir a cultura legítima, investida de uma função social de consagração e de conservação, o que garantiria usufruir dos privilégios das estruturas mais fundamentais da ordem social, retomando novamente Bourdieu (2013).

Silva (2010), apoiada em Bourdieu, argumenta que a igualdade de oportunidades é importante para garantir igualdade social a todos no sistema escolar e associa isso às heranças sociais e culturais, ou seja, os alunos, indiferente de sua “[...] classe média ou da alta burguesia, pela proximidade com a cultura ‘erudita’, pelas práticas culturais ou linguísticas de seu meio familiar, têm mais probabilidades de obter o sucesso escolar” (SILVA, 2010, p.119). O que Bourdieu demonstra é que existe uma relação entre a cultura e as desigualdades sociais e escolares. A prática escolar possui um “rito e uma anatomia”, e, segundo Viñao Frago (1995), pressupõe certas competências que são de fato adquiridas na esfera familiar. O depoimento de EM1 elucida esse aspecto, a importância de uma educação doméstica²³, distinção que produz efeitos significativos no momento da constituição dos preceitos basilares da alfabetização.

“Mas eu tive uma grande inspiradora que foi a minha mãe, porque eu comecei com ela e eu me lembro que ela me estimulava muito a ler. Eu li quase tudo assim que poderia ler quando era lá ainda nem ingressando na adolescência: o Pica Pau Amarelo, toda essa história eu gostava de ler e aí eu na agrotécnica me encontro em até um dado momento até a quarta série eu participava, jogava futebol todas aquelas coisas, depois eu digo agora não dá mais, parei e virei rato de biblioteca. Tinha uma biblioteca no colégio e eu ia para lá, nos recreios o espaço que tinha eu estava lá lendo um livro ou estudando ou me preparando, então não foi fácil mas eu sempre procurei superar essas dificuldades porque tinha gosto para fazer isso e até hoje gosto muito de ler sou um leitor humorado.” (EM1, entrevista, 2013).

Bourdieu e Passeron (2009) argumentam que o fato dos sujeitos possuírem capital cultural familiar conduz à transmissão de uma herança, um patrimônio às futuras gerações entre famílias de classe social favorecida. Ler, ter o contato com materiais de leitura, jornais, livros, etc. são elementos que fortalecem a aquisição de

²³ Vidal (2005) caracteriza essa prática como a primeira educação que geralmente era recebida no meio familiar. Esse ensino geralmente era realizado pela mãe e/ou por algum integrante da família alfabetizado, que pudesse minimamente iniciar o sujeito do mundo dos signos linguísticos.

um capital cultural. A posse desse capital permitiria o acesso a percursos escolares marcados pelo sucesso e pela distinção, como expressa o depoente CM1,

“Meu pai provinha, pelo lado materno, de família de engenheiros, construtores de grande parte dos prédios da fase rica de Pelotas e, pelo seu lado paterno, de família com tradição em odontologia e cursos no exterior; e minha mãe provinha das famílias Pereira da Silva e Vieira da Cunha, de Cachoeira do Sul, que no século XIX, tiveram enormes extensões de terras às margens do Rio Jacuí e que, nas primeiras décadas do século XX, iniciaram no Rio Grande do Sul a orizicultura mecanizada à vapor, mas depois entraram em decadência econômica, embora mantendo certo prestígio local”. (CM1, entrevista, 2012).

Ao buscar as suas origens e falar sobre a procedência familiar, os herdeiros se utilizam da representação do *status* social, aspecto que Bourdieu (2009) atribui como capital econômico e do capital social, ou seja, a rede de relações sociais, as posses e os sobrenomes, que nesse caso se encontram imbricados ao conceito de capital cultural. Esse aspecto é trazido pelas memórias de CF2, que teve oportunidade de cursar o Liceu²⁴, em uma época que muitas não ultrapassam o primário,

“Eu fiz, eu vivi, fui criada numa cidade do nordeste de Bragança. Os meus pais são oriundos de lá, mais ou menos, dali de terras próximas e a família tava radicada, meus pais trabalhavam os dois lá. [...] eu naturalmente fiz a escola primária e fiz o Liceu em Bragança, até o sétimo ano, que na altura era o último ano do Liceu. E depois fui para a faculdade para Coimbra!!!” (CF2, entrevista, 2013).

As entrevistas com os egressos do Curso de Direito de Pelotas, Brasil, que hoje pertence à Universidade Federal de Pelotas, e as entrevistas feitas com egressos do Curso de Direito de Coimbra, Portugal, indicam que o entrevistado CM1 representa a condição de herdeiro, uma vez que, em função de sua origem familiar, teve mais facilidade para circular no meio jurídico e também para apropriar-se do capital cultural do ensino superior. Quanto aos trânsfugas, além de terem que superar as dificuldades econômicas, tinham que rapidamente se apropriar de um capital cultural, do qual necessitavam para serem inseridos nesse campo, como foi

²⁴ O Liceu eram estabelecimentos que hoje se entendem como ensino secundário, apresentavam uma formação generalista em ciências e humanidades, preparando o aluno para o ingresso no ensino superior. Conforme Barroso (1995), que se dedicou ao estudo sobre a organização pedagógica e administrativa deste tipo de instituições.

indicado na entrevista com EM1. Quanto às entrevistas, mesmo que os depoentes não tenham se denominado como herdeiros ou trãnsfugas, foi possível identificar que alguns receberam de suas famílias “capital financeiro” e “capital cultural” necessários para se mantivessem nas posições sociais de destaque e de domínio, enquanto outros fizeram do Curso de Direito uma forma de ascensão social.

Conforme Bourdieu (2009), há diferentes situações a serem consideradas quanto à classe baixa, média e alta. Para a primeira, o custo é elevado e necessitaria grande investimento e muito tempo até a situação reverter, possibilitando ascensão social através dos estudos. No que se refere às classes média e alta os investimentos se mostram mais seguros e duradouros, uma vez que a classe média dispõe de mais recursos e sabe que pelos investimentos na educação é que se dará sua ascensão social, ou seja, os títulos têm grande probabilidade de garantir essas oportunidades. Ainda no caso da classe alta, considerada elite econômica e cultural, embora também invistam de maneira considerável, apenas têm a preocupação de se manterem no posto que já ocupam na escolarização de modo geral, de maneira que seu sucesso escolar já é algo previsto para aqueles tidos por Bourdieu como os “herdeiros”: *“Sin duda, em el nivel de la enseñanza superior, la desigualdad inicial de las diversas capas sociales ante la educación se muestra ante todo em el hecho de que están muy desigualmente representadas”* (BOURDIEU; PASSERON, 2003, p.13).

É importante considerar que, ao aprofundar os estudos na obra “*Los herederos*”, se percebe que o autor argumentaria justamente uma das propostas deste trabalho, que é a leitura do acesso ao ensino superior por parte mais privilegiada economicamente da sociedade, havendo assim relação direta entre o sucesso escolar e a origem familiar.

4.2 Opção pelo Curso de Direito e a carreira no campo jurídico

É importante justificar que se usa a expressão “campo jurídico” por dois motivos: o primeiro, por ser um conceito usado pelo próprio Bourdieu, que consegue definir as dinâmicas que se dão dentro do Direito e das instituições e sujeitos que o cercam; e o segundo, porque a expressão “campo jurídico” ampara outras atividades profissionais desempenhadas por Bacharéis em Direito, não limitando a advogar, que é o caso de muito dos entrevistados que não só exerceram a advocacia.

Prosseguindo os estudos para a elaboração desta tese, outra categoria observada no decorrer da análise das entrevistas com os egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal foi justamente sobre os motivos que os havia levado a optar pelo Curso de Direito e sua trajetória no campo jurídico; logo, observar suas origens e os motivos que os levaram a optar por um curso que no senso comum é feito por elites detentoras do capital financeiro e, conseqüentemente, do capital cultural, foi importante para a análise. Para Bourdieu (2013, p.16), “as ‘grandes escolas’ (instituições de ensino superior) ou as ‘escolas do poder’ operam uma admissão cada vez mais burguesa apesar das intenções ‘democratizantes’”.

Dentre os egressos entrevistados, fosse no Brasil, fosse em Portugal, muitos deles narraram que o período como estudantes de Direito foi uma época difícil em suas vidas; por serem desprovidos de capital financeiro, encontraram várias dificuldades para concluir o curso. Nesse sentido algumas narrativas indicam quais dificuldades eram mais comuns DM1:

“É, eu inclusive me habituei a usar isso para os filhos, olha quando eu tinha a idade de vocês eu fazia duas faculdades, tinha dois empregos, eu trabalhava no Diário Popular e na Rádio Cultura, mas o que eu fazia eu abria as transmissões da cultura às 7h e muito frequentemente encerrava a meia noite e nesse período eu corria de um lado para o outro né?! E fiz meu tempo, consegui terminei as duas faculdades e quando fui para Passo Fundo eu já fui contratado como professor de latim, e claro a Faculdade de Direito, não tinha terminado estava terminando aqui”. (DM1, entrevista, 2012).

Evidente que para estes alunos não pertencentes aos herdeiros seria preciso superar muitas dificuldades, dentre elas as limitações financeiras e o preconceito por não ser oriundo de escolas ou famílias tradicionais para concretizar sua escolha profissional em cursar Direito. Neste depoimento, EM1 traz outros elementos que indicam percalços no processo de cursar Direito:

“[...] Ainda mais no meu caso que sai da agronomia, eles chamavam de patronato né? O cara saiu do patronato!!! Eu me lembro que numa manhã o Jânio e o José Carlos Guimarães, que é juiz de direito, aposentado do Diário Popular, estava um ano a minha frente e eu fui conhecê-lo lá, é meu amigo até hoje, mas eu me lembro que eu assisti ele varrendo um comício ali, logo que abriu a faculdade, foi em 58 , ele dizia: Bah!!! em Pelotas aconteceu tudo que não podia acontecer, o Brasil de Pelotas, ele

era torcedor, não sei o que houve, perdeu o campeonato, não se o que é que tem e para culminar, dois caras do Patronato entraram aqui pela primeira vez (risos)!!! Dois caras do patronato que era eu e o Irovaldo Madruga Flores!!!” (EM1, entrevista, 2012).

Dentre as justificativas que levaram aos egressos destas instituições históricas de ensino de Direito no Brasil e em Portugal, vários deles consideraram que apesar da pouca idade para escolher a atividade profissional que desempenhariam pelo resto de suas vidas, optavam pelo Curso de Direito porque tinham melhor desempenho e aptidão para as ciências humanas e sociais, como é o caso dos depoimentos que seguem:

“Havia um tio, irmão do meu avô que tinha uma farmácia lá no Fundão e dizia ‘Este é bom rapaz, então o rapaz que vá para farmácia!!!’, mas como farmácia era ciências e tinha que ter matemática eu disse: ‘Não, pai, a minha vida ficar aqui no Fundão atrás de um balcão de farmácia?! Não, não quero não! Não quero uma coisa dessas!’ Portanto ia para letras, mas para letras só havia ou a faculdade de letras ou Direito e a faculdade de letras na altura só dava para professores e eu disse ‘Eu não tenho intuição nenhuma para ser professor, aptidões pedagógicas, então como opção só sobrava Direito!!!” (BM2, entrevista, 2013).

Esta consideração da importância do domínio das ciências humanas e sociais foi recorrente nas entrevistas, e em certos casos foi fundamental, pois lhes facilitou não só o ingresso no Curso de Direito, mas junto com característica pessoais, de buscar a justiça, a sua construção como profissional do campo jurídico:

“Eu fiz o clássico. Naquela época tinha o científico para quem ia para área das exatas, o clássico para quem ia para área das humanas e o normal para quem ia para o magistério. Eu fiz o clássico e depois resolvi fazer vestibular para Medicina, mas não passei graças a Deus!!! Eu não passei e aí resolvi tentar o que eu sempre quis!!! Tanto que eu tirei o primeiro lugar no vestibular sem ter estudado para fazer Direito porque eu tinha feito Medicina e tinha rodado. Então não tinha me preparado para o vestibular, não tinha estudado sociologia, não tinha estudado história!!! E eu tirei o primeiro lugar!!! Então eu realmente era talhada para aquilo né?!” (BF1, entrevista, 2012).

É importante destacar que outro fato que chamou a atenção quando questionados sobre os motivos que os levaram a escolher cursar Direito foi justamente o exemplo de outros familiares dentro do espaço jurídico, ou seja,

algumas das entrevistadas consideraram que de maneira direta ou indireta foram influenciadas por familiares a cursar Direito.

“Eu acho que influenciada pelo meu marido!!! Porque eu era contadora e sempre trabalhava com ele, e conhecia processo, tanto que quando eu fiz a Faculdade de Direito a matéria que eu sempre me saía bem era processo civil, porque eu tinha a prática, a prática do Forum, de atender cliente, mas a jurídica eu tirei na Faculdade de Direito. Meu primeiro marido era advogado, nós morávamos em Jaguarão e eu não tinha concluído o curso clássico, então eu não tinha a oportunidade de entrar na faculdade porque Jaguarão não tinha o que hoje se chama segundo grau não é? Então eu tirei contabilidade e fiquei registrada como contadora, para poder entrar na faculdade, o que aconteceu. Eu entrei na faculdade, me formei em 64, eu entrei na faculdade em 59, meus filhos eram adolescentes, pequenos aliás, um com oito, outro com seis anos!!! Aí fiquei um ano em Jaguarão porque não havia obrigatoriedade de frequência naquela época, no segundo ano houve uma mudança e houve a necessidade de frequentar a faculdade no mínimo 60 por cento das aulas e foi quando eu me mudei para Pelotas. Foi quando eu tirei a faculdade e me formei em 64!!!” (AF1, entrevista, 2012).

Nestes relatos fica evidente a questão de gênero, ou seja, mesmo que não existisse no caso anterior uma tensão na questão de gênero, a primeira foi influenciada pelo marido, que a apoiou na escolha, e a outra foi o pai que tomou a decisão da escolha do Curso de Direito, embora ela tivesse mais gosto pelas ciências exatas:

“Por que Direito?! Porque meu pai gostava muito que eu fosse para o Direito, pronto. Se calhar, eu era, eu gostava mais, sempre gostei mais da área de ciências, do que propriamente de letras e de humanidades, e era a melhor aluna das ciências, mas o meu pai gostaria muito que eu fosse para o Direito, concretamente” (CF2, entrevista, 2013).

Com base no exposto, ao analisar as entrevistas e a categoria que indicava sobre a opção dos egressos destas duas instituições de ensino de Direito do Brasil e de Portugal, constata-se que a opção pelo Curso de Direito estava intimamente atrelada à preferência dos egressos pelas ditas ciências humanas, bem como pode-se observar que também aparece a questão da influência familiar, entretanto o que mais me despertou a atenção foi justamente o fato de que foi recorrente a questão de enquanto alunos do curso do Direito e no início de suas carreiras no campo jurídico terem enfrentado dificuldades por não serem detentores de capital

econômico e ainda de capital cultural, de maneira que configurariam como trânsfugas. Isto se dá porque em muitos casos estamos tratando com pessoas que hoje ocupam carreiras de destaque social, isto por terem crescido e se confirmado como profissionais de êxito no campo jurídico, superando as dificuldades impostas por suas origens.

Seguindo a análise da opção pelo Curso de Direito se observa que esta opção até aqui discutida é tangenciada por outras questões que estão tradicionalmente imbricadas à carreira jurídica, que é a carreira política, as opções políticas desses estudantes ou ainda as marcas da política em suas trajetórias, tendo em vista que as análises nesse estudo correspondem a períodos políticos de grande repercussão social, a saber, no Brasil com a chegada do poder dos militares em 1964, e em Portugal com a queda do governo de Salazarista e a tomada do poder pelos militares em 1974. Torna-se, assim, fundamental entender a influência desses contextos presentes na memória de cada um dos egressos dos Cursos de Direito em questão, sujeitos desta pesquisa.

Isto se justifica, uma vez que estes egressos, desde o tempo de acadêmicos da Faculdade de Direito em Pelotas e de Coimbra, tiveram respectivamente em seus países uma postura de resistência à Ditadura Militar no Brasil em 1964, e ao Governo de Salazar que perdurou até 1974 em Portugal. Desta maneira, fica evidente que esta tese tem um como ponto de convergência, ou seja, ponto em comum, além do estudo da memória de alunos egressos do Curso de Direito, a sua trajetória e participação em momentos de ebulição e transição política em seus respectivos países. Esta característica de ter um “espírito combativo”, como narra BF1, foi peculiar a muitos egressos, fosse da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil, fosse da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal, na busca pela democracia e justiça dentro de seus países:

“E quando aconteceu a Revolução de 64, eu tinha 14 anos. Tenho um temperamento inconformado com certas realidades!!! As injustiças sempre foram uma coisa que me tocaram muito fundo!!! E eu acho que nesse ponto eu tenho muito do meu pai, em relação às questões ligadas ao inconformismo no que diz respeito a injustiças sociais, e a minha mãe no sentido assim, do espírito combativo” (COSTA, 2009, p.66)²⁵.

²⁵ Esta fala faz parte de entrevista feita para a elaboração de Dissertação de Mestrado, defendida em 2009, no PPGE/UFPEL, intitulada “A presença feminina na Faculdade de Direito de Pelotas”.

No Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul, a instabilidade política já é observada em 1961 com a liderança de Leonel Brizola que reivindica a posse imediata de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. No entanto, após sérias instabilidades políticas no governo de João Goulart, culminará com golpe civil Militar em 1964 perdurando até 1985.

“Me lembro perfeitamente, também nesta noite de 31 de março, um grupo conversando, ali defronte o Aquário. ‘Não, isso não vai dar em nada!!! Isso é coisa da militância, dos milicos lá de Minas!!! É negócio não sei do que... E o João Carlos Gastal, até hoje me lembro da sensibilidade política, ele disse: “Calma!!! Isso aí pode ser coisa muito séria, e se for séria não dura menos que 15 anos!!!’, Bueno, (tosse) e isso, no dia 31 todo mundo estava com interrogações, mas dia primeiro se viu que era sério porque já se falava em fulano, beltrano e sicrano!!! Mas houve um movimento aqui em Pelotas que sonhava com resistência!!! E fazia pouco tempo da Legalidade e ainda havia aquele sonho de capacidade de mobilização!!!” (CM1, entrevista, 2012).

Estas lembranças de CM1 estão relacionadas com o início do governo militar no Brasil e com a expectativa que a maioria da população tinha de que seria um governo rápido cujo objetivo era apenas organizar a situação política do país, mas o que se viu já nos dias próximos à chegada dos militares ao poder foi que era apenas o começo de um governo que perduraria até meados de 1985. Neste período, os militares detentores do poder governamental não mediram o uso de instrumentos coercitivos e de domínio sobre parcela da população que ia contra suas ideias, punindo e perseguindo vários brasileiros que se opunham a seu governo, cerceando direitos e liberdades individuais, como foi o caso do egresso FM1, aluno da Faculdade de Direito de Pelotas e preso pelo governo militar:

“Na faculdade continuei a minha atividade política e estudantil no Centro Acadêmico Ferreira Vianna, eu participei desde que entrei na faculdade. E em 30 de abril, possivelmente, 30 de abril de sessenta e quatro, eu era uma liderança talvez a única de uma projeção na Faculdade de Direito e uma liderança, a Faculdade de Direito tinha um conceito de ser de esquerda, de pessoas que tinham uma simpatia pelos governos do mundo inteiro mais avançados, socialistas e lá dentro a liderança maior era a minha. Tanto assim que o único estudante da época preso na verdade fui eu. Fui levado para o 9º Regimento, Fragata, onde eu, um garoto na época, fiquei junto com veteranos políticos da cidade, da região, acredito que nós éramos trinta, quarenta presos, mas o único jovem, menino da época era eu [...]” (FM1, entrevista, 2013).

O relato de FM1 mostra nitidamente o importante papel que os egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil tiveram na busca pela democratização, de maneira que os militares, cientes da força política desta casa, iniciaram por reprimir, prendendo figuras como o sujeito acima, que era uma liderança política que se posicionava contra as ideias impostas pelo governo militar.

Como pesquisadora, considero importante deixar registrado o quanto as memórias narradas pelos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas que lutaram contra este regime foram um momento único na pesquisa, pois além de me possibilitar entrar em contato com pessoas que dividiram comigo através de suas memórias sua luta pela democracia dentro destes dois países, também percebi que o Curso de Direito tinha algo a mais que sua técnica jurídica, tinha uma história feita de lutas pela busca da justiça social. Depois de terem vivido este período de silenciamento imposto pela ditadura militar, percebi que estes sujeitos que não estavam comprometidos com este governo totalitário, sempre se mostraram dispostos a falar sobre este período da história não só do Brasil, mas de suas vidas, salientando que foi um período de medo e coação, como narrado por um egresso, em suas lembranças do momento do cárcere:

“É um terror porque a gente entra sem saber que dia vai sair, até a expectativa era de não sair!!! E a coação, a opressão é muito grande!!! Até para ir ao banheiro, ia um soldado armado junto. A gente nunca transitava sozinho lá por dentro, eu lembro perfeitamente que chovia muito!!! ...Era uma única peça cheia de camas e um único banheiro. O banho era quase que impossível. Ah, eu me lembro um pavilhão grande e essas pessoas mais velhas, professores, principalmente da Agronomia, do Direito nenhum professor, mas da Agronomia mais de um. Eu lembro assim eles me acolheram com muito carinho, quase que com um cuidado paternal, que todos já eram de quarenta anos para cima. O único jovem era eu, então me tratavam como filho, me acariciavam, me davam atenção, que eu não me preocupasse, só que naquela época já havia muitos presos ao início do mês de abril, muitas pessoas tinham sido presas, um vereador de Pelotas desapareceu!!! E foi colocado em um navio e atiraram em alto mar”. (FM1, entrevista, 2013).

Na narrativa de FM1 fica evidente que este governo se munia da vigilância total e de coação, fosse ela física ou moral, demonstrada e imposta no simples fato de um soldado armado acompanhar até o banheiro, coibindo assim qualquer tipo de reação.

Ao revisitarem suas memórias, alguns egressos da Faculdade de Direito de Pelotas também lembram da figura do professor da Faculdade de Direito de Pelotas, um dos grandes criminalistas do Brasil, Ápio Claudio de Lima Antunes, perseguido pelos militares por suposto envolvimento com o Partido Comunista e exilado no Uruguai durante algum tempo, isto porque a sociedade se armou contra o comunismo, pois isso comprometia os direitos adquiridos pela elite, pelos benefícios dos aristocratas proprietários de terra, parcela supostamente protegida pelo regime militar, de maneira que o mundo capitalista pós-guerra fria fez a propaganda contra. Com isto, ao se instalar o regime militar, aqueles que supostamente tivessem ideias simpatizantes com o ideal comunista foram perseguidos, pois representariam uma ameaça à sociedade. Quanto ao professor que fora exilado na entrevista, AF1 conta como foi este momento de fuga e as investigações sobre seu suposto envolvimento com ideias comunistas:

“Essa fase foi muito difícil!!! Eles chegaram aqui em Pelotas de madrugada praticamente. Aí nós ficamos sabendo naquela semana que haveria uma ordem de prisão na fronteira, contra o Ápio, que era amigo do Bolívar, que era meu professor na Faculdade, era meu paraninfo na Faculdade, e quando ficaram sabendo realmente o Ápio tinha atravessado a fronteira, tinha ido para o lado uruguaio. Também, vamos dizer... acobertado por um primo dele que tem estância na fronteira. E que a estância dele fica na fronteira com o Uruguai. Ele foi para a fronteira, atravessou e foi!!! Aí nós ficamos cuidando praticamente, tanto ele quanto eu a parte do Foro, dos processos do Ápio, por que realmente ele era muito amigo nosso!!! Foi o primeiro amigo que a gente teve aqui em Pelotas, do casal, e as crianças os dois guris estavam com idade equivalente ao meu filho. E ele ficou lá uns três ou quatro meses!!! Houve uma sindicância na Faculdade, realmente não sei na época se era Polícia Federal, o que seria... indagando dos professores e dos alunos do Ápio se ele costumava fazer propaganda política em aula?! E nós todos dissemos que não, porque não era mesmo, ele não fazia mesmo!!!” (AF1, entrevista, 2012).

Após retornar do exílio no Uruguai, retomou sua cátedra na Faculdade de Direito de Pelotas, bem como se manteve ativo na luta política no Brasil, chegando a participar do *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1992, Ápio Claudio de Lima Antunes faleceu em Pelotas, em agosto de 2003, como foi registrado em reportagem do Jornal Diário Popular na ocasião de sua morte:

Um dos maiores advogados criminalistas do País, Ápio Cláudio de Lima Antunes, morreu ontem aos 91 anos, de falência múltipla dos órgãos. O corpo foi velado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e sepultado às 15h, no Cemitério São Francisco de Paula.

A Prefeitura decretou luto oficial por três dias.

Autoridades, políticos, advogados, amigos e familiares de Ápio lembraram do homem que sempre lutou em prol dos direitos civis e da liberdade. Por isto foi perseguido politicamente na época da ditadura e ficou exilado no Uruguai com a família.

O criminalista, contou o colega, amigo e advogado Renato Varoto, sempre teve muito orgulho de ter participado de um dos momentos de grande importância da política nacional: a entrega da carta do pedido de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, ao presidente do Congresso Nacional, deputado federal Ibsen Pinheiro. Na época, Ápio era conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também assinou a carta (DIÁRIO POPULAR, 8 ago. 2003).

Cabe citar, ainda, aqueles sujeitos que não sofreram sanção por suas ideias contra o regime militar nos primeiros momentos da implantação deste governo ou quando ainda eram estudantes da Faculdade de Direito de Pelotas, o que não significou que ficariam ilesos de investigações, sanções e restrições posteriormente, quando já exerciam atividade laboral, o que acabou influenciando em sua vida profissional. Um dos primeiros atos de repressão dos militares em seu governo foi a chamada “Operação limpeza” que consistia em perseguições político-ideológicas, tirando de circulação da sociedade aqueles sujeitos que pudessem de alguma maneira se opor a seu governo; era o que eles denominavam “expurgo”, amparado pelo AI 1, que define:

Art 10: No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (MANSAN, 2010, p.97).

A sanção antes exposta foi narrada pelo egresso da Faculdade de Direito de Pelotas, que sofreu sérias penalidades em sua vida profissional. Cerceado de continuar a exercer suas atividades junto ao setor público, teve de começar a advogar para conseguir provir o sustento de sua família, e sem condições financeiras para adquirir ou alugar sala para montar sua banca de advocacia, teve de improvisar, no começo da carreira como advogado, um escritório de advocacia na sala de visitas de sua própria casa, abrindo mão da privacidade dele e de sua família ao receber o público, como narrado abaixo:

“Em 64 a repressão foi muito pesada!!! Eu fui, eu fui expurgado em 1964!!! Eu era vereador em Marau em 64 e era exator estadual e professor Estadual, professor na época de Português. Eu era presidente do meu partido na época, era o PTB e líder da bancada, vereador líder da bancada na câmara e entrei na primeira lista de expurgo do estado como exator e professor. Eu fui demitido dos dois cargos e constituiu o expurgo e fui demitido dos dois cargos com publicação apenas no Correio do povo, na época o secretário da educação dizia que se tratava de um ato revolucionário e não precisaria publicar no Diário Oficial e de início eu tive muita dificuldade para saber de que me acusavam porque eu não tinha na minha vida acusação nenhuma de nada determinado dia eu escuto pela televisão que na época se pegava muito mal em Marau, mas deu para escutar que eu tinha entrado na lista de expurgo!!! [...] eu tinha três filhos, a mulher e três filhos, eu fiquei imediatamente sem emprego e tinha dois, eu tratei de advogar em seguida e transformei a sala de visitas da minha mulher em escritório e comecei a advogar em seguida. E foi assim que eu comecei por causa disso eu comecei a minha vida como advogado, e foi muito bom assim porque em seguida começaram a me surgir causas, solidariedade dos companheiros de partido.” (DM1, entrevista, 2012).

Em alguns casos, os egressos da Faculdade de Direito de Pelotas não tomavam conhecimento de imediato das investigações que eram feitas pelo regime militar sobre eles, e só se deparavam com este fato posteriormente, muitas vezes quando galgavam cargos públicos no campo jurídico:

“Eu só fui descobrir tempos depois lá por 66 teve um concurso!!! Fui lá me inscrevi e quando foram me dar a certidão, o cara me chamou lá em particular para dizer: Olha eu vou lhe dar, mas eu vou ter que botar aqui que o Sr tem dois inquéritos policiais militares, como subversivo!!! Eu digo: mas eu não fui denunciado!!! O Sr. não foi denunciado, mas a qualquer momento o Ministério Público pode aditar a denúncia!!! Então acabei não fazendo o concurso. Aí quando eu vi aquilo, eu digo naquela época que a magistratura toda estava meio com medo e tinham perdido aquelas garantias constitucionais estava tudo suspenso. Por muito menos quantos juízes foram mandados para cárcere, aí eu tive o bom senso de dizer olha eu não vou correr esse risco e eu vou ter que estar dando explicação olha aqui o que houve lá que tem contra ti que não te inscreveram lá? Aí bom, abracei e fui embora aí houve um acidente de percurso que eu não tinha ideias de concorrer a Deputado!!!” (EM1, entrevista, 2012).

Em outros casos, os sujeitos desta pesquisa tomavam ciência das acusações que lhes eram feitas de pronto, mas em contrapartida não lhes cabia recurso às alegações feitas, o que de certa maneira cerceava ou limitava seu amplo direito de defesa:

“Aí eles resolveram abrir o direito de defesa que a essa altura não cabia Habeas Corpus, não cabia Mandado de Segurança, não cabia nada!!! . Abriam o direito de defesa, me enviaram uma folhinha de papel com cinco itens que chamava nota de culpa, uma folhinha sem assinatura nem nada era um negócio assim bem primário, e começava dizendo assim: D1 e tal, exator, nota de culpa, elemento subversivo desde o tempo de estudante na cidade de Pelotas. Começou pela ordem 2 (...) ideias esquerdistas junto a seus alunos, 3: dono do jornal por sete dias onde fez a defesa de órgãos subversivos como a UNI e defendeu as chamadas reformas de base, o outro item era: boicotou uma sessão da câmara de vereadores em que estava sendo votada uma proposta de apoio a revolução vitoriosa, tem mais um eu acho mas é mais ou menos coisa deste tipo.” (DM1, entrevista, 2012).

Assim, nas memórias dos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas fica evidente a presença e a participação destes sujeitos nas manifestações contra o governo militar de 1964. Muitos sofreram repressões e sanções deste governo em suas vidas pessoal e profissional. No processo de utilizar a memória como documento é possível perceber que os estudantes da Faculdade de Direito de Pelotas que ocuparam um papel de destaque na resistência à ditadura pertencem em sua maioria a um grupo que não integrava a chamada elite, e sim pertenciam àquela parcela que ingressou no ensino superior sem ser oriunda de família tradicional, sem ter acesso a capital econômico e sem ser detentora do capital cultural e o *habitus* do campo jurídico, de maneira que se deslocaram de seu lugar de pertencimento social, se configurando com o que Bourdieu denomina de *trânsfugas*. Suas memórias são hoje uma possibilidade de entender outras matizes da História, percebendo o quanto este grupo contribuiu ativamente pela defesa de seus ideais e pela garantia da aplicação do Direito e da busca da democracia no Brasil, como considera FM1:

“Eu quero dizer que olho hoje para o passado e não me arrependo nada do que fiz!!! Pelo contrário, acho que repetiria tudo, sem nenhum arrependimento, sem nenhuma culpa. O que fiz, fiz com convicção, com a certeza de estar no lugar certo!! Muito bom, não vou passar borracha nesse passado!!!” (FM1, entrevista, 2013).

Considerando que esta tese trabalha com sujeitos egressos não só da Faculdade de Direito de Pelotas, no Brasil, mas também da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, cabe agora dedicar este momento ao estudo das memórias dos egressos de Direito portugueses, com a análise da relação que os acadêmicos

de Coimbra tiveram com o contexto político de Portugal com suas singularidades, e com eventuais semelhanças com o que percebemos ter ocorrido no Brasil. A ordem de análise primeiro Brasil depois Portugal se deu por dois fatores: por respeito ao recorte temporal escolhido para este trabalho, cujos acontecimentos, pela ordem cronológica dos fatos, eclodiram primeiro no Brasil; e pela ordem das entrevistas realizadas primeiro no Brasil, e posteriormente em Portugal. Assim, seguindo a ordem proposta anteriormente, Portugal de Salazar enfrentava na década de 1970 uma crise social e econômica motivada pelos altos gastos da guerra colonialista, de modo que o estopim da queda do salazarismo foi a tentativa fracassada em manter as colônias africanas, destaque para a resistência angolana que iniciou em 1961, que além de consumir dinheiro em abundância de um país já em crise, levava vários jovens portugueses ao fronte de guerra:

“Mas a guerra era tal!!! A questão da guerra que começou a movimentar os jovens, porque muitos sabiam que iam para lá e não concordavam, e outros sabiam que iam para lá e concordavam que iam morrer!!! Isso mobilizou, contra a guerra, muita gente e praticamente de imediato. Muito jovem se coçou a estar mais comprometido, a se politizar contra o salazarismo e muitos foram incorporados nas fileiras. Muitos até se portavam mal e como castigo eram mandados para a tropa, o que era uma contradição com o oficial que ir para a guerra era uma glória, servir a pátria, mas como castigo!!! E os filhos de muitos senhores safavam-se de ir para lá!!! E então foi isso que envenenou as coisas!!!” (AM2, entrevista, 2013).

O movimento contra a guerra colonial, o momento de grave crise econômica que Portugal se encontrava, o envio de vários jovens portugueses para o fronte de guerra e, sobretudo, a repressão e sanções do governo de Salazar, neste momento sob o comando de Marcello Caetano²⁶, são apenas alguns dos motivos que levaram os militares ligados ao Partido Comunista a organizarem uma resistência contra o regime Salazarista, resultando em 1974 Portugal a retomada do processo democrático com a Revolução dos Cravos em 25 de abril.

²⁶ Marcello Caetano foi o último a governar neste período totalitário em Portugal, indicado a ocupar o cargo de Salazar em 1968, visto que este se encontrava em estado grave de saúde, Caetano se mantém no poder até a queda do regime salazarista, que finda com o Golpe Militar em 25 de abril de 1974, também conhecido como “Revolução dos Cravos”. Após deposto, se exila no Brasil, onde ministra aulas de Direito até sua morte em 1980.

“O Salazar já tinha uma certa idade, então começaram alguns a arrumar uns para candidatos potenciais, mas o que estragou tudo foi a questão da guerra, da Guerra Colonial!!! A Guerra Colonial começou em 1961 quando eu estava exatamente no quinto ano de Direito e fui diretor da Via Latina, que era o jornal da associação académica que depois que a Associação ganhou começou a tornar-se jornal da Associação Académica de Coimbra, imprensa universitária. Tínhamos a censura e para o jornal sair, mais ou menos de 10 em 10 dias, para publicarmos 8 a 10 páginas, com fotografia e tal. Bom, para dizer que nunca conseguimos publicar nada sobre a Guerra Colonial, embora nos apetecesse!!! Nunca conseguimos publicar porque a censura tapava tudo e nós também nunca tentamos muito porque sabíamos que alguma coisa fora da hora dava prejuízo!!!” (AM2, entrevista, 2013).

De modo semelhante ao que se deu no Brasil e mais especificamente com os egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, em Portugal, com os egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, também existiram sanções àqueles que participavam de manifestos contra o governo e buscavam lutar pelas garantias de direitos de um país democrático, tal qual ocorreu com o egresso do Curso de Direito de Coimbra, CF2, que apesar de ter provas que a inocentavam de supostas alegações, sofreu processo disciplinar, sendo expulsa da Universidade de Coimbra por três anos:

“Começou exatamente no ano de 62 eu acabei a perder um ano nessa altura, porque eu houve no meu quarto ano de faculdade eu pertencia à Direção Geral da Seção Académica, portanto também aí eram cinco rapazes e uma rapariga, e eu era a rapariga!!! Portanto, quando eu frequentava o quinto ano da faculdade já não tava na direção académica, eu tinha estado antes, mas tinha uma marquinha, de maneira que houve de facto a agitação estudantil muito grande e naquilo tudo terminou por uma série de processos disciplinares aos estudantes. E houve muitos que apanharam processos disciplinares e eu apanhei também um processo disciplinar!!! Ah, concretamente, tudo aquilo que eu fui acusada eu não fiz, porque eu tive como testemunha o professor da cadeira de Direito Criminal. Em cuja aula eu estava, e porque nem sequer eu podia faltar porque como se dizia no tempo, tapada, já tinha dado as faltas todas e, portanto estava mesmo, isso era final do ano, eu estava na aula e se calhar eu era a única rapariga que estava na aula, nós só éramos quatro. E, portanto eu fui acusada de factos que decorreram durante esta aula!!! E o professor Eduardo Correia, eu fui falar com ele, e ele disse que esteja descansada, porque eu vou dizer e foi dizer, não senhor isso é mentir, porque a aluna esteve na minha aula. Mas isso não teve importância, porque o que interessava, interessava de certo modo é que eu fosse apanhada porque era a única dos elementos da direção da seção académica anterior, tavam todos, todos tinham se formado. Entretanto, eu

era a única que tinha o estatuto de aluno e, portanto apanhei um Processo Disciplinar... eu fui expulsa da Universidade de Coimbra por espaço de três anos!!!” (CF2, entrevista, 2013).

As consequências de sua opção política e combativa contra o governo de Salazar, ainda quando aluno da Faculdade de Direito de Coimbra, não foi um fato isolado a um aluno, e se repetiu com outros, como no caso de B2, que ficou impossibilitado de se matricular e frequentar a Universidade em Portugal por determinado tempo:

“Depois fui eleito por uma lista de esquerda para a Associação Académica de Coimbra, que na altura era a maior associação de estudantes portuguesa porque englobava toda a Universidade. E foi na altura quando eu fui para a direção que era de ser presidente que se deu a crise de 62. O resultado da crise, portanto, tive eu e os outros colegas de direção um processo de crime por desobediência porque fizemos o I Encontro Nacional de Estudantes Portugueses lá em Coimbra que em princípio tinha sido proibido pelo Ministro da Educação. Eu e outro colega da direção fomos falar com ele. Pedimos uma audiência em Coimbra e dizemos ‘isto é uma coisa que não tem nada a ver consigo, são problemas estudantis a resolver e tal tal ta” e ele me disse ‘Ah, eu estava convencido, tinham-me dito que era chegado aos comunistas (risos) e portanto não pode ser’. Bom, tivemos um processo de crime. Por sorte tínhamos um advogado muito bom lá de Coimbra e conseguimos ficar livres desse processo de crime, mas entretanto tivemos também um processo disciplinar que foi o último processo disciplinar, que foi na universidade de Coimbra, que foi instruído dentro da universidade, porque no meio da crise saiu uma lei – eu já tinha saído da universidade – que passou os processos disciplinares a serem instruídos por um inspetor da polícia judiciária, portanto os outros nossos colegas, entre eles a minha mulher e outros que não faziam parte da associação, mas tiveram processos disciplinares instruídos pela polícia judiciária!!! A verdade é que eu apanhei ano e meio. No fundo eram 2 anos de suspensão de todas as escolas nacionais. Foi por isso que eu podia ter me formado em 72, mas me formei em 75, exatamente por causa disso!!!” (BM2, entrevista, 2013).

Caso semelhante se dá quando AM2 relembra o fechamento da “Associação Acadêmica de Coimbra”, que tinha como membros alunos que se opunham ao movimento Salazarista, apoiando a iniciativa do Partido Comunista Português. Como forma de repressão às iniciativas dos alunos de se manifestarem contra o regime de Salazar, iniciaram perseguições e sanções contra aos alunos que participavam ativamente desta entidade:

“Depois fecharam a Associação Académica de Coimbra. Teve mais um e suspenderam. Nós não podemos aceitar pelos princípios, todas as associações são assim, elas só podem representar os sócios dela. À partida não podemos argumentar contra porque nós fizemos força. Continuar a assumir a representação dos estudantes. Por essas e por outras, a verdade é que isso não foi aceite e, pronto, a Associação Académica acabou por ser fechada, a direção geral demitida, processo disciplinar contra os membros da direção geral que depois foram alguns deles expulsos durante 3 anos, outros 2 anos, outros 1 ano e meio, mas a maior parte foi durante 3 anos!! Pronto!!! Não puderam acabar os cursos!!! Havia uma rapariga pelo menos que era irmã da minha mulher, a minha cunhada, que foi durante 3 anos sem se matricular em universidades portuguesas, que só havia 3, porque não havia nem privadas e, portanto, isso aconteceu!!!” (AM2, entrevista, 2013).

Em certos casos, como narra CF2, a advocacia era a única atividade laboral que lhes era permitida, vez que sua posição política o restringia por sanção do governo Salazarista a almejar cargo público na carreira jurídica, o que se tornava uma tarefa quase impossível:

“[...] nos outros era por razões políticas só, porque era de afeto ao regime, porque meu nome estava em papeis de protesto, porque não sei que, pronto!!! E a certa altura ofereceram-me um lugar, eu que tinha que estar inscrita na Ordem ainda como advogada, nos serviços jurídicos do hospital X. E por aí que eu comecei minha vida que acabou por ser toda nos hospitais!!! E com isso, era um trabalho, era obrigatório em qualquer cargo na pública, ser pedido previamente à informação na Polícia Política. Só que isso era uma coisa tão insignificante e não passou pela cabeça do hospital que houvesse algum problema comigo, E eu comecei a trabalhar aí!!!” (CF2, entrevista, 2013).

De maneira semelhante a que se deu com egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, em Portugal em muitos casos a resistência dos egressos do Curso de Direito em Coimbra resultou em sanções nas suas vidas como profissionais no campo jurídico, de maneira que a repressão e a sanção por suas opções políticas levaram muitos egressos do Curso de Direito, por uma necessidade emergencial em suas vidas profissionais, a se deslocarem para funções administrativas, como se dá na fala abaixo:

“Depois vim para o Porto onde não conhecia ninguém!!! Vim para o Porto porque, entretanto tinha casado. Ainda estava no último ano e a minha mulher arranhou um lugar aqui, porque também era de Direito. Era um contencioso numa empresa qualquer e viemos para o Porto. Eu formei-

me e estava aqui no Porto. Pronto, e foi assim que eu comecei!!! Fiz, portanto, o estágio. Durante o estágio ainda fui professor num colégio particular. Depois ali entretanto a minha mulher também saiu de lá dessa empresa, esteve a trabalhar na Ordem dos Advogados e, portanto, fiquei a conhecer mais os advogados através dela e um dos advogados que tinha demais trabalhos e não podia fazer os trabalhos todos porque marcavam simultaneamente e pediu-me para eu fazer uma série de julgamentos e foi como deu para eu juntar dinheiro para montar o escritório e depois eu comecei também a advogar em sindicatos e tal!!! E comecei assim a minha vida de advocacia aqui no Porto, com bastante dificuldade!!!”. (BM2, entrevista, 2012).

A repressão e as sanções aos egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, em muitos casos cerceou esses académicos e então futuros profissionais do Direito a concretização da magistratura, carreira sonhada por muitos deles, vez que é uma posição que, além de exigir muito estudo, é um dos cargos mais complexos de ser desempenhado dentro do campo jurídico:

“Eu próprio quando me formei queria ser juiz!!! Concorri para a magistratura, nunca consegui ser nomeado nem provisório, nem concurso!!! Então eu reclamei, nunca tive resposta e, portanto, não entrei para a magistratura por isso!!!” (AM2, entrevista, 2013).

Entretanto, apesar de todas as dificuldades e perseguições que muitos alunos da Faculdade de Direito de Coimbra sofreram, nas memórias de AM2 fica a lembrança de ter esta casa lhe dado a oportunidade de ser docente, mesmo em um período de efervescência política, na Faculdade de Direito de Coimbra, origem de Salazar, e manteve sua posição em defesa do direito e das garantias individuais, base fundamental para um país justo e democrático:

“Eu entro na faculdade, e era um homem Salazarista!!! Falo com ele e ele diz ‘bom, a PID não autorizou o seu contrato e eu quero saber se você quer ficar na faculdade ou se vai a sorrir’ e eu disse ‘não, eu quero ficar na faculdade’. Então, pronto, quando acabar (eu acabei 2 meses depois), você vem para Coimbra e eu arranjo uma bolsa aqui para você receber como docente da faculdade e depois vamos tratar do assunto. Uma coisa eu garanto, você vai ser contratado pela faculdade!!! E eu fui contratado!!! Estive lá um tempo a espera desde 65 a janeiro de 67 que foi quando tomei a posse, mas eu tive a bolsa, cumpriu o que me prometeu e eu fiquei na faculdade por causa disso!!! Esta era a única faculdade em que se passava!!! As outras, igual por igual, as outras faculdades não faziam nada, os conselhos não faziam nada, e aqui fui eu que sempre fiz nesse sentido!!!” (AM2, entrevista, 2013).

Na fala anterior de AM2 se observa que, de maneira semelhante ao que se dá no Brasil quando no estudo com egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, os egressos da Faculdade de Direito de Coimbra também fizeram desta instituição de ensino de Direito um lugar de luta e resistência a governos que sufocavam a democracia, fosse no Brasil com o governo Militar, fosse em Portugal com o governo Salazarista.

A oportunidade de ter feito estas entrevistas foi um momento único na minha vida profissional, fosse com egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, no Brasil, fosse com os egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, pois me fez perceber o quanto a iniciativa e a coragem destes alunos, mesmo com repressão e sanções por seu pensamento político, foram fundamentais para o processo de democratização dos respectivos países, e anos depois mantiveram a mesma coragem do tempo de suas lutas ao revisitarem suas memórias e dividirem comigo, contribuindo para a elaboração deste trabalho.

4.3 A presença da mulher no Curso de Direito de Pelotas/BR e no Curso de Direito de Coimbra/PT: relações de gênero

Dedicar um capítulo sobre o estudo de gênero dentro do campo jurídico não era a proposta inicial, mas que no decorrer do trabalho foi um tema que ganhou destaque, em especial no momento de análise das entrevistas com mulheres, e logo exigiu mais aprofundamento e pesquisa sobre a questão tamanho foi o conteúdo da fala destas mulheres.

Com isto foi preciso que o estudo fosse iniciado tratando sobre a diferença entre “feminismo” e “gênero”, de modo que “feminismo” segundo Santos (2013) apoiado em Michel (1982) considera que o movimento feminista trata-se de uma luta pela igualdade de direitos que busca a elevação da posição da mulher na sociedade e objetiva seus direitos civis e políticos.

Já no que se refere aos estudos sobre “gênero”, tomando como referencia o trabalho de Rago (1998) este considera que as diferenças biológicas entre homens e mulheres existem e toma como base para a o estudo a construção social e cultural das diferenças sexuais, logo o argumento de superioridade pela força física, não deve justificar uma “suposta inferioridade”, por parte da a mulher. Cabe considerar que vários estudos sobre o tema foram feitos a partir do final da década de 1980, em

especial pela pesquisadora Guacira Louro (1997, p.21), que ilustra essa discussão enfatizando que:

é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características sexuais, são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz o use pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em dada sociedade, em um dado momento histórico.

Se as características físicas determinavam as possibilidades criadas pelas posições públicas, e a genética masculina intimidava e determinava poder, essas noções baseadas em superioridade física serão ultrapassadas e se abordará as diferenças entre homens e mulheres tendo uma noção e caráter social e psicológico. Com isso, a noção de “gênero”, que durante muito tempo foi usado para designar especificamente as diferenças biológicas entre os sexos, ou seja, gênero feminino ou gênero masculino avança fortemente impulsionada pelo movimento feminista:

Como consequência dessa proposta de reflexão e estudo dos temas relacionados com a mulher e com questões históricas é que seria então desenvolvido o conceito de gênero como algo relacionado diretamente com questões sociais e não exclusivamente biológicas. A defesa dos direitos das mulheres e a busca de igualdade social é o ponto central do movimento Feminista que, inicialmente, ganhou as ruas denunciando a condição excludente dada às mulheres na sociedade, ganhando posteriormente espaço dentro da academia quando estudiosos passaram a dedicar suas pesquisas a este tema (COSTA, 2009, p.22).

Com as indagações e manifestações lançadas pelas “Ondas Feministas”, coube à historiadora norte-americana Joan Scott (1990) apropriar o uso do termo “gênero”, que centrava sua essência não nas determinações biológicas e sim, no caráter social das diferenças entre os sexos:

Mais recentemente - demasiado recente para que pudesse encontrar seu caminho nos dicionários ou *Encyclopedia of Social Sciences* – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como maneira de se referir à organização social da relação entre sexos (SCOTT, 1990, p.5).

Falar sobre as mulheres e seu acesso à educação é um tema um tanto recente, e falar na relação entre as mulheres e sua participação nos cursos de ensino superior, como se dá no caso de Direito, é uma temática mais recente ainda:

Em junho de 1990, logo após defender o doutorado com trabalho sobre história da prostituição no Brasil, participei de um encontro feminista em Nova York, onde ouvi pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. No Brasil, iniciamos em seguida – Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu - um grupo de estudos de gênero, com o firme propósito de constituirmos futuramente um núcleo de pesquisa (RAGO, 1998, p.89).

No entanto, quando se fala no estudo sobre mulheres e o acesso à educação deve-se considerar que inclui também a possibilidade de cursar o ensino superior, e no caso do Bacharelado em Direito, frequentar um curso com características predominantemente atreladas ao gênero masculino, em virtude, sobretudo, de estar vinculado à participação no ambiente público, não ficando restrito ao privado. Esta imbricado nesta ideia de que existem características, atitudes e posições sociais que são permitidas à mulheres, este reconhecimento de uma imposição, deixa clara a noção de “Violência Simbólica”, conceito também abordado por Bourdieu na obra “Sobre o Poder Simbólico”, definindo assim “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) (BORDIEU, p.09, 1998)”.

Assim, a imposição sobre as mulheres de determinado modo de agir como definido apropriado para as mulheres, bem como espaços e profissões tidos como próprios para mulheres, expressa a maneira coercitiva que a sociedade se impõe sobre elas, de maneira que, temos aqui em momento claro em que se expressa a violência simbólica. Para melhor explicar a noção de violência simbólica recorreremos a obra do próprio Bourdieu, em que ele considera que:

[...] os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que s fundamentam [...] (BOURDIE, p.11, 1988).

Esta noção de violência simbólica ficou evidente neste trabalho quando em muitas das falas das entrevistadas se percebe que elas, sofreram várias formas de limitações, restrições e preconceito por serem mulheres ainda que no campo jurídico, espaço que deveria ser usado para exigir direitos e oportunidades iguais entre homens e mulheres.

A discussão de gênero vem sendo por mim realizada desde a pesquisa de mestrado defendida na Faculdade de Educação da UFPel, com o título “A presença

feminina na Faculdade de Direito de Pelotas-RS”. As diferenças de gênero na pesquisa desenvolvida se evidenciam nas práticas cotidianas no meio jurídico, e ainda que de maneira velada, semelhante às práticas ocultas reproduzidas no cotidiano das instituições, como afirma Cunha (2011), apoiada em Bourdieu.

Com a realização das entrevistas, tanto no Brasil quanto em Portugal, a maioria das mulheres não demonstrou de imediato observar diferença na dinâmica dentro do mundo jurídico pela condição feminina, mas no decorrer das entrevistas a categoria gênero começou a emergir, de modo semelhante, como ocorreu na investigação de Grazziotin (2008).

Como tema de análise, a categoria “Relação de gênero”, articulada especificamente à educação sistematizada, num primeiro momento aparece difusa, por vezes aparece ilusória, por que há, em alguns documentos, ditos que são, quase simultaneamente, desditos em outros. Há elementos fugidos, que dificultam essa relação, mas existem, por outro lado, nas memórias, um universo de elementos que permitem estabelecer pontos de contato que instigam a tentativa de entender as relações de gênero [...] (GRAZZIOTIN, 2008, p.94).

Como refere Grazziotin (2008), os depoimentos das egressas da Faculdade de Pelotas manifestaram mais claramente as relações de gênero quando comparadas às egressas de Coimbra. A entrevistada BF2 inicialmente enfatiza que não havia distinção entre os alunos, porém, no decorrer da entrevista, salienta que para ocupar um cargo público no espaço jurídico, havia certas restrições à presença feminina, aspecto que retomo em seguida,

“Portanto, eu tinha o emprego numa empresa. [...] nem um nem outro tinham a possibilidade de aceder a qualquer lugar, que fosse qualquer estado na estação pública, na altura aquilo era complicado porque eu teria gostado da magistratura!!! Mas, a magistratura não estava aberta as mulheres, depois outros lugares da administração pública não aceitavam mulheres [...]. Mas, de qualquer forma eu não tinha lugar, fiz várias, apresentei várias candidaturas, lugares de notaria, de registros e a certa altura soube mesmo, tive a informação que precisava de mais papéis porque não era aceita!!!” (BF2, entrevista, 2013).

O depoimento de BF2 ressalta as diferenças de gênero. Essa temática ainda é considerada um tanto recente. Durante muito tempo a suposta inferioridade da mulher foi justificada pelas diferenças biológicas e, conseqüentemente, sua condição de submissão ao homem validou o cerceamento do seu acesso à educação,

garantindo ao homem o poder de decisões, a elaborações de leis, argumento amparado nas diferenças e suposta inferioridade da mulher:

Devemos ter claro que há uma sequência de fatos que constroem um papel social marginal destinado à mulher e que implica um obstáculo ao acesso à educação. Esses fatos são justificados inicialmente por uma suposta inferioridade física da mulher, que garante ao homem uma posição dominadora na sociedade e possibilita a elaboração de um aparato jurídico legitimador dessa dominação masculina, amparando, dessa forma, a manutenção de uma sociedade patriarcal (COSTA, 2009, p.17).

Durante muito tempo o espaço da mulher foi fortemente limitado, colocado à margem da sociedade, ocupando um papel secundário nas relações sociais. A sua participação em determinados espaços na sociedade “sempre trouxeram muitas resistências, bem como questionamentos e opiniões divergentes sobre ela” (SAFFIOTI, 1987, p.8). A representação do seu papel na sociedade sofreu forte estereotipia. “Por muito tempo, considerou-se a mulher apenas por sua possibilidade reprodutora” (GAARDEN, 1991, p.128). Nesse sentido, percebemos que em muitos casos a sociedade legitimou a supremacia masculina baseando-se somente nesse aspecto. Isso se comprova através do pensamento de que diferenças biológicas e uma suposta inferioridade da mulher é o ponto de referência para a dominação masculina (COSTA; SOUZA, 2013, p.1).

A oportunidade da mulher ter acesso ou sofrer o cerceamento à educação está intimamente relacionado com o fato da sua participação na sociedade ficar durante muito tempo limitada ao espaço privado; em contrapartida, ao homem cabia ocupar o espaço público, que, por sua vez, é o espaço dedicado à tomada das decisões sociais, dentre elas as que afetam diretamente os destinos das mulheres, como observa Sayão (2003, p.123):

Por isso, as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos. A capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana delimita o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de “cuidadora” confere-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores. À primeira vista e tomando representações comuns, seria possível dizer que os homens estariam na esfera da vida produtiva, enquanto as mulheres na esfera da vida reprodutiva.

Se fizermos esta leitura à luz do Curso de Direito, perceberemos um dos motivos que justificaria a presença de mulheres tão tardiamente poderia estar

intimamente relacionado com o “advogar”, ou seja, a exposição e a defesa daquele que advoga, sendo assim um lugar ocupado por aquele que está exposto ao espaço público, cujo acesso, durante muito tempo, foi reservado unicamente ao homem, bem como, o Curso de Direito mantém relação direta com a elaboração de leis e com a tomada de decisões de uma sociedade, tarefa esta que mais uma vez não possibilitava a participação das mulheres.

Ainda mais do que o espaço material, é a palavra e a sua circulação que modelam a esfera pública. Na hora da Revolução, Olympe de Gouges não se engana quando declara: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna” (PERROT, 1998, p.59).

Entretanto, a sociedade no decorrer do tempo sofre várias transformações econômicas, sociais e políticas, que acabam por fazer sentir a necessidade de mão de obra, e neste momento então, é chamada a participação da mulher não só em uma situação mundial global, mas também em um contexto brasileiro.

No final do século XIX, as transformações econômicas globais se refletiram no Brasil, trazendo o fim da mão de obra escrava, o avanço do capitalismo, os desenvolvimentos industriais, o crescimento da burguesia, e o processo imigratório. Esses fatos lançaram as mulheres ao mercado de trabalho e possibilitaram oportunidades de acesso a educação (COSTA, 2009, p.25).

A entrada da mulher na atividade laboral iniciou-se pelas profissões que estivessem intimamente relacionadas com características mais dóceis e que exigiam paciência. Eram atividades profissionais ligadas à maternidade e com o ato de cuidar, como o magistério e a enfermagem, profissões que acolheram o sexo feminino.

Dentre as primeiras profissões nas quais as mulheres conseguiram espaço no campo de trabalho, o magistério ganha destaque. No entanto, ainda há correspondência direta entre a docência feminina e a maternidade, que estende às professoras o papel de mãe, da mesma ocorre com a enfermagem. Para conquistar outras áreas, como a jurídica tida como tipicamente masculina, havia ainda um árduo caminho a percorrer (COSTA, 2009, p.24).

O magistério, por exemplo, foi uma das profissões em que a mulher conseguiu primeiro se inserir. E ser professora estava limitado ao magistério primário, espaço que os homens haviam abandonado por estar vinculado a baixos salários. Esse espaço no mercado de trabalho aberto pelo magistério conduzia

engessamento no que se refere à formação. Até a década de 1970 a legislação educacional no Brasil estabelecia o ramo das humanidades para quem desejasse seguir os estudos após a realização do curso Normal.

No Brasil, quando se fala sobre a história da mulher e o acesso à educação não se pode deixar de lembrar a precursora na defesa do direito das mulheres e no acesso à educação que foi a brasileira Nísia Floresta, que em 1832 lançou seu livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens”. Nísia Floresta considera que existe igualdade de sexo entre homens e mulheres no que se refere à capacidade de as mulheres atuarem, uma vez que elas não devem ficar restritas só à esfera privada. Defendia que as mulheres são capazes também de adquirirem direitos tal qual os dos homens, de modo que as ações de homens e mulheres na sociedade devam ser julgadas com imparcialidade, e não por homens que defendem e legitimam apenas a sua atuação, como esclarece em sua obra:

Em uma palavra, se os homens fossem Filósofos (tomando esta palavra em seu rigor) descobririam facilmente que a Natureza constitui perfeita igualdade entre os dois sexos. Mas como há poucos que sejam capazes de pensar tão abstrato, nenhum direito têm mais que nós, de serem Juizes nesta matéria e por consequência, necessitamos de recorrer a um Juiz menos parcial [...] (FLORESTA, 1832, p.30).

O acesso da mulher brasileira à educação foi claramente defendido por ela, em especial no livro “Opúsculo humanitário”, também com conteúdo que defende os direitos das mulheres. Nísia alega que se o Brasil pretende se mostrar como país evoluído que se espelha em outras nações para buscar seus exemplos, deve também se inspirar no acesso das mulheres destas outras nações à educação; desta maneira, afirma a autora:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado-emancipação da mulher- nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!
Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal!
Onde esta a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?
Em todos os tempos, e em todas as nações do mundo, a educação da mulher foi sempre um dos mais salientes característicos da civilização dos povos (FLORESTA, 1853, p.2).

Se o direito ao acesso à educação foi uma luta difícil, o acesso a outros direitos também não foi fácil. Trabalhar fora de casa foi uma conquista que exigiu buscar ter direito a administrar seu próprio salário, que era entregue ao marido, e,

consequentemente, vieram as lutas pelo direito ao divórcio e pelos direitos civis, como o voto feminino, permitido pela primeira vez em 1901, na Finlândia.

Portanto, o acesso ao Curso de Direito pelas mulheres foi também uma conquista difícil. Tido como um campo da ciência tipicamente masculino, havia ainda um árduo caminho a percorrer. “O acesso às profissões ligadas ao direito foi mais difícil, não se reconhecendo aptidões jurídicas nas mulheres, a título individual. O direito aparecia como um apanágio masculino” (PERROT, 1998, p.110).

Embora todo o esforço empreendido para a conquista dessa Lei, a entrada das mulheres francesas na advocacia foi tímida, se considerarmos que no espaço entre 1900 e 1917 apenas 18 mulheres se habilitaram à advocacia. Isso provavelmente está ligado aos rótulos sociais, uma vez que, como já observado anteriormente nesse trabalho, advogar está intimamente ligado a atividade pública, logo não seria uma profissão recomendada para mulheres (COSTA, p.24, 2009).

Guimarães e Ferreira (2009) acrescentam que as primeiras mulheres se graduaram em Direito em 1888, na Faculdade de Direito do Recife, entretanto não chegaram a exercer a profissão jurídica, de modo que coube à fluminense Myrthes Gomes de Campo, que se graduou em Direito em 1898 e passou a advogar em 1924, a posição de primeira mulher advogada no Brasil. No Rio Grande do Sul coube a Natércia da Cunha Silveira, natural de Itaqui, tendo colado grau em 1926, ser a primeira mulher a se graduar em Direito na atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)²⁷. O mais comum era encontrar professoras atuando com uma formação que não ultrapassava o curso Normal, e raros são os casos, de mulheres que optaram por estes cursos tradicionais, como o Direito. Em Portugal, a primeira mulher a se graduar em Direito, na tradicional Faculdade de Coimbra, foi Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha de Sousa e Vasconcelos no ano de 1913, mas não lhe foi permitido de imediato advogar porque o Código Civil português de 1867 vedava à mulher o exercício da advocacia:

Art. 1354 :
Não podem ser procuradores em juízo:

²⁷ A história da UFRGS começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em 1900, com os cursos humanísticos no Estado. Na década de 1930, as faculdades originaram a Universidade de Porto Alegre (Decreto Estadual 5.758 de 28 de novembro de 1934). Em 1947 a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS passou para instância federal a partir de dezembro de 1950, passando à esfera administrativa da União, como UFRGS (UFRGS, HISTÓRICO, 2013).

2º As mulheres, exceto em causa própria, ou dos seus ascendentes e descendentes ou de seu marido, achando-se estes impedidos (PORTUGAL, 1868, p.233).

Ainda no Rio Grande do Sul, em Pelotas, a primeira aluna da Faculdade de Direito, Cilulia Maria Mello e Silva, natural da cidade de Jaguarão e filha de Juiz de Direito, optou por cursar Direito em 1921, porém as obrigações matrimoniais daquela época levaram-na a desistir em nome do casamento, frequentando até o quarto ano. Ela contraiu matrimônio com o colega de aula Constantino Rodrigues de Freitas, que posteriormente seguiu os passos do sogro e se tornou juiz de Direito (COSTA, 2009, p.43), enquanto Celuila, apesar de ter ingressado em um curso tido como predominantemente masculino, acabou atendendo o modelo ditado na época e seguiu sua vida, dedicando-se exclusivamente à vida familiar, como retoma Perrot (2005),

E todos dizem e repetem: eis o lugar da mulher. Acreditamos que o lugar atual da mulher não é no ateliê ou na fábrica, mas no lar, no interior da família, porque a mulher que trabalha no ateliê deve deixar seu lar sem direção e não pode manter seu interior (PERROT, 2005, p.179).

Essa lógica tradicional que envolvia o modo de pensar da maioria da população naquela época sofrerá pequenas fissuras, pelo menos em Pelotas, no meio jurídico, com a colação de grau em Direito, em 1936, de Heloisa Assumpção do Nascimento, a primeira mulher a dar aula em um Curso de Direito no Brasil, neste caso na Faculdade de Direito de Pelotas/RS.

Além dela, outras pioneiras do campo jurídico foram: Sophia Galantrenick, primeira Promotora Pública do Rio Grande do Sul, atuando na comarca de Carazinho; e Maria Adail, primeira juíza na Cidade de Triunfo. Elas foram exemplos de mulheres que não só fizeram da educação um instrumento de ingresso em espaço tido como reduto masculino no caso do campo jurídico, como também se destacaram em sua atividade profissional, mostrando na prática o que somente seria defendido na Constituição brasileira de 1988, ou seja, que todos devem ter direito de oportunidade, homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza:

Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] (CONSTITUIÇÃO, 1988, p.15).

Mesmo que não tenham sido abordadas as relações de gênero diretamente nos questionamentos da pesquisa no que se refere à diferença de tratamento entre homens e mulheres no meio jurídico, elas emergiram nas narrativas dos entrevistados como lembranças que surgem, aparentemente inocentes, mas quando analisadas com atenção, indicaram o percurso dos acadêmicos de Direito, tanto no Brasil como em Portugal, as suas lutas pelo reconhecimento, as injustiças sofridas e algumas “opções” que lhes foram negadas. Unindo os fios, perguntas presentes nos questionamentos, como a origem familiar, o tempo de escola, os motivos que as levaram a optarem pelo Curso de Direito e as prováveis dificuldades que elas teriam encontrado como alunas na Faculdade de Direito, é que as questões de gênero foram se evidenciando. Como argumenta Grazziotin (2008, p.105):

[...] na escuta das memórias, no que se refere às relações de gênero, mais do que narrativas sobre outros assuntos, as implicações, em termos de pesquisa, relacionadas com intimidade e a confiança na entrevistadora, podem ser percebidas. Mesmo que, no desenrolar da investigação e nos resultados produzidos por ela, essa intimidade e cumplicidade, entrevistado/entrevistadora não sejam explicitadas.

Na medida em que sentiam maior confiança na relação que se estabelecia entre entrevistado e entrevistadora era comum que buscassem afirmar, fosse por gestos, silêncios, ou até mesmo em tímido e controlado choro embargado, as marcas que ficaram na memória pelas dificuldades que sentiram por serem mulheres que se inseriam em um espaço reservado socialmente aos homens. Quanto aos silêncios produzidos pelos depoentes, Grazziotin (2008, p.113) acrescenta,

[...] são possivelmente esses silêncios que nos impossibilitam perceber a intrincada trama de significados que pode assumir cada depoimento no que se refere à relação gênero/escola/educação/papel social. Se contrapondo aos silêncios, também trazem declarações, fatos e sentimentos perceptíveis pela escuta, apontando aspectos que permitem certo grau de compreensão desses fatores.

Observou-se que algumas das entrevistadas narravam de maneira menos direta e com certos receios os entraves impostos ao acesso da mulher à carreira jurídica, relatando que no período que eram alunas não sentiram por parte de seus colegas distinção no tratamento por questões de gênero, embora em seus discursos

seja perceptível que sua presença em número era menor que a dos homens, como registrado na fala de uma das entrevistadas no Brasil:

“Não, dentro da faculdade não havia nenhuma diferença!!! Nós éramos três mulheres e o resto eram homens e não havia nenhuma dificuldade!!!” (AF1, entrevista, 2012).

O mesmo discurso se deu com uma egressa entrevistada de Portugal:

“Éramos quatro. No primeiro ano éramos talvez mais, depois fomos perdendo colegas que levaram para áreas de Letras, propriamente dita, para línguas e tal, ou que foram ficando para trás, eu sei que no último ano éramos quatro raparigas!!! [...] não tive nenhuma dificuldade relativamente aos colegas, relativamente aos professores, não senti dificuldade!!!” (CF2, entrevista, 2013).

Nesses dois relatos é possível entender que o contexto da época e o fato de estarem em minoria numérica já representariam uma dificuldade. Entretanto, o discurso começa a se modificar em seu conteúdo quando a mesma entrevistada anterior (CF2) justifica que em determinados cargos jurídicos que impunham restrições a presença da mulher, ela nem sequer se candidatava à vaga, pois além de ter impedimentos por sua ideologia política contrária ao governo Salazarista, ainda tinha o agravante de ser mulher:

“Portanto, eu vim para o Porto e comecei a trabalhar e nos casamos. Portanto, eu tinha o emprego numa empresa. O X veio e deu aulas durante algum tempo em um colégio, porque nenhum nem outro tinham a possibilidade de aceder a qualquer lugar, que fosse qualquer estado na estação pública, na altura aquilo era complicado porque eu teria gostado da magistratura. Mas, a magistratura não estava aberta as mulheres!!! Depois outros lugares da administração pública não aceitavam mulheres!!! Mas, de qualquer forma eu não tinha lugar, fiz várias, apresentei várias candidaturas, lugares de notaria, de registros e a certa altura soube mesmo, tive a informação que precisava de mais papéis porque não era aceita. Nos que era por ser mulher eu já nem me candidatava, mas nos outros era por razões políticas só, porque era de afeto ao regime, porque meu nome estava em papéis de protesto, porque não sei que, pronto!!!” (CF2, entrevista, 2013).

No Brasil não era diferente no que diz respeito às dificuldades encontradas pelas mulheres que galgavam uma carreira no campo jurídico. AF1 narra em sua

entrevista sobre resistência na sua entrada no mercado de trabalho relacionado com o campo jurídico, deixa claro que sentira diferença por ser mulher em espaço recentemente ocupado pelo gênero feminino:

“Quer dizer não é fácil !!! Não é tão antigo assim, e as mulheres não... dificilmente [...] Juíza nem se fala!!! O tribunal não aceitava Juízas, nem a Promotoria Pública!!! Não havia naquela época mulheres Promotoras e Juízas, não havia, muito recentemente!!!! Com relação a 64, inicialmente era só Pretoras que não existe mais, com a última constituição acabou com as Pretoras, mas a Pretoras a lei não exigia tanto quanto para Juíza, e depois com a Constituição as Pretoras que eram ficaram, não houve mais concurso, nós temos ainda algumas, tem uma ou duas ainda em cada comarca, a Pretora só julga até determinada alçada e algum tipo de processo!!!” (AF1, entrevista, 2012).

O cargo de “Pretor”²⁸, associado à carreira política da Roma Antiga, era aquela pessoa que exercia funções judiciárias e administrativas. Eles elaboravam a fórmula ou regra jurídica, mas apenas apreciavam o fato em tese, sem procurar saber se estava ou não aprovado. Cabia ao juiz apreciar as provas e decretar a sentença (DIAS, 2010). Esse cargo da magistratura Brasileira foi extinto com a recente constituição de 1988. As egressas do Curso de Direito no Brasil, embora inicialmente não narrassem de pronto em suas entrevistas sobre as dificuldades encontradas no exercício da profissão no campo jurídico, evidenciam a diferença de tratamento e que tiveram que lutar contra o que representava nitidamente o cerceamento à presença feminina em carreiras jurídicas que estivessem além da advocacia, esta afirmação fica nítida na entrevista de uma das egressas no Brasil:

“Então, se a minha inscrição tivesse sido homologada e eu tivesse passado a minha vida teria sido outra!!! Eu me lembro, que todo mundo me avisava: olha não vão homologar a tua inscrição!!! Porque naquela época [...] foi o que? 75, 76? Nem o Ministério público, nem a Magistratura aceitavam mulheres!!! É e eu acho um espírito muito machista muito fechado, Ministério Público e Magistratura são coisas para homens porque mulheres não podem! ? E eu digo: bom, mas eu vou fazer, se não homologarem [...] Ah, e tinha mais, não homologavam, não te diziam o porque, não tinha recurso!!! Ou aceitavam ou recusavam. Mas eu já sabia que tinha isso e eu resolvi correr o risco!!!” (BF1, entrevista, 2012).

²⁸ Sobre a terminologia técnica do vocábulo “pretor”, ver Ferri (1986).

O depoimento de BF1 possibilita compreender que a abertura de vagas para cargos públicos às mulheres só tornou-se realidade no Rio Grande do Sul em 1973. A primeira mulher a ingressar na magistratura gaúcha foi Maria Berenice Dias, em 1973, também primeira desembargadora do Estado, em 1996. Infelizmente, para as questões políticas e até mesmo em alguns concursos públicos, foi preciso imposição da força de lei para que de modo geral outros espaços fossem legitimados como espaços possíveis de atuação da mulher.²⁹

A depoente BF1 acrescenta que um dos impedimentos para ocupar os cargos públicos era a maternidade. Ela relembra o momento em que fora entrevistada por um general, na ocasião que concorria vaga de professora na Faculdade de Direito de Pelotas, pertencente a Universidade Federal de Pelotas:

“[...] então eu fui começar né a dar aula e eu estava grávida [...]. Eu entrei em 75 e eu fui, aí quando eu cheguei lá para surpresa minha e de outras que estavam na mesma situação, tinha um general sentado do outro lado da mesa de óculos escuros que nos olhou e perguntou: vocês não estão grávidas né? Ou não me lembro, foi individual, a entrevista foi individual: a senhora não está grávida?! Assim como eu estou te dizendo!!! Com essa crueza que eu estou te dizendo!!! E eu disse: Estou!!! Ele disse: Então a senhora pode ir porque nós não contratamos mulheres grávidas nessa faculdade!!! E eu fiquei numa indignação, numa coisa, numa revolta!!! Sabe?! Eu sempre digo, eu não sei como é que eu não abortei naquele momento!!! Ai eu saí de lá arrasada e junto comigo havia duas professoras da Odonto nós éramos todas colegas de colégio, né? Que receberam o mesmo tipo de tratamento!!!” (BF1, entrevista, 2012).

Romper essa prática, que pode ser compreendida como uma forma de “violência simbólica”, entendida aqui no sentido que o general exerceu sua autoridade, impedindo que sujeitos como o depoente BF1 transcendessem a sua condição social, e/ou que viessem usufruir dos benefícios do poder. Vasconcelos (2002) acrescenta que a violência simbólica é desenvolvida por instituições e/ou por agentes que as animam e sobre a qual se apoiam, criando obstáculos ou

²⁹ Em relação a estes aspectos, podemos citar que a primeira mulher eleita presidente do país aconteceu só em 2010, com a vitória de Dilma Rousseff no processo eleitoral realizado em outubro. Embora, em 2006, a primeira Ministra da Suprema Corte Ellen Gracie, tenha ocupado interinamente a cadeira presidencial (WIKIPÉDIA, 2013). Em Portugal se destaca que os cargos públicos mais significativos que as mulheres portuguesas ocuparam foi quando Maria de Lourdes Pintasilgo se torna Primeira Ministra em Portugal, e 1979, tendo posteriormente se lançado candidata às eleições presidenciais de 1986, não obtendo vitória (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2013). E ainda em 2011, Assunção Esteves foi eleita Presidente do Parlamento Europeu (UOL NOTÍCIAS, 2011). Um estudo monográfico que recupera o empoderamento da mulher gaúcha e sua imersão nos cargos públicos é o estudo de Lameirão (2010).

desarticulando as oportunidades para se usufruir de capital cultural, de capital financeiro, bem como participarem de um campo.

A restrição e as dificuldades impostas a s egressas do Curso de Direito destas faculdades não ficaram apenas na imersão no exercício da profissão dentro do campo jurídico. Houve dificuldade também para exercer e ensaiar formas de liderança no decorrer da realização do Curso de Direito. No diretório acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas há um número expressivo de presidentes do sexo masculino, entretanto na década de 1960, porém, como rememora DM1, colega do sexo masculino, lembra foi eleita a acadêmica Gicelda,

“[...] no centro Acadêmico eu era secretário e pela primeira vez lançamos a candidatura para presidente de uma mulher porque o normal não era, era um rapaz, um jovem, um homem presidindo o centro acadêmico e havia uma colega nossa, eu estava no segundo e havia uma colega nossa do terceiro ou quarto ano: a Gicelda Julieta Alves. [...] eu fui um dos lançadores da candidatura dela, e nós lançamos a Gicelda com uma campanha dura, difícil porque mulher naquela época não apitava nada!!!” (DM1, entrevista, 2012).

Assim, as mulheres deram um importante passo não só ao mostrar o quanto a relação entre homens e mulheres não se limita a diferenças biológicas, mas sim está intimamente relacionada às diferenças sociais decorrentes do preconceito contra a mulher (COSTA; SOUZA, 2013, p.01). Essa situação, em muitos casos deve ser revista, uma vez que há nelas uma relação de domínio e de poder, que impede o desenvolvimento das mulheres e da sociedade que precisa rever certos conceitos. A dificuldade para se chegar a igualdade e respeito é grande, pois ainda nos deparamos com a forte carga cultural que impõe justamente o contrário, que o que ocorre é a forma velada de segregação ocupacional vertical no meio jurídico cujas estruturas de poder são controladas pelos homens.

Neste capítulo buscou-se reafirmar a condição de herdeiros ou trãsfugas nas trajetórias dos egressos das faculdades de Direito de Pelotas e Coimbra. A condição social de cada sujeito entrevistado entrelaçou outros conceitos que permitiram compreender como capital cultural adquirido ou legado influenciou nas opções políticas e da insistente ação para que a igualdade de cargos ocupados pelos advogados nos espaços públicos fosse estendida ao sexo feminino.

As origens dos egressos em Pelotas, bem como os de Coimbra está intimamente relacionado com uma elite, detentora do capital financeiro, esta característica pode ser atribuída tanto para os egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, quanto para os egressos da Faculdade de Direito de Coimbra. Não seria diferente com as mulheres, como se observou em Pelotas que o acesso à educação cedo proporcionou que as mulheres que se graduaram na turma de 1936 da Faculdade de Direito de Pelotas fossem pertencente à famílias tradicionais da cidades. De modo semelhante com a primeira mulher que se graduou em Direito em Coimbra que também pertencia a família tradicional portuguesa.

Fica evidente que ainda há muito que superar em relação aos espaços ocupados de modo igualitário por homens e mulheres no campo jurídico e “[...] de modo que se possa identificar um processo de empoderamento das mulheres na Justiça” (LAMEIRÃO, 2010, p.7), isto representa um desafio a ser superado.

Verificou-se com este estudo que a oportunidade de acesso a todas as carreiras neste campo específico deveria ser universal. Entretanto, as mulheres, sobretudo as pioneiras no campo jurídico tiveram que superar limites impostos por questões de gênero. Assim como homens e mulheres vem, sistematicamente, tentando superar os limites impostos pela condição social de cada um, questão amplamente discutida nesse estudo através de conceitos de Bourdieu, sobremaneira, para o entendimento dos processos sobre mobilidade social ou a falta dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força da memória, ao mesmo tempo em que escava camadas subterrâneas, muitas vezes teimando permanecer inertes, pode provocar o renascimento de fatos altamente significativos, tanto para a constituição do autoconhecimento do sujeito que lembra como para eventuais ouvintes/leitores, ampliando a compreensão de vivências coletivas (FISCHER, 2011 p.17).

Utilizo-me das palavras de Fischer (2011) com o propósito de estabelecer uma estrutura para realizar as considerações finais deste estudo e do processo de pesquisa desenvolvido. Investigar memórias, como argumenta a referida autora, suscita remexer nas nossas próprias memórias, refletir sobre nossas fraquezas, nossos pontos fortes e, principalmente, a compreensão sobre o tempo, criando um sentido para ele.

A opção pela memória e a metodologia da história oral pressupôs trabalhar com pessoas que, ao revisitarem suas memórias, puderam expressar também sua percepção de mundo, o modo como as memórias foram significadas por cada um dos egressos entrevistados. Além disso, foi igualmente um momento de conhecimento e de construção não só enquanto pesquisadora, mas como pessoa, o que considero fundamental, pois de nada vale dominar a técnica se não há transformação e crescimento como ser humano.

O curso de Doutorado representou, particularmente, um momento de muita dedicação na busca pelo domínio da metodologia adotada na pesquisa no campo da Educação. Desde a aprovação na seleção no Doutorado na Unisinos tinha ciência de que aquela era uma oportunidade única, mas que era preciso superar o primeiro momento, de chegar em uma instituição maior e na capital, um mundo um tanto diferente para mim vinda do interior, de maneira que minha postura inicial foi de prudência. Entretanto, passado este primeiro instante, busquei tomar uma postura mais participativa, estando envolvida em organizações de eventos, grupos de estudos e, por fim, tendo a oportunidade de realização do doutorado sanduíche, indo estudar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e realizando pesquisas também na Faculdade de Direito de Coimbra. Destaco a importância deste momento de ir para Portugal, pois além de ter a oportunidade de estudar em outras instituições e de ter contato com outras bibliografias, foi um momento muito rico por ter focado profundamente a disciplina de Metodologia da

Pesquisa em Educação, de maneira que me apropriei da minha condição de pesquisadora, busquei ter mais autonomia, e absorver o máximo de conhecimento, embora saiba que um bom professor e pesquisador está sempre em construção e na busca da superação de seus limites.

Outro ponto importante nesta experiência foi justamente o crescimento pessoal que tive com esta oportunidade de estudar em Portugal, isto porque, além da autonomia como pesquisador que este momento exige por se estar em um país totalmente desconhecido para a realização da pesquisa de campo, considero também que a capacidade de adaptação, a criatividade na busca de soluções para os problemas diários e a capacidade de comunicação com o próximo foram características fundamentais para o êxito nesta experiência. Destaco que a dificuldade encontrada na elaboração desta tese foi justamente trabalhar com os conceitos de Pierre Bourdieu, nos quais, em oportunidade de estudo posterior, pretendo aprofundar mais, considerando que sua obra é extremamente rica e reflete justamente o proposto por ele quando migrou da Filosofia para a Sociologia, ou seja, tornar seus conceitos aplicáveis à realidade da sociedade.

Tomar contato com as memórias dos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas e da Faculdade de Direito de Coimbra foi um momento único na minha vida, pois conheci não só a história daquelas pessoas, mas também uma outra face daqueles que, como eu, cursaram Direito e foram além do tecnicismo; o revisitar a memória destes egressos foi um dos momentos mais ricos desta pesquisa.

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p.420).

Enquanto acadêmica de Direito sempre acreditei que havia mais, além do conjunto de regras, normas, dispositivos, jurisprudências, recursos e prazos que compõem a técnica do campo jurídico. Hoje, passada quase uma década da minha colação de grau em Direito, percebo que a escolha em migrar para a Educação, e mais especificamente para História da Educação, me fez – com o decorrer dos trabalhos que conclui na Especialização, no Mestrado, e agora, no Doutorado –

compreender que o mundo do Direito tinha mais para dar à sociedade do que a técnica jurídica, e eu não havia feito uma ruptura com o Direito, mas ia além, pesquisando a história da educação também no Curso de Direito.

Este trabalho foi, de certo modo, a “defesa em causa própria”, haja vista que estava em jogo a minha lide contra a necessidade de superação, sobretudo um desafio para quem, como eu, vem de um curso cuja primeira opção profissional, em muitos casos, é por carreiras como a Magistratura e a Promotoria de Justiça, tomando este o foco do ensino na graduação. Por consequência, por ser a pesquisa acadêmica a opção de um número menor de acadêmicos, faz com que seja preciso adquirir o domínio das técnicas e metodologia da pesquisa adotados na academia em contato posterior, mais especificamente na pós-graduação.

Foi também através desta pesquisa que veio a oportunidade de conhecer e estudar melhor a comunidade jurídica pelotense e relacionar sua realidade com conceitos de Pierre Bourdieu. Ao frequentar lugares como a Biblioteca Pública de Pelotas e a Faculdade de Direito de Pelotas, pesquisando jornais e documentos, bem como ao fazer as entrevistas com os egressos da “Casa de Bruno Lima”, estava também fazendo parte da construção, ou reconstrução, da história da comunidade jurídica da cidade de Pelotas, na qual nasci, cresci, e iniciei minha vida profissional e onde sempre se deseja o reconhecimento.

Tive a oportunidade e a responsabilidade de pesquisar fora do Brasil, em Coimbra, para muitos membros do campo jurídico considerada como o solo sagrado do Direito. Também enfrentei diariamente momentos de superação, fosse pela responsabilidade e crédito em mim depositados quando recebi esta oportunidade profissional, fosse pelo fato de me deparar com um país em que, além de diferente do meu, eu era diferente, uma estrangeira, ou ainda, fosse no momento único de minha vida como pesquisadora de conhecer e frequentar universidades, bibliotecas, livrarias, ou na pesquisa em jornais, documentos e entrevistas com egressos da Faculdade de Direito de Coimbra que me fizeram conhecer a história deste povo e me apresentaram a dinâmica da comunidade jurídica portuguesa.

A proposta da tese de trabalhar com as memórias de alunos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil e da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal, fazendo uma leitura à luz dos conceitos do autor Pierre Bourdieu desde o início se mostrou como um desafio, mas com muitas possibilidades de desdobramento. A riqueza do trabalho estava justamente no fato que desde o

começo era sabido o árduo caminho que se teria pela frente, desde dominar os conceitos das obras de Pierre Bourdieu, a imersão na pesquisa de campo e a busca e obstinação pelo domínio dos conceitos deste autor e da superação nas dificuldades do domínio da metodologia da pesquisa.

No entanto, à medida que me apropriava dos conceitos da obra de Bourdieu e concomitantemente desempenhava a pesquisa de campo, com análise de documentos, em especial jornais que datavam no período de 1961 a 1974, recorte temporal proposto, mais emergiam as relações da teoria bourdiana e a realidade da comunidade pelotense e seus egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil, e na sequência a realidade coimbreense e dos egressos da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal. Ficou evidente, ainda nos primeiros resultados, as dinâmicas sociais que se davam na comunidade pelotense e na comunidade coimbreense no que se trata da dinâmica de demarcar através do *status*, da detenção do capital econômico e, conseqüentemente, da maior facilidade ao acesso do capital cultural, os espaços que eram destinados a seus herdeiros, como proposto pela teoria bourdiana:

Al definir posibilidades, condiciones de vida o de trabajo completamente diferente, el origen social es, de todos los determinantes el único que extiende su influencia a todos los dominios y a todos los niveles de experiencia de los estudiantes, y en primer lugar, a sus condiciones de existencia. El habitat y el tipo de vida cotidiano que esta asociado, el aumento de recursos y su reparto entre las diferentes partidas presupuestarias la intensidad y la modalidad dês sentido de dependência, variable según el origen de los recursos así como según la naturaleza de la experiencia y valores asociados a su adquisicion, dependem directa y fuertemente del origen social al mismo tiempo que refuerzan su eficacia (BOURDIEU; PASSERON, 2003, p.27).

Como destacam Bourdieu e Passeron (2003), o contexto e a origem social do sujeito estarão relacionados para constituir anatomia de vida, de maneira que o acesso a recursos e possibilidades contribuirá diretamente no seu sucesso e consolidação profissional no futuro.

Quanto ao trabalho de pesquisa, ele iniciou a tomar forma à medida que, como considerado anteriormente, a sociologia de Pierre Bourdieu começava a fazer a leitura da dinâmica social que se dava nestas duas localidades, Pelotas/Brasil e Coimbra/Portugal, e de suas respectivas comunidades jurídicas. Assim, para embasar a tese a pesquisa foi além da revisão bibliográfica das obras de Pierre Bourdieu, aprofundando-se o estudo sobre a situação social do Brasil, e mais

especificamente de Pelotas, no período da Ditadura Militar de 1964. Ainda sobre a centenária Faculdade de Direito de Pelotas, também conhecida como “Casa de Bruno Lima”, percebeu-se desde os primeiros momentos de pesquisa a forte relação que a cidade de Pelotas tem com a cultura e a educação e, em especial, com a instalação de instituições de grande vulto no ensino superior como é a casa da Faculdade de Direito de Pelotas.

A pretensa antiguidade e tradição se constituíam em ferramentas de distinção social, assim como os elementos culturais, pois esse grupo se destacava pelo seu estilo de vida requintado. Nesse sentido, é possível afirmar, ainda, que em seu anseio por se distinguir, a elite dessa cidade se inspirou na elite do Rio de Janeiro, o que lhe atribuiu mais semelhanças com esse grupo do que com outros que se diferenciavam na maior parte das cidades do Rio Grande do Sul. Como já mencionado, a formação acadêmica dos representantes políticos da cidade de Pelotas é um diferencial em relação às outras cidades, pois a maior parte dos representantes gaúchos possuía vínculo com atividades militares. Os pelotenses, a seu turno, normalmente eram bacharéis e, em sua maioria, graduados em Direito ou em Agronomia (OLIVEIRA, 2012, p.352).

Não limitada a este panorama local da cidade e da Faculdade Pelotense de Direito, a tese também se propôs a um estudo global, dedicando-se à pesquisa da realidade social de Portugal no período que foi base da Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), que derrubou o regime ditatorial Salazarista, e ainda a história da tradicional Faculdade de Direito de Coimbra.

Sobre a escolha das instituições tradicionais de ensino jurídico, como a Faculdade de Direito de Pelotas e a Faculdade de Direito de Coimbra, veio a se confirmar a importância destas instituições de ensino jurídico, vez que, através deste estudo, fica muito claro que estas instituições surgiram como reflexo de um momento socioeconômico de pujança em ambas as localidades, que sentiram a necessidade de instruir os filhos de sua elite no trato das leis, pois o domínio do campo jurídico está intimamente relacionado com o acesso de lugares de domínio e liderança dos principais postos de administração política. Com isto, tanto a Faculdade de Direito de Pelotas, no Brasil, quanto a Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, foram responsáveis por graduar várias lideranças destas duas comunidades. Esse aspecto caracteriza-se por aquilo que Viñao Frago (1995) atribui ao estudar a história das instituições escolares e a referência tradicional, ou *status* que possa adquirir no cotidiano das relações sociais.

Este estudo revelou que tanto os egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil quanto os da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal tiveram importante papel na resistência a estes regimes ditatoriais, na luta pela democratização de seus países e na busca da garantia de justiça social. Além disto, mostrou que muitos dos egressos destas duas instituições de ensino de Direito não eram oriundos de famílias da elite detentora de capital financeiro e social, e que fizeram do conhecimento adquirido nestes Cursos de Direito instrumentos de mobilidade social e se consolidaram como profissionais de destaque no campo jurídico não só em âmbito local, mas nacional.

Percebe-se, ao longo das entrevistas, que um grande número dos egressos pesquisados, tanto do curso de direito da Faculdade de Direito de Pelotas quanto da Faculdade de Direito de Coimbra, não tinham como origem a elite destas duas cidades, como é o caso dos egressos AF1, BF1, DM1, EM1 e FM1, na cidade Pelotas, que posteriormente vieram a participar da comunidade jurídica como advogados bem conceituados, professores de Direito e políticos com destaque local e nacional. No caso dos egressos pesquisados em Coimbra se observa o mesmo, ou seja, muitos não eram oriundos de famílias da elite com acesso ao capital financeiro e ao capital cultural, como é o caso dos pesquisados AM2, BM2 e CF2, que, da mesma forma que os egressos de Pelotas, fizeram dos conhecimentos adquiridos no Curso de Direito um instrumento para transpor as imposições sociais e se consolidaram no campo jurídico como advogados de destaque na comunidade jurídica, professores de Direito e também na política nacional em Portugal.

Apesar da distância e da imensidão do Oceano Atlântico, que separava estes dois países e estes dois grupos de egresso de Direito, um da Faculdade de Direito de Pelotas e o outro da Faculdade de Direito de Coimbra, começou a emergir, através da análise de suas narrativas, categorias que pouco a pouco os unia, tomando como pano de fundo a teoria de Pierre Bourdieu, completando peça a peça este imenso “quebra-cabeças” que é a pesquisa científica:

[...] surgiram num entretecimento que se mesclou, formando a teia. Relações de gênero, religião, política e trabalho - categorias selecionadas a partir das narrativas, pois emergiram delas - se interligaram trazendo ao presente diferentes possibilidades de análise e de interpretações para a educação no passado (GRAZZIOTIN, 2008, p.211).

Na análise das entrevistas as categorias que desenharam bem o perfil dos egressos destas duas instituições de Direito foram: a reprodução dos herdeiros ou a condição de trãnsfugas: modos de rememorar a trajetória acadêmica; opção pelo Curso de Direito e a carreira no campo jurídico; e por fim, a presença da mulher no Curso de Direito de Pelotas/BR e no curso de direito de Coimbra/PT: relações de gênero.

Dentre as principais considerações deste trabalho se observa que a origem familiar desempenhou uma finalidade ímpar para a condução dos egressos à continuidade dos estudos e/ou para ocupar as melhores posições sociais, constatando que, como já referendava Bourdieu, os alunos assim denominados herdeiros eram geralmente oriundos de famílias tradicionais, detentoras de capital econômico e, conseqüentemente, com maior acesso ao capital cultural, como é caso de CM1, sujeito desta pesquisa. Cabe destacar que, em alguns casos, estes ditos herdeiros já traziam noções sobre o *habitus* do campo jurídico, ou seja, já dominavam noções básicas do vocabulário jurídico e da postura que este campo exige, pois muitos já tinham em suas famílias Bacharéis em Direito. Também ficou evidente nesta pesquisa a figura de egressos destes Cursos de Direito que eram oriundos de famílias não detentoras de capital financeiro, e logo, tiveram menor acesso ao capital cultural, como é o caso de EM1 e AM2, mas que superaram as dificuldades impostas e conseguiram ingressar em um curso que, regra geral, é feito pela elite e para seus herdeiros. Em muitos dos casos estudados nesta tese, estes ditos trãnsfugas fizeram uso do conhecimento adquirido nestas instituições para se destacarem como campo jurídico e para participarem em seus respectivos países da defesa pela democracia, cidadania e por justiça social, participando ativamente contra o Governo Militar de 1964, no Brasil, e contra o governo de Salazar, em Portugal.

No que se refere aos efeitos no campo jurídico das opções políticas, no período de intensas transformações ocorridas no Brasil, constata-se tanto no Brasil quanto em Portugal o caráter combativo, buscando o respeito aos direitos básicos do cidadão, ao exercício de uma democracia e de justiça social por parte dos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas, bem como dos da Faculdade de Direito de Coimbra, em definirem sua posição política oposta ao Governo Militar, no caso brasileiro, e ao Governo Salazarista, no caso português, que refletiu diretamente em sua vida pessoal e profissional na forma de repressões e sanções,

fosse ainda quando acadêmicos, fosse quando já profissionais no campo jurídico. Cabe ainda observar que foram justamente estes egressos de ambas as Faculdades de Direito que, revisitando suas memórias que muito contribuíram para este trabalho, não mantinham nenhum tipo de relação com estes governos, e que, na maioria dos casos estudados, não eram oriundos de famílias abastadas, das elites locais, ou detentores de capital financeiro e cultural, e através da instrução jurídica adquirida nestas duas instituições de Direito se fizeram, como Bourdieu denominaria, “trânsfugas”. Estes alunos, os “trânsfugas”, transpuseram a ordem imposta por aqueles que Bourdieu denomina “herdeiros”, isto é, os eleitos pela detentora de poder na sociedade ao êxito, por já nascerem com capital econômico e com facilidade de acesso ao capital cultural, ou seja, os “trânsfugas” conseguiram transpor a cegueira da desigualdade social: *“La cegueira de las desigualdades sociales condena y autoriza a explicar todas las desigualdades – particularmente em materia de éxito educativo – como desigualdades naturales, desigualdades de talentos”* (BOURDIEU, PASSERON, 2003, p .104).

Deste modo, estes ditos trânsfugas conseguiram ver além desta cegueira social e não permitiram serem condenados pelo fracasso educativo da sentença que acompanha muitas vezes aqueles que são desprovidos de “capital econômico” e “capital cultural”, fazendo de suas habilidades intelectuais e profissionais um instrumento de mobilidade social. A condição de herdeiro atendeu à hipótese inicial de que a reprodução do *status* social favorece a condução de uma condição cultural, familiar e de *status* consolidada tradicionalmente, por exemplo, no campo jurídico; e mesmo aqueles cuja condição social era de trânsfugas, o contato com o capital cultural específico da área do Direito convergia para o *habitus* do campo jurídico já consolidado.

Defendo a tese que a sociedade sistematiza, institucionaliza e organiza dinâmicas sociais, e o pertencimento a determinado grupo detentor de “capital econômico” e de “capital cultural” é um dos instrumentos que favorece o domínio neste jogo social. Nesse sentido, o campo do Direito, como criador de regras sociais, agrega “capital cultural” para os chamados “herdeiros” que pelo acesso ao campo jurídico permanecem como detentores do poder, garantindo para a elite de uma sociedade capitalista sua estabilidade no processo e dominação. Na contramão dessa lógica, emergem sujeitos que mesmo não sendo detentores de “capital econômico” e/ou “capital cultural”, fazem do conhecimento adquirido no campo do

Direito um instrumento para dominar as regras desse espaço e se consolidam como profissionais de destaque na comunidade jurídica, constituindo-se assim em “trânsfugas”.

Revisitar as memórias de egressos das Faculdades de Direito de Pelotas/Brasil e da Faculdade de Direito de Coimbra/Portugal (1961-1974): trajetórias no campo jurídico, e tomar contato com pessoas, instituições de ensino de Direito e momentos históricos que, hoje, além de contribuírem para a elaboração da tese, constituem parte da minha construção enquanto pesquisadora e enquanto pessoa, ficam registrados na minha memória, como momento de muito estudo, muita dedicação, muitas dúvidas, e, sobretudo, de muito avanço na busca pela autonomia não só como pesquisadora mas como pessoa.

A marca mais expressiva é a certeza de que este estudo é o começo de um grande processo, que é o de revisitar a memória destes dois grupos de alunos egressos de Direito, um grupo da centenária Faculdade de Direito de Pelotas, no Brasil, e o outro grupo da tradicional e histórica Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, isto porque não considero que esta pesquisa se dê por esgotada, vez que seria arrogância minha como pesquisadora acreditar que se tenha explorado completamente a bagagem histórica destas duas instituições e da participação ativa de seus estudantes no processo de democratização nestes dois países.

Nesta pesquisa se observou que alguns sujeitos, objetos desse estudo, se opuseram a governos totalitários, tanto no Brasil como em Portugal, e defenderam a democracia e a justiça social em seus países. Outros, no entanto, foram aliados desses regimes. Em qualquer uma das situações, esses sujeitos se educaram e, em um processo de revisitar suas memórias, produziram uma história de suas trajetórias como egressos de Cursos de Direito. Como profissionais do campo jurídico, tanto na condição de “herdeiro” quanto na condição de “trânsfuga”, foram sujeitos de uma produção historiográfica e permitiram, através de suas narrativas, entender alguns aspectos relacionados ao ensino no campo do Direito.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, n, 14, p.125-136, 1995.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos pelados x galinhas gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. 338f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

_____; SILVEIRA, Josiane Alves da. Os bastidores de uma pesquisa em história da educação: a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande/RS. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p.166-182, maio/ago. 2012.

AVILA, Ney Eduardo Possapp d'. **Um olhar sobre a legalidade**: 1961 13 dias que abalaram o Brasil. Passo Fundo: Berthier, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

BERNARDO, José. Revolução dos Cravos e seus dilemas na hora de descolonização de Angola, 1974/1975. In: SEMINÁRIO PEDAGÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Abril de 2007, Recife. **Anais...** Recife:UFRPE, 2007. p.1- 46.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**: introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P.Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

_____. O diploma e o cargo: relações entre sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. **Pierre Bourdieu, escritos de Educação**. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p.127-144.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Os três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. **Pierre Bourdieu, escritos de Educação**. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, com colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos de uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão, revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Beta. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Los herederos: los estudiantes y la cultura**. 2.ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Leis, etc. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. p.5-7.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **História e Teoria Social**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Sociologia e História**. Porto: Litografia Ach. Britto, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p.295-315.

CERUTTI, Marcos Fontana. **Acadêmicos da UFRGS e comissão especial de investigação sumária no ano de 1964**. 2010. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro - 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORREIA, José Alberto. **Para uma teoria crítica em Educação: contributos para a recientificação do campo da educação**. Porto: Porto, 1998.

COSTA, Valesca Brasil. A presença feminina na Faculdade de Direito de Pelotas/RS. 2009. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2009.

_____; SOUZA, José Edimar de. Ser professora em horizontes rurais em Novo Hamburgo/RS (1940): memórias e documentos. **Revista P@rtes**. [online] , p.1-6, set. 2013. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/2013/09/10/ser-professora-em-horizontes-rurais-em-novo-hamburgors-1940-memorias-e-documentos/>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. No tempo em que o telefone era preto e a geladeira branca: a escola, a vida e as aprendizagens. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Tempos de escola: memórias**. São Leopoldo: Oikos / Brasília: Liber Livro, 2011. p.95-106. v. II.

CUNHAL, Álvaro. **A revolução portuguesa**. Lisboa: Avantes, 1976.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. Bourdieu e as estratégias de distinção no ensino superior francês. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 1, p.183-192, jan./jun. 2011.

DIÁRIO DE COIMBRA. **Capa**. Coimbra, 26 abr. 1974.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Capa**. Lisboa, 26 abr. 1974.

DIÁRIO POPULAR. **Capa**. Pelotas, 27 ago. 1961.

_____. Pelotas, 13 set. 1961, p.6.

_____. **Morre aos 91 anos o advogado Ápio Antunes.** Pelotas, 8 ago, 2003.
Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/08_08_03/jl070801.html>.
Acesso em: 13 dez. 2013.

DIAS, Handel Martins. A evolução dos poderes do pretor na história do processo civil romano. **Intertemas**, Presidente Prudente, SP, v. 15, p.205-225, nov. 2010.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais.** Tradução de Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DUARTE, Vânia. **Memórias silenciadas:** percurso feminista de Maria de Lourdes Pintasilgo. 2011. 98f. Dissertação (Mestrado em Estudos Feministas) - Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2011.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 23.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

EGGERT, Edla; RAMOS, Inajara Vargas; SOUZA, José Edimar de (orgs.). **Memórias, trajetórias e formação docente:** experiências investigativas e seus desdobramentos. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** 2.ed., 3. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória:** uma problemática de pesquisa. Passo Fundo: Universitária, 1998.

FERRI, Enrico. **Enciclopedia del Diritto.** Milano: Giuffrè, 1986. v. 35.

FISCHER, Beatriz T. Daudt (org.). **Tempos de escola:** memórias. São Leopoldo: Oikos, 2011. v. II.

_____. **Professoras:** histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.

_____; COSTA; Valesca Brasil. Faculdade de Direito de Pelotas/Brasil – considerações em torno de dois contextos: sua origem em 1912 e cinco décadas depois. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – ASPHE, 10, 2013, Pelotas. **Anais eletrônicos...** Pelotas, 1 CD-ROM.

FLECHA GARCÍA, Consuelo. Las relaciones de género y la educación: de la tradición a la sociedad avanzada. In: BENITO, Agustín Escolano; DÍAZ, José María Hernández. **La memoria y el deseo: cultura de la escuela y educación deseada.** *Humanidades pedagógicas.* Valencia: Tirant Lo Banch, 2002, p.378-401.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiças dos homens.** Recife: Typographia Fidedigma, 1832.

_____. **Opúsculo humanitário**. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Nadia G. Pierre; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Educação e Conhecimento).

GOOGLE MAPS. **Mapa de Portugal localizando Coimbra**. [S.l.] , 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+portugal+coimbra&tbm=isch&bo=u&source=univ&sa=X&ei=QSdlUpTLI66s4AOi>>. Acesso em: 21 out. 2013.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Memórias recompondo tempos e espaços da Educação: Bom Jesus/RS (1913-1963)**. 2008. 2 v. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____; ALMEIDA; Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre história oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUERREIRO, Mário. Nota de abertura. **Revista Via Latina**, Coimbra, n. 1, p.1, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p.135-151, 1. sem. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IWAYA, Marilda. Cenário e Palco Para a Instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p.171-191.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p.67-98, jul. 2011.

LAMEIRÃO, Adriana Paz. **A participação feminina na magistratura e o processo de empoderamento das mulheres na carreira**: análise da justiça comum do Rio Grande do Sul. 2010. 50f. Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais: Bacharelado. Instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2010

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 6.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano de; VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, no e por meio dos periódicos. In: PISKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.111-143.

MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **História do Direito**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Roteiros Jurídicos).

_____. **História do Direito**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção Direito Vivo).

MAGALHÃES, Mário Osório. **História e tradição da cidade de Pelotas**. Caxias do Sul: Gráfica da UCS, 1981.

_____. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPel/Mundial, 1993.

_____. **Pelotas princesa**: livro comemorativo ao bicentenário da cidade. Pelotas: Diário Popular, 2012.

MANSAN, Jaime Valim. Expurgados: afastamentos sumários de professores da UFRGS durante a Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; LOSSO, Tiago (orgs.). **Estado e desenvolvimento**: política e relações internacionais no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre, 2010. p.97-113.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Barcarena: Editorial Presença, 2012.

MARTINI, Estela Maris Sartori, **Mulheres destinadas ao êxito**: trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960). 2011. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UDESC. Florianópolis. 2011.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: biografia definitiva. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya. 2011.

MERÊA, Paulo. **Estudos da história do ensino jurídico em Portugal (1772-1902)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

MONQUELAT, Adão F.; MARCOLLA, Valdinei. **Desfazendo mitos** (notas à história do Continente de São Pedro). Pelotas: Mundial, 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de Educação**. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____; ALMEIDA, Ana Maria F. **A escolarização das elites**: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NORONHA, Ricardo Vieira de Campos de Abreu. A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75). 2011. 664f. Tese (Doutorado em História Económica e Social Contemporânea). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2011.

O ACADÊMICO. **Edição do cinquentenário**. Pelotas, 1962, p.2.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 – 1930)**: imagens e imprensa. 2012. 403f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século 19**: da descolonização ao movimento republicano. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PORTUGAL. **Código Civil Português 1867**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p.89-98, 1988.

RAMIL, Vitor. **Satolep**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 1 CD-ROM.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; VARGAS, Mônica Muñoz (orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.

SECCO, Lincoln. **25 de abril de 1974**: a Revolução dos Cravos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SILVA, Juremir Machado. **Vozes da Legalidade**: política e imaginário na era do rádio. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes. **História do Direito Português**: fontes de Direito. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 2011.

SOUZA, José Edimar de. **Memórias de professores**: histórias de ensino em Novo Hamburgo/RS (1940/2009). Porto Alegre: Evangraf, 2012.

_____. Memórias evocadas: imagens recompondo as aulas isoladas em Novo Hamburgo/RS (1913 a 1952). **Aedos**, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p.652-674, set. 2012.

_____; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Um modo de ser professora primária: notas de trajetória docente de Telga Bohrer. **Cordis História e Literatura**, São Paulo, n. 10, p.285-309, jan./jun. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil**: século XX. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. v. III.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p.52-84, abr. 1997.

UFRGS. **Histórico**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Centro de Documentação 25 de Abril**. Coimbra, 2013. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=>>. Acesso em: 3 nov. 2013.

UOL NOTÍCIAS. **Mulher presidirá o Parlamento pela primeira vez em Portugal**. [S.I.] , 21 jun. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/06/21/mulher-presidira-o-parlamento-pela-primeira-vez-em-portugal.jhtm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p.77-87.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VIAGEM DE FÉRIAS. **Mapa do Rio Grande do Sul**. [S.I.] , 2011. Disponível em: <<http://www.viagemdeferias.com/mapa/rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VILLAR, Waleska Ribeiro. **A Casa de Bruno Lima**: uma face da história da Faculdade de Direito de Pelotas (1918-1965). 2004. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2004.

VINÃO FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p.15-47.

_____. Historia de la educación y historia cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**., n. 0, p.63-82, set./dez. 1995.

WIKIPÉDIA. **Mulheres na política**. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mulheres_na_pol%C3%ADtica>. Acesso em: 10 dez. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta convite



Pelotas, 12 de dezembro de 2011.

Prezado Senhor

Vimos convidá-lo a responder o questionário que segue em anexo. Trata-se de um instrumento de coleta de dados para a pesquisa **“Egressos da Faculdade de Direito de Pelotas/RS(1960-1970): trajetórias sociais”**, desenvolvida pela doutoranda Valesca Brasil Costa, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Daudt Fischer, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Gostaríamos de agradecer sua atenção e gentileza em participar de nosso estudo. Sua contribuição é determinante para o alcance de nossos objetivos.

Estamos à sua disposição para eventuais esclarecimentos, por meio do celular (53) 91026347 e do e-mail valescacosta@gmail.com

Cordialmente

Valesca Brasil Costa
Doutoranda PPGEdu/UNISINOS

APÊNDICE B – Questionário Brasil



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**PESQUISA:
EGRESSOS DA FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS/RS (1960-1970):
TRAJETÓRIAS SOCIAIS.**

DATA

I – IDENTIFICAÇÃO

1 – Nome completo: _____

2 – Data de nascimento: _____

3 – Local de nascimento: _____

II – DADOS FAMILIARES

1 – DADOS DO SEU PAI:

a) Nome de seu pai: _____

b) Escolarização de seu pai:

Curso Primário: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Ginásial: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Técnico: () Completo () Incompleto

Nome do curso/cidade: _____

Curso Superior: () Completo () Incompleto

Nome da Universidade/cidade: _____

c) Profissão de seu pai quando você nasceu: _____

d) Inserção social de seu pai:

() Pertencia a partido político? Qual? _____

() Pertencia a clube/s e/ou fraternidades? Qual/is? _____

() Pertencia a alguma igreja? Qual/is? _____

2 – DADOS DE SUA MÃE:

a) Nome de sua mãe: _____

b) Escolarização de sua mãe:

Curso Primário: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Ginásial: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Normal: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Superior: () Completo () Incompleto

Nome da universidade/cidade: _____

c) Profissão de sua mãe quando você nasceu: _____

d) Inserção social da mãe:

() Pertencia a partido político? Qual? _____

() Pertencia a clube/s? e/ou fraternidades Qual/is? _____

() Pertencia a alguma igreja? Qual/is? _____

3 – Defina a situação sócio-econômica da sua família:

() Rica

() De classe média alta

() De classe média baixa

() Pobre

Detalhe a opção assinalada: _____

4 – Residência de sua família durante o período em que frequentou a Faculdade de Direito de Pelotas/RS:

a) _____ Cidade: _____

b) _____ Bairro: _____

c) _____ Rua: _____

5 – Composição familiar:

a) De quantos irmãos e/ou irmãs é composta sua família?

Ordem nasci-mento	Nome	Colégio onde estudou	Nível de formação	Profissão
1°				
2°				
3°				
4°				
5°				
6°				
7°				
8°				
9°				
10°				

b) Sobre seus avós maternos:

	AVÔ	AVÓ
Nacionalidade		
Religião		
Local de nascimento		
Nível de instrução		
Profissão		

c) Sobre seus avós paternos:

	AVÔ	AVÓ
Nacionalidade		
Religião		
Local de nascimento		
Nível de instrução		
Profissão		

III – INFORMAÇÕES ESCOLARES

1 – Você cursou jardim de infância?

() Sim Nome da escola: _____

() Não

2 – Cite o nome da escola e da cidade em que fez o curso primário: _____

3 – Em relação ao Curso Ginásial, responda:

a) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 1º ano: _____

b) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 2º ano: _____

c) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 3º ano: _____

d) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 4º ano: _____

4 – Em relação ao Curso Colegial:

Curso: _____

a) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 1º ano: _____

b) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 2º ano: _____

c) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 3º ano: _____

d) Cite o nome do colégio e a cidade onde fez o 4º ano: _____

5 – Quando estudava na Faculdade de Direito de Pelotas/RS morava com a sua família?

() Sim () Não – Nesse caso com quem morava? _____

6 – Indique a sua residência durante o período em que frequentou a Faculdade de Direito de Pelotas/RS

a) Cidade: _____

b) Bairro: _____

c) Rua: _____

IV – TRAJETÓRIA SÓCIO-PROFISSIONAL

1 – Nome completo de seu Curso de Direito:

Ano de Início:

Ano de conclusão:

NOTA: Se fez mais de um curso superior completo, cite o nome do curso e da universidade: _____

Ano de conclusão:

() Curso incompleto – Qual o motivo do abandono? _____

2 – Fez pós-graduação?

() Não

() Sim

Especialização – Instituição: _____

() Mestrado – Instituição: _____

() Doutorado - Instituição _____

() Pós-Doutorado - Instituição _____

3 – Se possível, detalhe a sua trajetória profissional, indicando que profissão/ões exerceu, os locais, os cargos ocupados e respectivos períodos (aproximados):

4 – Vinculou-se a partido político? Qual/is? _____

Cite o/s período/s: _____

5 – Associou-se a clube/s (social, cultural, desportivo, etc) e/ou outras instituições (Lions, Rotary, etc.)

() Não

() Sim Qual/is? _____

6 – Vinculou-se a alguma igreja? Qual/is? _____

7 – Casou-se? () Não

() Sim – () Ficou viúvo () Casou-se novamente

() Separou-se () Casou-se novamente

Caso você não tenha se casado vá para a página 10 - (V - QUESTÕES FINAIS)

8 – Sobre a escolarização de seu cônjuge:

NOTA: caso a senhora tenha se casado mais de uma vez, considere o atual cônjuge.

() Curso Primário – Nome do colégio: _____

() Curso Normal – Nome do colégio: _____

() Curso Ginásial – Nome do colégio: _____

() Curso Científico – Nome do colégio: _____

() Curso Clássico – Nome do colégio: _____

() Curso Superior incompleto: _____

() Curso Superior completo. Qual curso e universidade que frequentou? _____

() Curso de Pós-Graduação: () Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-Doutorado

9 – Qual a profissão de seu cônjuge? _____

10 – Você teve filhos? () Sim – Quantos? _____

() Não

11 – Defina a situação sócio-econômica da família do seu cônjuge:

NOTA: caso você tenha se casado mais de uma vez, considere o seu primeiro cônjuge.

() Rica

() De classe média alta

() De classe média baixa

() Pobre

Detalhe a sua opção assinalada acima: _____

V – QUESTÕES FINAIS

1 – Quais são as línguas estrangeiras que tem familiaridade:

2- Sobre sua educação dedicada às artes e ao esporte:

- () estudou música/ descreva _____
- () dança/ descreva _____
- () costura e/ou bordado _____
- () pintura /descreva _____
- () desenho _____
- () praticava algum esporte/descreva _____
- Outros _____

3- Em que lugar encontrava os livros que lia na sua juventude (pode assinalar mais de uma alternativa):

- () na biblioteca dos meus pais
- () na biblioteca do colégio
- () na biblioteca pública
- () com amigas/os
- () com outras pessoas da família
- () comprava

Outras formas: _____

4 – Em relação ao seu lazer, na sua juventude (Pode assinalar mais de uma alternativa):

- () Costumava ir ao teatro
- () Costumava ir ao cinema
- () Ia a concertos de musica
- () Viajava de férias com a família (viagens nacionais)
- () Viajava de férias com a família (viagens internacionais)
- () Algumas vezes fazia excursões com amigos
- () Ia ao clube? Qual _____

Outras formas _____

5– Aponte aspectos relevantes de sua trajetória profissional.

NOTA: se necessário use o verso assinalando o número da questão

QUESTIONÁRIO PARTE II

1- Você ainda tem amigos do tempo da faculdade?

() sim () Não

2- Em relação à possibilidade de fazer faculdade, qual era a posição de seus pais?

(Pode assinalar mais de uma possibilidade)

() consideravam natural que eu fosse para uma faculdade

() consideravam uma etapa necessária na minha formação

() consideravam uma possibilidade interessante

() consideravam minha independência financeira muito importante, por isso eu deveria seguir os estudos

() julgavam pouco necessário

() não viam necessidade

() não opinavam

Outras considerações: _____

3- Você gostaria de ter ingressado em outro curso superior quando concluiu o colegial?

() Sim () Não

Se sim, indique qual e porque não o fez: _____

4- Você encontrou dificuldades nos primeiros anos de carreira

() sim () não

Se sim, poderia descrevê-las _____

5- Estado civil atual:

() Solteiro (a) () Viúvo (a)

() Casado (a) () Divorciado (a)

Outros: _____

6- Situação profissional atual:

Descreva: _____

7- Gostaria de escrever algo que não foi abordado no questionário, fique bem à vontade, suas considerações são muito importante para nossa pesquisa. (USE O VERSO, não esquecendo de colocar o número da questão)

NOTA: Se você fosse convidado para conceder uma entrevista sobre a sua vida na Faculdade de Direito de Pelotas/RS:

() aceitaria () recusaria

INDIQUE OS SEUS CONTATOS

TELEFONE/S: _____ CELULAR: _____

E-MAIL: _____

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização dos dados deste questionário pela pesquisa “Egressos da Faculdade de Direito de Pelotas-RS (1960-1970): trajetórias sociais”, a ser desenvolvida pela doutoranda Valesca Brasil Costa no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

- () Autorizo a identificação de meu nome no relatório final
() Não autorizo a identificação de meu nome no relatório final

Pelotas, ___/___/_____

Assinatura

APÊNDICE C – Questionário Portugal



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS-BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Curso: DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Pesquisadora: Valesca Brasil Costa

Projeto:

EGRESSOS DA FACULDADE DE DIREITO: TRAJETÓRIAS SOCIAIS.

DATA

I – IDENTIFICAÇÃO

1 – Nome completo: _____

2 – Data de nascimento: _____

3 – Local de nascimento: _____

II – DADOS FAMILIARES

1 – DADOS DO SEU PAI:

a) Nome de seu pai: _____

b) Escolarização de seu pai:

Curso Primário: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Ginásial: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Técnico: () Completo () Incompleto

Nome do curso/cidade: _____

Curso Superior: () Completo () Incompleto

Nome da Universidade/cidade: _____

c) Profissão de seu pai quando você nasceu: _____

d) Inserção social de seu pai:

() Pertencia a partido político? Qual? _____

() Pertencia a clube/s e/ou fraternidades? Qual/is? _____

() Pertencia a alguma igreja? Qual/is? _____

2 – DADOS DE SUA MÃE:

a) Nome de sua mãe: _____

b) Escolarização de sua mãe:

Curso Primário: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Ginásial: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Normal: () Completo () Incompleto

Nome da escola/cidade: _____

Curso Superior: () Completo () Incompleto

Nome da universidade/cidade: _____

c) Profissão de sua mãe quando você nasceu: _____

d) Inserção social da mãe:

() Pertencia a partido político? Qual? _____

() Pertencia a clube/s e/ou fraternidades? Qual/is? _____

() Pertencia a alguma igreja? Qual/is? _____

3 – Defina a situação sócio-econômica da sua família:

() Rica

() De classe média alta

() De classe média baixa

() Pobre

Deseja fazer algum comentário? _____

4 – Residência de sua família durante o período em que frequentou a Faculdade de Direito

a) Cidade: _____

b) Bairro: _____

c) Rua: _____

5 – Composição familiar:

a) De quantos irmãos e/ou irmãs é composta sua família?

Ordem nascimento	Nome	Nível de formação	Profissão
1°			
2°			
3°			
4°			
5°			
6°			
7°			
8°			
9°			
10°			

b) Sobre seus avós maternos:

	AVÔ	AVÓ
Nacionalidade		
Religião		
Nível de instrução		
Profissão		

c) Sobre seus avós paternos:

	AVÔ	AVÓ
Nacionalidade		
Religião		
Local de nascimento		
Nível de instrução		
Profissão		

III – INFORMAÇÕES ESCOLARES

1 – Você cursou jardim de infância?

- () Sim Escola Pública e gratuita () sim Escola privada
 () Não

2 – Em relação ao curso primário, sua escola era

- () Escola pública e gratuita () Escola privada
-

3 – Em relação ao Curso Ginásial, você estudou em

- () Escola pública e gratuita () Escola privada
-

4 – Em relação ao Curso Colegial, você estudou em

- () Escola pública e gratuita () Escola privada

5 – Quando estudava na Faculdade de Direito morava com a sua família?

- () Sim () Não – Nesse caso com quem e onde morava?

IV – TRAJETÓRIA SÓCIO-PROFISSIONAL

1 – Nome completo da instituição em que fez seu Curso de Direito:

Ano de Início:

Ano de conclusão:

NOTA: Se fez mais de um curso superior completo, cite o nome do curso e da universidade: _____

Ano de conclusão:

() Curso incompleto – Qual o motivo do abandono? _____

2 – Fez pós-graduação?

() Não

() Sim Qual ou quais cursos? _____

3 – Se possível, detalhe brevemente sua trajetória profissional, indicando que profissão/ões exerceu, os locais, os cargos ocupados e respectivos períodos (aproximados): _____

4 – Vinculou-se a partido político? Qual/is? _____

Cite o/s período/s: _____

5 – Associou-se a clube/s (social, cultural, desportivo, etc) e/ou outras instituições (Lions, Rotary, etc.)

() Não

() Sim Qual/is? _____

6 – Vinculou-se a alguma igreja? Qual/is? _____

V – QUESTÕES FINAIS

1 – Quais são as línguas estrangeiras que tem familiaridade:

2- Sobre sua educação dedicada às artes e ao esporte:

() estudou música/ descreva _____

() dança/ descreva _____

() costura e/ou bordado _____

() pintura /descreva _____

() desenho _____

() praticava algum esporte/descreva _____

Outros _____

3- Em que lugar encontrava os livros que lia na sua juventude (pode assinalar mais de uma alternativa):

() na biblioteca dos meus pais

() na biblioteca do colégio

() na biblioteca pública

() com amigas/os

() com outras pessoas da família

() comprava

Outras formas: _____

4 – Em relação ao seu lazer, na sua juventude (Pode assinalar mais de uma alternativa):

() Costumava ir ao teatro

() Costumava ir ao cinema

() Ia a concertos de musica

() Viajava de férias com a família (viagens nacionais)

() Viajava de férias com a família (viagens internacionais)

() Algumas vezes fazia excursões com amigos

() Ia ao clube? Qual? _____

Outras formas _____

3- Você gostaria de ter ingressado em outro curso superior quando concluiu o colegial?

() Sim () Não

Se sim, indique qual e porque não o fez: _____

4- Você encontrou dificuldades nos primeiros anos de carreira profissional?

() não

() sim

Neste caso, poderia descrevê-las? _____

5- Situação profissional atual:

Descreva: _____

7 - Gostaria de escrever algo que não foi abordado no questionário? Fique bem à vontade, suas considerações são muito importante para nossa pesquisa. (USE O VERSO, não esquecendo de colocar o número da questão)

INDIQUE OS SEUS CONTATOS

TELEFONE/S: _____

E-MAIL: _____

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização dos dados deste questionário (Pesquisa “Egressos da Faculdade de Direito: trajetórias sociais”), sob a coordenação da doutoranda Valesca Brasil Costa, aluna do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/Brasil, atualmente desenvolvendo estágio em Portugal, com apoio institucional da CAPES?Brasil.

- () Autorizo a identificação de meu nome no relatório final
() Não autorizo a identificação de meu nome no relatório final

Coimbra, ___/___/_____

Assinatura

ANEXOS

ANEXO A – Greve geral dos estudantes apoiando o “Movimento da Legalidade” –
Jornal Diário Popular (Pelotas)

**FEDERAÇÃO ACADÊMICA
DE PELOTAS**

Comunicado

A FEDERAÇÃO ACADÊMICA DE PELOTAS, órgão máximo dos universitários locais, vem a público externar à população desta terra que resolveu, no dia de hoje, na sessão conjunta do Conselho Fiscal e Diretoria, em face da grave situação brasileira, adotar as seguintes medidas:

- I. Referendar a GREVE GERAL decretada pela UNIAO NACIONAL DE ESTUDANTES e UNIAO ESTADUAL DE ESTUDANTES, nos termos da mesma, isto é, até que sejam asseguradas as instituições democráticas no país.
- II. Manter em sessão conjunta permanente, o Conselho Fiscal e a Diretoria, apelando a todos os universitários que se mantenham em constante contato com a Entidade.
- III. Ratificar a posição dos universitários pelotenses em favor da LEGALIDADE, do RESGUARDO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS e da consequente manutenção do REGIME CONSTITUCIONAL VIGENTE, repudiando, veementemente, qualquer propósito golpista, fundado em soluções extra-legais.

Pelotas, 27 de agosto de 1961.

João Gilberto Corrêa da Silva
Presidente do Conselho Fiscal
Lélio Miguel Antunes de Souza
Presidente da FAP

ANEXO B – Manifesto da Federação Acadêmica de Pelotas contra a repressão e
prisão de líderes estudantis

FEDERAÇÃO ACADÊMICA DE PELOTAS

ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA DE REG. Nº 11.111 DE 1940

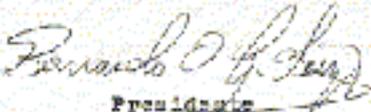
FUNDADA EM 17.5.1940

CDE PRÓPRIA • CASA DO ESTUDANTE • RUA GONÇALVES CHAVES, 712 • TELEFONE, 5704

PELOTAS • R. Ceará de S. • BRASIL

MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE

A Federação Acadêmica de Pelotas, associando-se à União Estadual de Estudantes (UEE), à Federação dos Estudantes da Universidade de RS (FEURGS), e ao Diretório Central de Estudantes da Pontifícia Universidade Católica (DCE-PUC), vem solidarizar-se com o estudante Marcos Aurélio Garcia, manifestando de público, através da imprensa livre, seu repúdio ao aparelho policial esmolado no Estado, que mais uma vez demonstrou seu caráter arbitrário e inconstitucional ao sequestrar e manter preso incommunicável o colega Marcos Aurélio Garcia, Secretário de Base da UEE, na noite de dia 23 último. Denúncias vêm sendo feitas, ao se verificar constantemente espionagem de estudantes, assumindo agora este aspecto de sua gravidade qual seja a prisão ilegal de líderes estudantis, visando entravar a repressão e amedrontamento e crescentes processos de conscientização e politização da universidade brasileira.


Presidente

Bernardo C.G. Souza

Pelotas, 25 de setembro de 1963

ANEXO C - Manchete anunciando a queda do regime Salazarista e a tomada do poder pelos militares – Diário de Notícias (Lisboa)

162 - Nº 2122 - Novembro
 A SAÚDE FINANCEIRA E EXPANSÃO DO TRABALHO DO AERONAVE PORTUGUESA
 1976 - 1977 - 1978

PÁGINA GRÁFICA
 DOS ADVERTENCIAMENTOS
 DE OUTEN DE COMIDA-CIPA

Diário de Notícias

SABA
 A ASSOCIAÇÃO DE AVIADORES
 PORTUGUESES DE LINHAS
 REGULARES

GOLPE DE ESTADO ÀS PRIMEIRAS HORAS DE ONTEM O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS TRIUNFOU E ANUNCIA A ENTREGA DO GOVERNO A UMA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL PRESIDIDA PELO GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA

- HONORA-SE AINDA O DESTINO DO ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ
- MARCELLO CAETANO RENDEU-SE NO QUARTEL DO CARMO
- GRAVE INCIDENTE COM A D.C. 3, 45 MORTOS E 45 FERIDOS
- NO RESTO DO PAÍS, TUDO CORRE NORMALMENTE

O quartel-general da junta de salvação nacional em 25 de Abril de 1976.

MOMENTO HISTÓRICO

Este momento histórico, que se viveu no quartel-general da junta de salvação nacional, em 25 de Abril de 1976, marcou a queda do regime salazarista e a tomada de poder pelos militares. O general António de Spínola, presidente da junta, anunciou a entrega do governo a uma junta de salvação nacional, presidida por ele mesmo. Este ato foi considerado um momento histórico, pois marcou o fim de uma ditadura que durara mais de 48 anos.

Este momento histórico, que se viveu no quartel-general da junta de salvação nacional, em 25 de Abril de 1976, marcou a queda do regime salazarista e a tomada de poder pelos militares. O general António de Spínola, presidente da junta, anunciou a entrega do governo a uma junta de salvação nacional, presidida por ele mesmo. Este ato foi considerado um momento histórico, pois marcou o fim de uma ditadura que durara mais de 48 anos.

PROCLAMAÇÃO AO PAÍS

Este documento é a proclamação ao país feita pelo general António de Spínola, presidente da junta de salvação nacional, em 25 de Abril de 1976. Ele anunciou a queda do regime salazarista e a tomada de poder pelos militares. O general Spínola afirmou que a junta de salvação nacional tinha o objetivo de restaurar a democracia e a liberdade em Portugal.

MARCELLO CAETANO SEGUIU PARA A MADEIRA

Depois de ser libertado, o ditador português Marcelo Caetano seguiu para a ilha da Madeira. Ele foi recebido por autoridades locais e se preparou para a sua permanência na ilha. A sua saída de Lisboa foi considerada um momento importante na história de Portugal.

CELIA GONCALVES - O JORNAL DA MANHÃ, 25 DE ABRIL DE 1976

ANEXO D – instrumento de manifestação das ideias dos alunos do Centro Acadêmico Ferreira Vianna – Faculdade de Direito de Pelotas - Jornal "O Acadêmico"

O ACADÊMICO

Edição DO CINQUENTENÁRIO •• B. Responsável: Arnaldo R. Pereira F. B. Editor: Marco L. A. de Araújo

Órgão oficial do Centro ACADÊMICO-FERRERIA VIANNA •• FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE DIREITO

1912 - 1962

A cidade de Pelotas, desde a sua fundação, se tornou um centro de ensino, apresentando a influência e o apoio de velhos e novos educadores do Rio Grande.

Entre as obras que não foram, moldada por ideólatas, contava-se, sem dúvida a fundação de nossa Faculdade. A idéia foi lançada na congregação do antigo Colégio Politécnico (atual Colégio Municipal Pelotense), sob a direção do Dr. Francisco José Rodrigues de Araújo.

Um grupo de juristas locais, entre os quais, os Drs. José Julio de Almeida e Carlos de Fátima, não hesitou em converter-se naquela idéia.

Depois das providências feitas de consagração de dois terrenos que se encontram o primeiro corpo de ensino foi a Faculdade de Direito de Pelotas fundada oficialmente, em 12 de setembro de 1912.

Seu primeiro diretor foi o Dr. José Julio de Almeida, que em seu longo tempo de trabalho, conseguiu, pelo seu esforço, a instalação da Faculdade. Logo após sua instalação passou a funcionar a princípio no Ginásio Politécnico, com as necessárias adaptações e condições técnicas.

Em 1917, diplomou-se a primeira turma.

Na época difícil que se seguiu aos primeiros anos de independência, prestaram relevantes serviços, na função de diretor o professor Francisco Carlos de Araújo Bragança. Este, mantinha presente a sua insistência moral à Facu-



dade, mesmo depois de haver sido promovido a Desembargador de Direito do Supremo Tribunal do Estado.

Para substituí-lo na direção da casa, foi eleito o professor Francisco de Lima Medeiros.

Já nessa época a Faculdade tinha suas instalações na Biblioteca Pública Pelotense.

Quando era diretor o professor Francisco de Araújo Bragança foi abogato a idéia de ser construído um prédio próprio, segundo as necessidades da instituição.

Substituído, foi na gestão do professor José Francisco Dias da Costa, como diretor que o movimento tomou vulto, contando com o auxílio do Grêmio Acadêmico Jurídico e Ferreira Vianna, e das autoridades públicas. O Prefeito Municipal, sendo presente o Sr. Augusto Simões Lopes, fez doação de uma parte do terreno da Praça Conselheiro Manoel, do terreno pela rua F. de M. para ser erguido naquele local o novo edifício. A obra pôde ser inaugurada em 1 de agosto de 1960.

A Faculdade, em razão, em estabelecimento particular. Com o advento da República Nova, houve necessidade legal de ser a Faculdade fiscalizada pelo Governo Federal. Sendo diretor o professor Renato de Mendonça Lima, logo tomou-se as providências para aquela objetivo. Requerido a inspeção preliminar, foi designado o Dr. Arnaldo Flores Soares para examinar a instituição, prestando as informações ao Ministério de Educação e Saúde. Foi autorizada a inspeção preliminar, sendo nomeado inspetor o exadone paranaense, Dr. Edelfonso Simões Lopes Filho. Inicialmente, foi provido o processo de inspeção perante o governo federal.

Se bem que a Faculdade continuasse como estabelecimento particular, notou-se grande preocupação em seu desenvolvimento. A Faculdade, de fato, não se demorou a manifestar pela sua própria organização de ensino, ministrando, por intermédio de seus estabelecimentos que lhe estavam a cargo, todo o

curso gratuitamente, em que os alunos a frequentavam sem débito para ser liquidado oportunamente.

Ao ser elaborada a Constituição Federal, de 1960, a Faculdade recebeu o reconhecimento do Instituto dos Advogados do Brasil para prestar aulas, das que serviram de subsídio à Assembleia Constituinte. O trabalho apresentado pela nossa, foi recebido pela seguinte comissão: professores Bruno de Mendonça Lima e João de Almeida Lutz Castro, relator; Antonio Morais de Lacerda e Joaquim Duval.

Quando se elaborava a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o professor Joaquim Duval, por meio da iniciativa de apresentação, elaborou e propôs a transformação da Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul.

Posteriormente foi fundada uma comissão para a elaboração do Estado pelo ensino estadual, com o apoio de César de Vasconcelos e outros, com a imprensa e povo. Ter-

desce Continua na página 2